

Lígia Maria Xavier Milagres

## **ENTRE O QUINTAL E O PARQUE**

POSSIBILIDADES DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COTIDIANO

Belo Horizonte, MG  
Escola de Arquitetura da UFMG  
2011

Lígia Maria Xavier Milagres

## **ENTRE O QUINTAL E O PARQUE**

POSSIBILIDADES DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COTIDIANO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Arquitetura

Área de Concentração: Teoria, Produção e Experiência do Espaço

Orientador: Dra. Silke Kapp

Escola de Arquitetura da UFMG

Belo Horizonte, MG  
Escola de Arquitetura da UFMG  
2011

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que me inquietaram e me inspiraram de alguma forma durante o mestrado.

A Thiago Lopes (Sono), Samira Zar, Paulo Becattini e Eberth Rosa, suas experiências foram o substrato desta pesquisa.

À orientadora, Silke Kapp, por todo o aprendizado ao longo do processo e por seu espírito crítico e libertário com o qual me identifique enormemente.

Às companheiras de pesquisa e amigas Priscilla Nogueira e Ana Paula Maciel, pela empatia e sinceridade.

À Ana Paula Baltazar, pelas contribuições e críticas.

À Profa. Celina Borges, que me acompanhou no início do mestrado e apoiou minhas escolhas.

Aos colegas do Grupo MOM, pelas boas discussões nas reuniões e nos trabalhos que realizamos juntos.

Ao Tiago de Caux, pelo companheirismo e por discutir comigo todas as questões relacionadas a este trabalho.

A minha família, pelo apoio e confiança.

Aos amigos, principalmente aqueles que foram interlocutores atentos em vários momentos do mestrado. Diogo Carvalho, Aline Ramos, Suellen Dayse, Flávia Nacif, Clara Bois, Guilherme Malta, Camila de Caux, João Gabriel e muitos outros que me animaram e que fizeram apontamentos ou questionamentos que enriqueceram minhas reflexões.

À CAPES, por me conceder a bolsa de estudos. À coordenação e secretaria do NPGAU e também aos funcionários da biblioteca da Escola de Arquitetura pela disponibilidade e atenção.

We all have intimations of what life can be like at its richest – memories from early childhood, when experiences were still fresh and unrepressed, but also occasional later moments of love or camaraderie or enthusiastic creativity, times when we can't wait to get up in the morning to continue some project, or simply to see what the new day will bring. Extrapolating from these moments probably gives the best idea of what the whole world could be like.

(Ken Knabb, 1997, p.161)

## RESUMO

A investigação que deu origem a esta dissertação busca compreender o que leva algumas pessoas a aceitarem passivamente a produção do espaço urbano por terceiros e, por outro lado, o que leva outras a se engajarem nessa produção. O foco da investigação é o espaço público cotidiano: o espaço público que se encontra no entorno da moradia, entre o “quintal de casa” e o parque municipal. São analisados quatro casos de espaços passíveis de ocupação em ambientes urbanos predominantemente residenciais, na cidade de Belo Horizonte, e o modo como os moradores do entorno se posicionam a respeito da sua produção. O objetivo é discutir tanto as dificuldades encontradas pelas pessoas que decidem transformar esses espaços de maneira independente quanto as condições existentes para a sua produção coletiva. Situado numa espécie de limbo da regulação urbana, o espaço público cotidiano pode ser foco de intervenções deliberadas por quem o vivencia diariamente apresentando possibilidades ricas de articulações sociais.

**Palavras-chave:** espaços públicos, engajamento, produção do espaço

## **ABSTRACT**

The research seeks to understand what leads some people to accept passively the production of urban space from third parties and, on the other hand, what leads others to engage in such production. The focus is the everyday public space: the public space on the surroundings of the dwelling, between the “backyard” and the municipal park. Four cases of occupiable spaces located on residential environments in the city of Belo Horizonte are analyzed, as well as the surrounding residents position about its production. The aim is to discuss both the difficulties that people who decide to transform these spaces independently face as well as the existing conditions to their collective production. Situated in a sort of limbo of urban regulation, the everyday public space can be the focus of interventions decided by those who experience it daily presenting rich possibilities of social articulations.

**Key-words:** public spaces, engagement, production of space

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – À esquerda, detalhe da <i>Pianta Grande di Roma</i> (Giambattista Nolli, 1748) em que aparecem em branco todas as áreas de acesso público – edificadas ou não; à direita, os espaços disponíveis para uso público em uma parte do bairro São Geraldo, em Belo Horizonte (2010).....	13
FIGURA 02 – Modelo de mini-vizinhança com <i>cul-de-sac</i> e portão de acesso Fonte: Newman, O. <i>Creating defensible space</i> , 1996.....	30
FIGURA 03 – Os espaços de uso comum, antes e depois da sua delimitação em relação às moradias.....	30
FIGURA 04 – Seaside, Flórida.....	32
FIGURA 05 – Celebration, Flórida.....	32
FIGURA 06 – À esquerda, a disposição em <i>cluster</i> das edificações (em preto) formariam espaços públicos positivos. À direita, a disposição em <i>grid</i> das edificações formariam espaços públicos residuais negativos.....	36
FIGURA 07 – Espaço público residual localizado sobre um túnel.....	37
FIGURA 08 – Vista aérea da escola. As setas mostram a possibilidade de interface com o espaço disponível na calçada (que é evitada) .....	45
FIGURA 09 – Muro da escola totalmente vedado em relação ao espaço disponível.....	45
FIGURA 10 – Banco no Parque Municipal (à esquerda) e jardineira em frente a uma igreja na rua Timbiras (à direita), com elementos desconfortáveis sendo ignorados pelas pessoas próximas a um ponto de ônibus, ambos em Belo Horizonte.....	47
FIGURA 11 – Rampa sob viaduto e banco “antimendigo” em São Paulo.....	47
FIGURA 12 – Bancos implantados por moradores no encontro das ruas Frederico Cornélio e Gardênia, no bairro Caiçara, em Belo Horizonte.....	48
FIGURA 13 – Os quatro casos estudados, de cima para baixo: rua Nicarágua, canteiro central da av. Bernardo Monteiro, praça Bom Pastor e alto do Túnel da Lagoinha.....	58
FIGURA 14 – Os quatro casos no mapa de Belo Horizonte com a delimitação das regionais.....	58
FIGURA 15 – Localização do trecho da rua Nicarágua no bairro Sion.....	59
FIGURA 16 – Vista aérea proximada e os dois acessos ao trecho.....	59
FIGURA 17 – Panfleto.....	61

FIGURA 18 – Disfarce dos panfletos.....	61
FIGURA 19 – Blog de discussão sobre a Rua Nicarágua e fotos do espaço.....	62
FIGURA 20 – A estrutura exposta de um dos prédios (palafitas).....	65
FIGURA 21 – Localização do canteiro central da av. Bernardo Monteiro no bairro Floresta.....	67
FIGURA 22 – Canteiro central da av. Bernardo Monteiro.....	68
FIGURA 23 – Vista panorâmica do canteiro e a localização do prédio de Samira e Paulo.....	69
FIGURA 24 – Vista panorâmica do canteiro.....	69
FIGURA 25 – Placas afixadas no espaço do canteiro.....	73
FIGURA 26 – Bairro das Indústrias e, em vermelho, a praça Bom Pastor. Ao norte da praça, a parte mais antiga do bairro, ao sul, a parte mais recente.....	74
FIGURA 27 – Praça Bom Pastor em destaque. Abaixo uma vista panorâmica do espaço.....	75
FIGURA 28 – O projeto apresentado pelo técnico da Sudecap.....	77
FIGURA 29 – Localização do espaço sobre o túnel no bairro Colégio Batista.....	79
FIGURA 30 – Espaço sobre o túnel da Lagoinha.....	80
FIGURA 31 – As principais modificações realizadas pelo grupo.....	81
FIGURA 32 – Mutirões para capina e limpeza.....	82
FIGURA 33 – O espaço atualmente. Bancos construídos com superadobe e jardins. ....	82
FIGURA 34 – Thiago cuidando da horta e placas de aviso.....	83
FIGURA 35 – Dia de festa com piscina.....	84
FIGURA 36 – Um dos lotes transformados na Filadélfia.....	99
FIGURA 37 – Antes e depois, playground em Dijkstraateng, Amsterdam (1954) .....	100
FIGURA 38 – Jardins produzidos em lotes ociosos em La Chapelle .....	106
FIGURA 39 – Rede de produção coletiva .....	108



## SUMÁRIO

<b>1 Introdução</b> .....	11
<b>2 Espaço público, política e cotidiano</b> .....	17
2.1 Espaço público cotidiano.....	17
2.2 Espaços públicos e relações de produção.....	21
2.3 Espaço livre para o tempo livre.....	23
2.4 Direito (coletivo) à cidade.....	27
2.5 Abordagens apolíticas de espaços políticos.....	28
2.6 Arranjos sociais e espaciais.....	36
<b>3 Regulação municipal do espaço público</b> .....	39
3.1 Os espaços públicos nos Planos Diretores da RMBH.....	40
3.2 O limite entre público e privado na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de BH.....	43
3.3 O logradouro público funcional do Código de Posturas de BH.....	48
3.4 Os espaços públicos no dia-a-dia das prefeituras da RMBH.....	51
<b>4 Da apatia ao engajamento: quatro casos ilustrativos</b> .....	56
4.1 Variação do engajamento.....	56
4.2 Engajamento baixo: a rua Nicarágua.....	59
4.3 Engajamento médio: o canteiro da Bernardo Monteiro.....	67
4.4 Engajamento médio: praça-rotatória Bom Pastor.....	74
4.5 Engajamento alto: túnel da Lagoinha.....	79
4.6 Busca por informação e apoio na PBH.....	85
4.7 Considerações sobre os casos estudados.....	87
<b>5 Prospecções para a produção coletiva de espaços públicos</b> .....	91
5.1 Se as escalas são diferentes, os processos de produção podem ser diferentes.....	92
5.2 Engajamento emergente.....	100
5.3 Alternativas para a produção coletiva de espaços públicos.....	104

<b>6 Conclusão.....</b>	<b>110</b>
<b>Referências.....</b>	<b>112</b>
<b>Anexo A – Decreto nº 11.484/2003. Normas e procedimentos do Programa Adote o Verde.....</b>	<b>120</b>
<b>Anexo B – Modelo do Convênio Adote o Verde .....</b>	<b>122</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A investigação que deu origem a esta dissertação foi desencadeada a partir das seguintes perguntas: *o que faz com que alguns cidadãos saiam da posição mais recorrente de sujeitos passivos e consumidores de bens e serviços e assumam uma posição engajada na produção do espaço urbano? Quais são as dificuldades encontradas por essas pessoas na transformação dos espaços públicos disponíveis e não-equipados pelo poder público? E, ainda, quais são as condições atuais para uma possível produção coletiva de espaços públicos na cidade de Belo Horizonte?* Para discutir essas questões são analisados espaços residuais presentes em ambientes predominantemente residenciais e o modo como se posicionam os residentes do entorno a respeito da sua produção.

O foco da investigação é o *espaço público cotidiano*, isto é, o espaço público localizado no entorno da moradia e que caracteriza o ambiente urbano da *escala microlocal*. No contexto do planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte no qual a pesquisa aqui exposta se insere<sup>1</sup>, convencionou-se essa designação para um recorte menor do que a chamada *escala local* (relacionada a um município ou a um conjunto de bairros). A escala microlocal tem por referência aquela porção urbana que uma pessoa ou família percebe, no dia-a-dia, como o espaço onde mora. Suas dimensões podem variar, abrangendo, conforme o contexto, uma rua ou um quarteirão, parte de um bairro ou mesmo um bairro inteiro. Tal aproximação coloca em destaque, no lugar dos equipamentos pontuais de uso público no contexto municipal, todos os espaços públicos que se encontram, por assim dizer, *entre a moradia e o parque*, ou entre o “quintal de casa” e o grande parque municipal. Dessa forma, o *espaço público cotidiano* é formado por calçadas, ruas, canteiros centrais, rotatórias, ilhas para travessia de pedestre, áreas lindeiras a ferrovias, resquícios de

---

<sup>1</sup> A autora integrou a equipe técnica do *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte* (PDDI), contratado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU) e desenvolvido pela UFMG entre 2009 e 2010 sob coordenação geral do prof. Roberto Luis de Melo Monte-Mór. A subequipe da qual a autora participou, coordenada pela profa. Silke Kapp, foi responsável, na primeira etapa do PDDI, pela área temática intitulada “Habitação, Vida Cotidiana e Qualidade de Vida”; na segunda etapa, essa subequipe elaborou a “Política metropolitana integrada de direito ao espaço cotidiano: moradia e ambiente urbano”, que tem entre seus objetivos favorecer a autonomia da população na escala microlocal.

empreendimentos passados e quaisquer outros espaços livres disponíveis. Interessam especialmente as partes do *espaço público cotidiano* que, por algum motivo, ainda não foram equipadas e “etiquetadas” formalmente para algum uso e que, por ventura, podem ser foco de intervenções pelos moradores do entorno.

A cidade de Belo Horizonte tem características parecidas com as de outras metrópoles brasileiras: seus logradouros públicos privilegiam a circulação, principalmente aquela motorizada, gerando áreas públicas que tendem a ser estreitos circuitos de pedestres e porções de espaços residuais que, se não têm um uso definido de antemão por parte da municipalidade, permanecem sem utilização. Essas características se repetem mesmo nas áreas mais pacatas da cidade e, na maioria dos casos, o que se tem como resultado são ambientes urbanos monótonos, sem rastros de uso público e, por isso, estéreis (tanto para quem mora quanto para quem transita por eles).

A falta de interesse das pessoas pelos espaços que estão fora da esfera privada e fora do circuito de usos comerciais e de lazer em ambientes especializados reflete e também reforça uma estrutura de gestão urbana que centraliza as decisões sobre o espaço público em qualquer escala. De um lado, a lógica espacial do modo de produção capitalista privilegia o interesse privado e o valor de troca, que são evidentes, por exemplo, no parcelamento do solo feito à revelia da qualidade das áreas públicas que unem as parcelas ou na especialização funcional dos espaços de convívio. De outro lado, a organização dos espaços livres pelo poder público – que acontece até mesmo nas regiões autoproduzidas que se tornam objeto de intervenção dessa instância – acontece por meio de um planejamento e uma gestão que lida com procedimentos sistematizados, padronizados e centralizados na escala do município. Ambos os aspectos reforçam o distanciamento dos cidadãos em relação à produção dos espaços que fazem parte do seu cotidiano.

No âmbito da administração municipal parece descabido o fato de que, junto da preocupação de suprir a demanda de espaços de uso público em diversos locais por meio da implantação de praças e parques, não haja mecanismos de regulação urbana para facilitar possíveis arranjos microlocais do espaço público que está entre o quintal e o parque, ou seja, os espaços disponíveis para usos diversos no logradouro público.



FIGURA 01 - À esquerda, detalhe da *Pianta Grande di Roma* (Giambattista Nolli, 1748) em que aparecem em branco todas as áreas de acesso público – edificadas ou não; à direita, os espaços disponíveis para uso público em uma parte do bairro São Geraldo, em Belo Horizonte (2010).

Fonte: The interactive Nolli Map Website e arquivo pessoal da autora, 2010

O mapa acima (FIG 01) foi elaborado pelo arquiteto Giambattista Nolli no século XVIII e mostra uma região de Roma por meio de uma cartografia pouco usual: no lugar de destacar e delimitar as edificações e de representar o espaço não edificado como fundo, Nolli coloca em destaque o espaço publicamente acessível, representando as áreas de acesso restrito como uma massa homogênea. Ruas e outros espaços públicos – inclusive no interior de edificações – aparecem em branco, enquanto o espaço privado, de acesso restrito, aparece em preto sem maiores diferenciações. O mesmo esquema pode ser aplicado a uma área de Belo Horizonte. A figura 1 (à direita) mostra parte do bairro São Geraldo, na Região Leste, destacando em branco os poucos espaços de acesso público livre. As ruas, nesse caso, aparecem em preto, pois apesar de serem espaços públicos e poderem ser ocupadas temporariamente para jogos ou festas, elas são quase sempre reservadas à circulação motorizada. O que sobra então para uso público, em branco, são fitas estreitas para pedestres, isto é, calçadas homogêneas e constrangidas, usadas predominantemente para circulação e, eventualmente, para reuniões na porta de algum estabelecimento ou moradia. Sobram também retalhos do sistema viário (como a ponta de quarteirão à direita, no alto da imagem) e áreas *non aedificandae*, seja pela declividade, seja por estarem à margem de ferrovias, por exemplo (como aparece na porção inferior esquerda da mesma imagem). Parte desses espaços disponíveis, que estão presentes em outras áreas da cidade e em muitos formatos, não têm uso público estabelecido, mas são passíveis de ocupação e transformação pelos moradores do entorno e outros interessados.

Na escala microlocal, esses espaços raramente são qualificados para o convívio, seja pelo poder público, seja pelos moradores locais. Ao mesmo tempo, na maioria dos bairros, para que compareça no mapa uma área de uso público equipada pelo poder público municipal, como um parque ou uma praça, é necessário aplicar outra escala. Os resíduos espaciais provenientes da implantação das edificações e do sistema viário tornam-se pontos cegos em meio à racionalização dos usos urbanos na escala macro – que é acompanhada da separação racional de atividades cotidianas como morar, circular e recrear. Assim como as calçadas, esses resíduos estão sujeitos a uma conformação colateral, determinada por fatores externos como muros, grades e vias de tráfego constante de veículos. Quando esses espaços se localizam nas proximidades de bares e outros estabelecimentos comerciais que concentram pessoas, pode haver, uma vez ou outra, a disposição improvisada de bancos e mesas, mas, ainda assim, eles acabam não sendo ocupados sistematicamente ou transformados pelos moradores.

A transformação dos espaços disponíveis na escala microlocal poderia acontecer de acordo com as escolhas dos próprios cidadãos, pois não depende de articulações políticas amplas, equipes técnicas, grandes construtoras e equipamentos, como acontece no caso de intervenções mais complexas, como parques ou centros de lazer. Assim, o principal questionamento desta dissertação se refere ao fato de que, mesmo em se tratando da escala *microlocal*, a produção legitimada do espaço público acontece de forma heterônoma, sob responsabilidade quase sempre exclusiva do poder público.<sup>2</sup> Ela é caracterizada pelo planejamento e gestão agenciados por órgãos do poder público municipal ou por profissionais especializados coordenados por ele e não pela deliberação e ação direta daqueles que moram nas proximidades e usam os espaços cotidianamente. Junto a esse fato e diretamente relacionado a ele, na maior parte das vezes os indivíduos tendem a se manter apáticos em relação à produção do espaço que está fora da esfera doméstica. Por outro lado, apesar do quadro desfavorável, no lugar de delegar ao poder público a provisão de eventuais melhorias para o seu bairro, alguns indivíduos e grupos assumem uma posição ativa, rompendo com a produção heterônoma.

---

<sup>2</sup> Em contraposição à autonomia, que significa “*auto-nomos, normas ou leis próprias*”, heteronomia significa “*hetero-nomos, normas ou leis do outro, do heteros*”. Sobre isso, ver: KAPP, Silke. Autonomia Heteronomia Arquitetura. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 10, n. 11, p. 95-105, 2004.

A dissertação é dividida em seis capítulos incluindo esta introdução e a conclusão. O segundo capítulo apresenta alguns pressupostos teóricos, contextualizando os espaços públicos da escala microlocal na conjuntura da organização do espaço urbano, da qual fazem parte as relações de produção capitalistas e a centralização do planejamento e da gestão. Em meio à racionalização dos usos, espaços e tempos, os espaços públicos cotidianos acabam por permanecer numa espécie de ponto cego, estando sujeitos ao abandono ou a intervenções do poder público que não se vinculam necessariamente às possibilidades de apropriação de quem os vivencia diariamente.

O terceiro capítulo enfoca os instrumentos de regulação e gestão urbana que se relacionam com a produção de espaços localizados no logradouro público. O objetivo é entender se há uma abordagem diferenciada das escalas urbanas em Planos Diretores, Leis de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e Códigos de Posturas, sendo também oportuno compreender como os espaços públicos de uma maneira geral são tratados no dia-a-dia das administrações municipais. Como a pesquisa para esta dissertação foi desenvolvida simultaneamente aos estudos do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) da Região Metropolitana de Belo Horizonte<sup>3</sup>, essas análises referentes a legislações urbanas e administrações municipais foram realizadas em todos os municípios da RMBH. A experiência do PDDI contribuiu para reforçar a suspeita de que, em se tratando do ambiente cotidiano, há a necessidade de uma mudança radical no tratamento das escalas tanto no planejamento urbano quanto na gestão municipal.

No quarto capítulo, quatro espaços não-equipados do logradouro público, localizados em ambientes urbanos predominantemente residenciais, são analisados junto ao engajamento dos moradores do entorno diante de possíveis usos e intervenções coletivas. Como a ação direta por parte dos cidadãos é uma exceção em meio à apatia corriqueira, foram levantados e discutidos alguns aspectos que influenciam maior ou menor engajamento e maiores ou menores condições de autonomia para a produção coletiva dos espaços em questão.

---

<sup>3</sup> Ver nota 1

Após a identificação de algumas iniciativas tomadas por moradores e das dificuldades encontradas por eles, o quinto capítulo é dedicado à discussão de condições mais favoráveis para situações em que cidadãos se mostram interessados na produção de espaços públicos, sendo também oportuno discutir o potencial emancipatório dessa reversão de papéis em termos econômicos, políticos e sociais. Uma vez que esse tipo de produção surge concretamente como possibilidade para os espaços públicos na escala microlocal, aponta-se a necessidade de diferenciação no tratamento das escalas urbanas pelo planejamento e gestão municipais. São discutidas então algumas condições e alternativas para a produção coletiva e autônoma desses espaços por parte dos cidadãos.

Algumas perguntas, além das apontadas no início da introdução, direcionam a investigação a partir daqui: como, no cotidiano, as pessoas lidam com os espaços que ainda não foram determinados por uma instância externa? O que leva um grupo de cidadãos a interferir em espaços disponíveis visando o interesse público? Em que medida as pessoas assumem a própria apatia e a necessidade de segregação espacial? Quais são os entraves para a produção coletiva desses espaços?



## 2 ESPAÇO PÚBLICO, POLÍTICA E COTIDIANO

### 2.1 Espaço público cotidiano

*A vida cotidiana* se define como lugar social [...] desdenhado e decisivo, que aparece sob um duplo aspecto: é *resíduo* (de todas as atividades determinadas e parcelares que podemos considerar e abstrair da prática social) e o *produto* do conjunto social. Lugar de equilíbrio, é também o lugar em que se manifestam os desequilíbrios ameaçadores. Quando as pessoas, numa sociedade assim analisada, não podem mais continuar a viver sua cotidianidade, então começa uma revolução. (LEFEBVRE, 1991a, p.39)

A crítica da vida cotidiana estudada por Henri Lefebvre em meados do século XX é oportuna para a discussão da produção do espaço público no âmbito do cotidiano.<sup>4</sup> Essa discussão se concentra, não em espaços públicos de convívio projetados por especialistas, tais como praças e parques, mas em todo o espaço urbano não edificado e de acesso livre. Como já dito anteriormente, o recorte desta dissertação é a escala *microlocal*.<sup>5</sup> Os espaços públicos dessa escala podem ser ocupados de muitas formas, mais ou menos espontâneas, mais ou menos organizadas: para encontros, festas, esportes, comércio ou ócio; esporádica ou rotineiramente; com usos que dispensam a transformação física ou que, pelo contrário, a exigem. No entanto, essas possibilidades costumam ser pouco exploradas pelos habitantes. Marcelo Lopes de Souza (2010), atenta para o fato de que, embora esses espaços da escala microlocal sejam passíveis de experiência intensa e direta no dia-a-dia, isso nem sempre acontece “*devido à massificação e à atomização típicas das grandes cidades*

---

<sup>4</sup> A crítica da vida cotidiana é central no pensamento de Lefebvre e está presente principalmente na trilogia *Crítica da vida cotidiana*, volumes 1 (1947), 2 (1962) e 3 (1981), e no livro *A vida cotidiana no mundo moderno* (1968). Uma compilação esclarecedora de questões apontadas por Lefebvre sobre cotidiano e espaço pode ser encontrada na transcrição da palestra *O cotidiano e a produção do espaço*, ministrada pelo Prof. Dr. Roberto Luis de Melo Monte-Mór no III Colóquio Pesquisas em Habitação, realizado em Belo Horizonte, em setembro de 2006, disponível em: <[http://www.mom.arq.ufmg.br/02\\_eventos/coloquio2006/palestras/monte-mor.htm](http://www.mom.arq.ufmg.br/02_eventos/coloquio2006/palestras/monte-mor.htm)>, acesso em mar. 2010.

<sup>5</sup> Considerando que o objetivo da dissertação é analisar o espaço cotidiano no menor recorte urbano possível, a escala *microlocal*, tratada aqui, corresponde muitas vezes à escala ou ao nível que Lefebvre denomina “local”.

*contemporâneas, tudo isso agravado pela violência urbana e por sentimentos de falta de segurança pública, o que tende a levar a um certo insulamento do indivíduo em sua própria casa". (SOUZA, 2010, p.106)*

Apesar das críticas no campo do planejamento urbano a respeito da falta de "vida" nos espaços públicos, trazidas principalmente por Janes Jacobs na década de 1960, ainda há o predomínio da determinação e do uso funcionais desses espaços, tanto no seu planejamento e gestão como na sua utilização por parte dos cidadãos; o que diminui a sua potencial diversidade na escala microlocal. De um modo geral, as partes não-equipadas do logradouro público que não são foco dessa determinação são abandonadas, enquanto o seu restante recebe funções específicas, como é o caso das calçadas e ruas, cujo uso primordial é a circulação.

A crítica de Jacobs (2000) ao urbanismo modernista e seus descompassos com a cidade real discute o uso público das calçadas, dos parques e a vida nos bairros, levantando a importância de aspectos cotidianos que são reduzidos pela abordagem predominante no meio técnico. Desde o protesto de Jacobs, a complexa multiplicidade real das cidades vem sendo discutida no campo do planejamento junto à crítica do zoneamento e à preocupação em dialogar com agentes locais. Contudo, as questões levantadas por Jacobs não chegaram a ser consideradas com suficiente radicalidade no âmbito político e econômico, incluindo não só a incapacidade do planejamento tecnocrático em *"lidar com organismos vivos e complexos, capazes de definir seu próprio destino"* (JACOBS, 2000, p. 145), como também a relação desse planejamento com a produção do espaço nas sociedades capitalistas. Talvez seja pela ausência de reflexões nesse sentido que tantas apropriações tenham sido feitas das suas ideias em prol da criação de comunidades fechadas e elitistas (isso será discutido um pouco mais no item 2.5). Quando Jacobs deixa de criticar o campo do planejamento no contexto das relações de produção capitalistas, ela abre espaço para uma apropriação neoliberal da sua teoria da diversidade que aponta o seguinte:

[...] a maior parte da diversidade urbana é criação de uma quantidade inacreditável de pessoas diversas e de organizações privadas diversas, que têm concepções e propósitos bastante diversos e planejam e criam fora do âmbito

formal da ação pública. A principal responsabilidade do urbanismo e do planejamento urbano é desenvolver – na medida em que a política e a ação pública o permitam – cidades que sejam um lugar conveniente para que essa grande variedade de planos, ideias e oportunidades extraoficiais floresça, juntamente com o florescimento dos empreendimentos públicos. (JACOBS, 2000, p.267)

Dessa maneira, nas práticas contemporâneas de planejamento e gestão, mesmo quando os agentes locais são considerados como uma variável importante, a atuação do técnico (por mais bem intencionada que seja) e a do setor privado são mantidas estruturalmente numa posição de maior poder do que a atuação do cidadão.

Ainda que as críticas ao urbanismo pautado na Carta de Atenas<sup>6</sup> sejam feitas há meio século, estão presentes na organização espacial da sociedade muitos resquícios de seu legado. A Carta de Atenas representou uma síntese do princípio de racionalização da vida cotidiana que o capitalismo já vinha instaurando desde o século XIX. Assim, estabeleceu como responsabilidade dos técnicos a organização dos espaços da cidade a partir de quatro funções-chave: morar, trabalhar, circular e recrear. Apesar da prática do zoneamento na escala do município ser atualmente criticada e revisada no campo do planejamento urbano como um impedimento à geração da diversidade, o seu princípio ainda está presente em muitos procedimentos que se relacionam de algum modo com a escala microlocal, tais como a especialização e nucleamento dos espaços livres de lazer. Souza (2010) aponta que o “*planejamento físico-territorial*” ainda carrega os ideais de ordem e racionalidade e afirma que o que “[...] *sobreviveu e reside até hoje na prática do planejamento nos mais diferentes países não é tanto a sua estética [do urbanismo modernista], mas sim o espírito funcionalista de zoneamento do uso do solo.*” (SOUZA, 2010, p.131)

---

<sup>6</sup> Documento apresentado na assembléia do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM). PORTAL DO IPHAN. *Carta de Atenas*. Atenas: CIAM, 1933. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>>. Acesso em: ago. 2010.

Por outro lado, pode-se inferir que o problema não está somente na incompatibilidade desse planejamento tradicional (funcionalista e baseado no zoneamento) com uma realidade urbana complexa, mas no modo como o planejamento urbano lida com as diferentes escalas da cidade a partir de decisões tomadas de “cima para baixo” e da reafirmação dos arranjos produtivos vigentes. Ou seja, na escala local, os impedimentos à diversidade – como o zoneamento – são questionados, mas na escala microlocal pouco se discute sobre maneiras de favorecer a formação de arranjos particulares e baseados em outros tipos de economia e relações de produção. Em se tratando dos espaços públicos dessa escala, a funcionalização especializada estabelecida na Carta de Atenas ainda está presente. O seguinte trecho, escrito em 1933, se relaciona diretamente com a ambivalência atual do planejamento que busca privilegiar o pedestre nos espaços públicos: apesar de protegido, ele está cada vez mais constrangido a ocupar apenas os espaços desenhados por especialistas e designados pelo poder público para a circulação a pé.

As calçadas, criadas no tempo dos cavalos e só após a introdução dos coches, para evitar os atropelamentos, são um remédio irrisório desde que as velocidades mecânicas introduziram nas ruas uma verdadeira ameaça de morte. A cidade atual abre as inumeráveis portas de suas casas para essa ameaça e suas inumeráveis janelas para os ruídos, as poeiras e os gases nocivos, resultantes de uma intensa circulação mecânica. Esse estado de coisas exige uma modificação radical: as velocidades do pedestre, 4km horários, e as velocidades, mecânicas, 50 a 100km horários, devem ser separadas. As habitações serão afastadas das velocidades mecânicas, a serem canalizadas para um leito particular, enquanto o pedestre disporá de caminhos diretos ou de caminhos de passeio para ele reservados. (CARTA DE ATENAS, 1933, p.8)

Os espaços públicos experimentados cotidianamente são marcados por limites e fragmentações resultantes de uma organização racional determinada na escala do município pela gestão pública da cidade e por agentes privados com poder de decisão.

## 2.2 Espaços públicos e relações de produção

A reprodução (das relações de produção, não só dos meios de produção) está localizada não somente na sociedade como um todo, mas no espaço como um todo. O espaço, ocupado pelo neocapitalismo, seccionado, reduzido à homogeneidade ainda que fragmentada, torna-se a sede do poder. (LEFEBVRE, 1973, p.83)

Lefebvre retoma o raciocínio de Marx de que o problema do modo de produção capitalista não é decorrente somente das relações de produção, mas da reprodução dessas relações e busca compreender o que Marx não chegou a apontar: como essa reprodução acontece até hoje, resistindo às crises. Ele afirma então que o capitalismo sobrevive – se reproduz – ocupando e produzindo espaço. Diante disso, cabe buscar compreender como a produção do espaço *público* se relaciona com a reprodução das relações de produção capitalistas. De acordo com Lefebvre, o “*espaço (social) é um produto (social)*” (LEFEBVRE, 2006, p.31) e deve ser analisado de modo não abstrato, em meio a essas relações. Em uma observação a esse entendimento de Lefebvre sobre a produção do espaço, David Harvey observa:

Ele [Lefebvre] elabora uma devastadora crítica das concepções cartesianas, do absolutismo político que advém de concepções absolutas do espaço, das opressões que se abatem sobre o mundo devido a uma espacialidade racionalizada, burocratizada, definida tecnocrática e capitalisticamente. Para ele, a produção do espaço tem de permanecer uma possibilidade interminavelmente aberta. (HARVEY, 2004, p.240).

De acordo com Lefebvre, o poder público e seu arranjo institucional desempenham um papel crucial nessa produção que acontece no território como um todo e é viabilizada por meio do planejamento urbano, que tradicionalmente contribui para a centralização do poder de decisão.

Lefebvre situa os fenômenos urbanos entre dois níveis que se relacionam dialeticamente: o nível da *ordem próxima*, que corresponde à vida cotidiana e às relações imediatas entre pessoas e grupos

que compõem a sociedade; e o nível da *ordem distante*, que engloba a autoridade do Estado e instituições poderosas que organizam e regulam a sociedade (LEFEBVRE, 1991b, p.52). Discutindo a interferência da *ordem distante* nos espaços do cotidiano, Lefebvre aponta que “*apesar de aparentemente simples e não-mediada, a vida cotidiana revela, em análise, a presença de uma gama de representações efetivas, símbolos, regulações, controles, modelos e normas (ideologias e superestruturas) que intervêm nela e a mediam.*” (LEFEBVRE, 2008c, p.236) A partir disso, pode-se levantar que a organização espacial decorrente da produção capitalista e das decisões do poder público, isto é, do binômio capitalismo e democracia representativa, apontado por Souza (2010), é praticada e percebida em graus diferentes na escala microlocal e os cidadãos tendem a manter uma postura alienada em relação à produção do espaço urbano onde vivem.

Como Lefebvre pensa dialeticamente, no lugar de apontar uma oposição maniqueísta e estanque, ele afirma que o global não determina completamente o local, onde acontece uma prática social coletiva que não está completamente atada aos seus imperativos. Ou seja, é possível que existam práticas que fazem o movimento inverso dos processos heterônomos vigentes. Se as relações de produção se reproduzem por meio do espaço (o que inclui o objeto dessa investigação), alterações na produção do espaço transformam estruturalmente as relações da sociedade, já que a produção do espaço é um dos seus aspectos estruturantes. A questão colocada por Lefebvre é bem direta e ajuda a refletir sobre o problema: se queremos construir outras relações sociais é preciso que essa construção passe pela produção do espaço. Ele aponta também que a transformação da totalidade passa pela transformação do cotidiano, já que ele é a “*base sólida sobre a qual a estrutura foi construída*” (LEFEBVRE, 1973, p.123). Ainda sobre o aspecto decisivo do cotidiano, Lefebvre afirma:

*Ou empregamos nossas energias práticas (aquelas de que todo indivíduo dispõe enquanto ser social), para fortificar as instituições, as ideologias existentes – o Estado ou uma igreja, um sistema filosófico ou uma organização política – e ao mesmo tempo nos empenhamos em consolidar o cotidiano sobre o qual se estabelecem e se mantêm essas “superestruturas”; ou nos dedicamos a “mudar a vida”. Em outras palavras, ou erigimos em absolutos, em Idéias platônicas as*

instâncias que se elevam acima do cotidiano com a pretensão de regê-lo – *ou então* tornamos relativas essas entidades (Estado, igrejas, culturas etc.), recusamos substancializar (descobrir a substância delas, o ser escondido da realidade humana), desvalorizamo-las, valorizando o que elas depreciam e sobre o qual elas pesam, considerando-o nada mais que um resíduo: o cotidiano. (LEFEBVRE, 1991a, p.21).

Seguindo esse raciocínio, pode-se inferir que as relações sociais no espaço cotidiano podem se contrapor à imobilização, à apatia e à impressão de que transformações estruturais são remotas. Elas são políticas e contém em si mesmas o potencial de emancipação.

### **2.3 Espaço livre para o tempo livre**

Liberdade organizada é coercitiva: ai de ti se não tens um 'hobby', se não tens ocupação para o tempo livre! (ADORNO, 1995, pg.3)

Para investigar um possível potencial emancipatório relacionado ao espaço público cotidiano, é importante fazer uma reflexão crítica do seu extremo oposto: as relações sociais nos espaços públicos especializados para o lazer e convívio. Praças e parques são os espaços livres de uma cidade onde a espontaneidade e as atividades lúdicas são bem-vindas. Caracterizados pela construção de um cenário bucólico ou divertido, são lugares cujo objetivo parece ser fazer com que os indivíduos se esqueçam da cidade onde estão inseridos por contraste. Mas apesar da aparente liberdade, a localização e o conteúdo programático desses espaços são predefinidos, o que faz deles peças-chave na organização funcionalista do espaço e do tempo.

É característica desta sociedade, desde o início da industrialização, a necessidade desse lugar indispensável para o divertimento em meio às outras funções da cidade. A recreação era uma das funções-chave do urbanismo modernista e, assim como as outras, deveria se localizar em setores específicos. O trecho a seguir da Carta de Atenas mostra como as horas livres deveriam ser gastas

a partir do “*entretenimento útil do habitante da cidade*” (1933, p.10) nos espaços destinados ao lazer:

Esse é um outro problema social muito importante, cuja responsabilidade está nas mãos dos edis: encontrar uma contrapartida para o trabalho estafante da semana, tornar o dia de repouso verdadeiramente revitalizante para a saúde física e moral, não mais abandonar a população às múltiplas desgraças da rua. Uma destinação fecunda das horas livres forjará uma saúde e um coração para os habitantes das cidades. (CARTA DE ATENAS, 1933, p.11).

Nos dias de hoje, o entendimento do lazer como atividade distrativa, divertida, sem compromisso e permitida num certo espaço e tempo é compartilhado por todas as camadas da sociedade. Lefebvre define o lazer como “*tecnocracia do relaxamento*” apontando que, diferentemente da “*atividade livre que se exerce para si mesma*” (LEFEBVRE, 1991a, p.62), trata-se de uma especialização e do direcionamento do ócio. No trecho seguinte, ele explica como a separação funcional se estabelece sobre a vida cotidiana:

Os fragmentos da vida cotidiana se recortam, se separam em seu próprio “terreno” e se acomodam como as peças de um quebra-cabeça. Cada um deles pressupõe a soma de organizações e de instituições. Cada um deles – o trabalho, a vida privada e a vida familiar, os lazeres – é explorado de maneira racional, incluindo-se aí a novíssima organização (comercial e semiplanificada) dos lazeres. (LEFEBVRE, 1991a, p.67).

Os espaços públicos especializados encaixam-se numa lógica que vincula a organização espacial à organização do tempo. Em consonância com essa lógica, há uma separação, de caráter estrutural, que se concretiza no cotidiano: aquela entre o tempo de trabalho e o tempo livre. Os espaços previstos na malha urbana para o lazer, junto à valorização da vida privada e do indivíduo, são os correspondentes espaciais dessa separação. De acordo com Theodor Adorno (1995) a noção de tempo livre é uma expressão que substitui o que era antes o ócio, ambos qualitativamente distintos. Mero apêndice do trabalho, determinado por ele e coisificado como tal, o tempo livre e seu caráter



são definidos pela totalidade das relações sociais de produção.

A indagação adequada ao fenômeno do tempo livre seria, hoje, porventura, esta: “Que ocorre com ele com o aumento da produtividade no trabalho, mas persistindo as condições de não-liberdade, isto é, sob relações de produção em que as pessoas nascem inseridas e que, hoje como antes, lhes prescrevem as regras de sua existência?” (ADORNO, 1995, p.1)

Adorno frisa que a não-liberdade do trabalho se prolonga no tempo livre e que a contraposição radical entre um e outro é artificial. Se no trabalho a distração e a espontaneidade não são bem-vindos, no tempo livre, eles são praticamente forçados. É o que o autor chama de “*divisão racional da existência*”, onde as coações são assimiladas, sendo incorporadas às necessidades das pessoas no cotidiano. As atividades do tempo livre são como uma “*reserva de vida imediata em um sistema total completamente mediado*” (ADORNO, 1995, p.2). Robert Kurz (1999a, 1999b) também chamou a atenção, mais recentemente, para o papel decisivo do tempo no modo de produção. A expropriação do tempo está estreitamente ligada ao “*espaço funcional do capital, destacado do restante da vida*” (KURZ, 1999b, p.1)

Surgiu assim um *espaço-tempo* capitalista, sem alma nem feição cultural, que começou a corroer o corpo da sociedade. O “trabalho”, forma de atividade abstrata e encerrada nesse tempo-espaço específico, teve de ser depurado de todos os elementos disfuncionais da vida, a fim de não perturbar o fluxo temporal linear: trabalho e moradia, trabalho e vida pessoal, trabalho e cultura etc. dissociaram-se sistematicamente. Só assim foi possível nascer a separação moderna entre horário de trabalho e tempo livre. (KURZ, 1999b, p.1)

Assim como Adorno, Kurz também diferencia o conceito medieval de ócio do conceito moderno de tempo livre: “o ócio não era uma parcela da vida separada do processo de atividade remunerada, antes estava presente, por assim dizer, nos poros e nos nichos da própria atividade produtiva” (KURZ, 1999b, p.2). Estruturalmente falando, pode-se afirmar que essa separação temporal e espacial tem sido crucial para organizar e manter hierarquicamente a reprodução da sociedade,

domesticando os indivíduos até mesmo nas atividades que aparentemente são livres e espontâneas.

Se o planejamento, em muitos aspectos, contribuiu até hoje para a fragmentação espacial das atividades cotidianas, parece razoável dizer que nos espaços não-planejados, como as ruas dos aglomerados e vilas, os usos se misturam espontaneamente: é possível encontrar numa mesma porção espacial usos como moradia, comércio e convívio em espaços informais, além de vias que são para pedestres ao mesmo tempo em que servem para a circulação de veículos. Contudo, também é verdade que os aglomerados vêm sendo regulados por meio de intervenções rigorosas do poder público, que lhes aplicam uma funcionalização semelhante à dos bairros planejados, decidida por agentes externos. A heteronomia e a especialização da produção do espaço público microlocal tende a ser até mais rigorosa nesses ambientes urbanos precários, pois se alinha com o ideal de distribuição dos serviços urbanos, erroneamente compreendido como idêntico ao direito à cidade, e serve como pretexto para o exercício de um maior controle sobre essas áreas.

Vivenciei uma situação desse tipo em 2008, quando trabalhei num dos escritórios de arquitetura responsáveis pelos projetos de praças do Programa Vila Viva do Aglomerado da Serra (Belo Horizonte). Essa “intervenção estruturante”, coordenada pela Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL), além de remoções, construções de prédios, aberturas de vias e urbanização de becos, previa três parques que tinham como objetivo preservar nascentes, córregos e espécies nativas, provendo também espaços destinados a esporte e lazer para a população. Ainda que os moradores do Aglomerado tenham participado das discussões do Plano Global Específico (PGE), responsável por apontar diretrizes para possíveis intervenções, o processo de projeto executivo não foi participativo. Apesar do anseio da equipe de arquitetos de que os moradores estivessem mais diretamente envolvidos com as propostas, o cumprimento das exigências da URBEL sobre padrões de desenho e especificações tomou todo o tempo do processo. Os espaços públicos que não apresentavam uma utilização óbvia e controlada, nesse caso, foram descartados pela URBEL durante as revisões de projeto, sendo solicitados quadras e equipamentos para ginástica. Espaços indeterminados, com bancos e espreguiçadeiras, foram eliminados pelo fato de admitirem a permanência, o ócio e a reunião de grupos, sendo identificados como pontos possíveis para tráfico e

criminalidade. A URBEL recomendava incisivamente soluções espaciais voltadas para o que ela definia como “lazer ativo”, junto do argumento sobre a dificuldade de manutenção e necessidade de controle dos espaços públicos, o que serviu de justificativa para a esterilização dos espaços.<sup>7</sup>

Todo esse processo que delimita e produz de forma especializada os espaços de convívio e lazer, definindo o repertório de atividades, está na contramão das possibilidades de ocupação criativa e coletiva, e de constituição autônoma dos espaços cotidianos por parte dos cidadãos. Tais possibilidades são políticas, pois se contrapõem ao esquema racionalizado de produção e de utilização.

## **2.4 Direito (coletivo) à cidade**

Uma abordagem dos espaços públicos que se limita à questão da apropriação de espaços projetados por especialistas e à análise da relação do usuário com necessidades definidas previamente (seja por uma catalogação genérica, seja por um levantamento específico do local em determinado momento), acaba por desconsiderar a deliberação e a criatividade dos indivíduos que não só usam como podem também transformar esses espaços. O que está em jogo não é somente o uso ou a adesão a um uso predefinido por um projeto, por mais bem intencionado que seja, mas a prática do direito à cidade, como foi discutida amplamente por Lefebvre (1991b) e, mais recentemente, por David Harvey (2008). Lefebvre o definiu como o direito de transformação da vida urbana por meio da prática social “*de todos aqueles que sofrem a ação de uma cotidianidade bem ordenada*” (LEFEBVRE, 1991b, 118).

Harvey considera que, num contexto em que as transformações urbanas são historicamente usadas para estabilizar as crises do capitalismo, é complicado sustentar ideais de identidade urbana,

---

<sup>7</sup> Essa política de controle do ócio, que na ocasião percebi apenas na perspectiva unilateral de participante de uma equipe de projeto, foi confirmada por arquitetos e urbanistas da Secretaria Municipal de Políticas Urbanas (SMURBE). A entrevista com os funcionários da SMURBE foi feita em março de 2010.

cidadania e pertencimento. Fazendo uma retrospectiva do papel das renovações urbanas (e uso do capital excedente) na estabilização das crises do capitalismo, partindo do caso de Paris com as reformas de Haussmann no século XIX, passando pelas reformas em Nova York de Robert Moses no século XX e chegando às intervenções atuais em Dubai e nas favelas do Rio de Janeiro, Harvey enfatiza o seu poder de desmantelamento da organização de grupos de moradores e de reserva dos espaços da cidade para o usufruto de uma elite. A partir disso, ele aponta que o direito à cidade consiste na reversão desse quadro, ou seja, na retomada do poder de decisão e ação dos indivíduos e grupos na produção do espaço (HARVEY, 2008).

A discussão do direito à cidade evidencia o distanciamento e a falta de controle da maioria dos indivíduos em relação à produção dos espaços cotidianos. Ela evidencia ainda as contradições da articulação não coesa entre vida cotidiana, modo de produção capitalista, relações sociais de produção, práticas de planejamento, gestão urbana e atuação do Estado. Em se tratando então de buscar condições para espaços cotidianos com qualidades construídas coletivamente, não adianta simplesmente exigir maior regulação do poder público sobre as ações da iniciativa privada, já que ambos os tipos de atuação acontecem numa esfera que se sobrepõe à do cotidiano. Os casos pesquisados para a presente dissertação (abordados no capítulo 4) permitem inferir que, além da predominância do interesse privado sobre o público, a cultura de atuação do poder público na configuração e manutenção do espaço na escala microlocal diminui as chances de emergência de redes de relações em torno da organização desse espaço.

## **2.5 Abordagens apolíticas de espaços políticos**

O campo do desenho urbano (*urban design*) vem sendo definido desde a década de 1970 por arquitetos declaradamente não-modernistas que buscam “*articular temas como traçado urbano e percepção ambiental abrindo-se para as contribuições de algumas ciências sociais, notadamente Antropologia, Geografia e Psicologia Social*” (SOUZA, 2010, p.58). Trata-se de um campo que se

fixa na análise da relação entre morfologia do espaço e relações sociais, apresentando abordagens que se alinham com a racionalização descrita anteriormente, mesmo que partam da sua negação.

Um exemplo disso é a teoria do Espaço Defensável (*Defensible Space*), desenvolvida na década de 1970 pelo arquiteto urbanista Oscar Newman, que busca resolver o problema da violência e da degradação dos espaços públicos a partir do desenho urbano. Seus estudos partiram de uma comparação do conjunto habitacional Pruitt-Igoe com outro conjunto localizado na mesma área que não apresentava os mesmos problemas sociais. Interpretando a história do conjunto a partir da relação direta entre partido arquitetônico e comportamento social, Newman abstrai a lógica na qual a sua produção estava inserida, que envolvia a expulsão da população pobre do centro da cidade de St. Louis. Demolido na década de 1970, depois de duas décadas de degradação socioespacial, a sua falência foi resultado principalmente da retirada de serviços básicos que foram fornecidos a princípio – exigindo uma organização que os moradores não desenvolveram inicialmente – e da localização distante em relação aos empregos e serviços.<sup>8</sup>

Partindo então da consideração de que aspectos formais do espaço determinam certos comportamentos sociais, Newman sintetiza informações com o intuito de gerar ambientes opostos àquele de Pruitt-Igoe. Todo programa de Espaço Defensável que carrega essa teoria tem o mesmo propósito: reestruturar o *layout* físico de comunidades degradadas para permitir que os residentes controlem os espaços em volta de suas casas. “*A redução do crime e da presença de criminosos dependem do envolvimento do morador.*” (NEWMAN, 1996, p.9) A ideia central é que, no lugar da intervenção do poder público, a ajuda mútua local atue garantindo a segurança da vizinhança. No entanto, como veremos adiante, essa teoria propõe, nas entrelinhas, a segregação de um grupo de vizinhos no espaço urbano. A intenção desse plano é eliminar o crime nas comunidades, idealizando espaços cercados para grupos limitados de pessoas, interceptando o acesso de estranhos.

---

<sup>8</sup> O'NEIL, Tim. A look back. Pruitt and Igoe started strong, but in the end failed. Disponível em <[http://www.stltoday.com/news/local/metro/article\\_e2a30e7c-f180-5770-8962-bf6e8902efc1.html](http://www.stltoday.com/news/local/metro/article_e2a30e7c-f180-5770-8962-bf6e8902efc1.html)>, acesso em nov. 2010.

Ensimesmada no interesse privado, essa teoria não afeta a questão do abandono do espaço público, já que o transforma em um espaço restrito ao uso de um grupo pequeno de proprietários. Um exemplo de como isso acontece é o modelo de *mini-vizinhanças* proposto por Newman, que tem por objetivo estabilizar vizinhanças em estado de degradação. Nele, os moradores podem literalmente possuir e controlar as próprias ruas. Apesar de não haver impedimentos para que qualquer um possa dirigir ou caminhar por essas ruas, a ideia é deixar claro para o transeunte que ele entrou num ambiente privado e que seus atos estão sob constante observação. “Somente uma entrada, ou portal, é colocado para cada mini-vizinhança, sendo esta também a única saída. Um símbolo proeminente deve ser usado para marcar a entrada e indicar que a pessoa está entrando em um mundo privado” (NEWMAN, 1996, p.48) Os portões e grades, segundo essa proposta, servem para garantir o sentimento de posse privada, definindo fisicamente uma vizinhança, que deve ter não mais que três ou seis ruas.

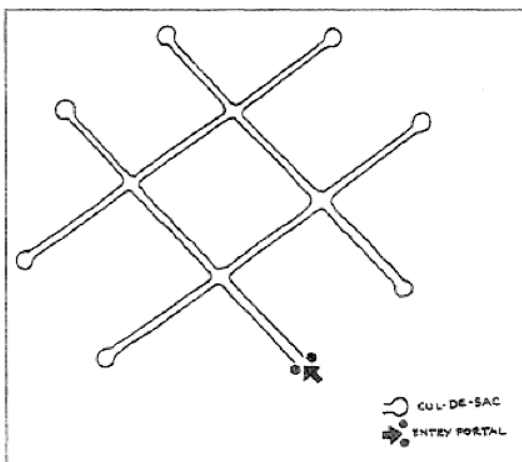


FIGURA 02 – Modelo de mini-vizinhança com *cul-de-sac* e portão de acesso

Fonte: Newman, O. *Creating defensible space*, 1996

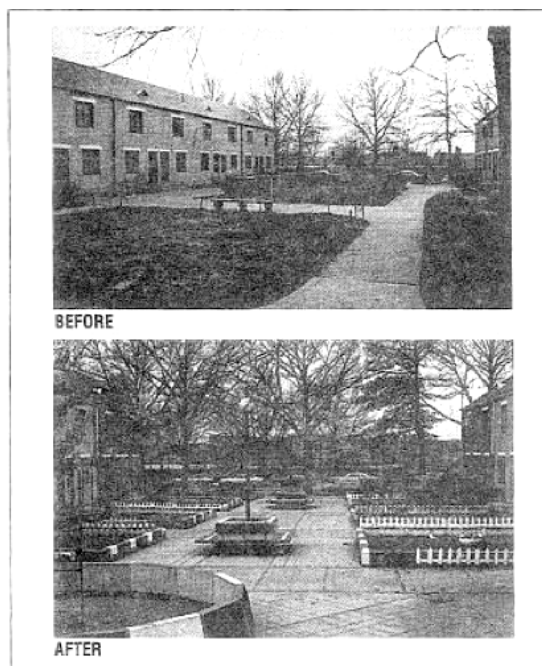


FIGURA 03 – Os espaços de uso comum, antes e depois da sua delimitação em relação às moradias

Fonte: Newman, O. *Creating defensible space*, 1996

A teoria de Newman é adotada por muitos seguidores sem que se questionem seus problemas. O tratamento controlador e policiaisco do desenho urbano, que Newman deixa apenas

subentendido, é mostrado sem pudor na versão brasileira do Coronel Roberson Luiz Bondaruk, autor do livro *A prevenção do crime através do desenho urbano* (2007). Em suas análises e propostas, a cidade aparece como lugar do conflito entre pessoas boas e delinquentes, e o desenho urbano surge para mantê-los devidamente separados. Essa tentativa de solução para a violência apresenta uma visão fragmentada do problema e acaba contribuindo para o aumento da segregação no uso dos espaços, promovendo uma seleção de quem pode ou não usufruí-los. Ironicamente, Bondaruk utiliza Jacobs como referência, a autora que se engajou no exato oposto dessa segregação. Apesar de ter dedicado grande parte de *Morte e Vida nas Grandes Cidades* à questão da segurança e da vigilância, para Jacobs, as ruas da cidade têm a incumbência de lidar com desconhecidos e devem “*não apenas resguardar a cidade de estranhos que depredam: devem também proteger os inúmeros desconhecidos pacíficos e bem-intencionados que as utilizam, garantindo também a segurança deles.*” (JACOBS, 2000, p.36) A presença de desconhecidos, a diversidade de usos e o trânsito de pessoas fazem parte dos ingredientes detectados por Jacobs como necessários para a conformação de uma rua segura. Já as diretrizes de Bondaruk revelam uma abordagem especialista que define todos os espaços, situações e objetos na tentativa de prever a má fé das pessoas e a ação de possíveis delinquentes. Assim, os conflitos sociais são assimilados como questões a serem resolvidas pelo desenho urbano, como mostra o trecho a seguir:

É fundamental [...] o trabalho da polícia, a garantir através de uma presença constante, a segurança para os usuários do local, bem como o distanciamento de presenças indesejáveis, como desocupados, usuários de drogas e delinquentes, os quais insistem em assumir o controle destes lugares. Praças públicas devem ser ponto de encontro da comunidade, não um covil daqueles que fazem por tornar os espaços humanos um palco de tragédias urbanas e desalento, para quem realmente ama a cidade onde vive. (BONDARUK, 2007, p.232).

Teorias como a do Espaço Defensável são problemáticas, pois partem do pressuposto de que as pessoas só são capazes de zelar e interferir criativamente naquilo que compõe o seu domínio privado. Grande parte dos problemas urbanos se deve ao fato de que justamente o inverso disso

não é praticado: a negociação em relação aos espaços visando o interesse público, que extrapola a esfera doméstica ou um grupo restrito de vizinhos.

A ênfase da capacidade harmonizadora do desenho urbano é também premissa para o movimento denominado Novo Urbanismo (*New Urbanism*), que surgiu na década de 1990 nos EUA e que nos anos 2000 foi disseminado na Europa. Como negação direta da cidade gerada pelos processos do urbanismo modernista, os novos urbanistas se empenharam em projetar a antítese dos subúrbios rarefeitos norte-americanos, buscando resolver problemas como a falta de coesão de vizinhança e dependência do uso do carro. A Carta do Novo Urbanismo (1996) traz uma série de princípios considerados necessários para a emergência de uma comunidade coesa. Por meio da definição de um perímetro semelhante aos das cidades tradicionais pequenas, seria possível produzir um arranjo com diversidade de uso do solo, onde o pedestre é privilegiado e as pessoas se sentem seguras (ABRAHÃO, 2008). São ícones do novo urbanismo as cidades de *Seaside*, produzida na década de 1980, e *Celebration*, desenvolvida pela *Walt Disney Company* na década de 1990, ambas na Flórida.



FIGURA 04 – Seaside, Flórida  
Fonte: Capital Social<sup>9</sup>, 2001



FIGURA 05 – Celebration, Flórida  
Fonte: Sprawling Places<sup>10</sup>, 2010

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://socialcapital.wordpress.com/category/seaside/>> Acesso em: dez, 2010.

<sup>10</sup> Disponível em: <[http://www.dkolb.org/sprawlingplaces/generalo/newurban/newurb\\_4.html](http://www.dkolb.org/sprawlingplaces/generalo/newurban/newurb_4.html)> Acesso em: dez, 2010.



Harvey atenta para a perversidade omitida no comunitarismo do Novo Urbanismo:

O espírito de comunidade vem sendo há muito tempo considerado um antídoto para ameaças de desordem social, de luta de classes e de violência revolucionária. Comunidades bem fundadas o mais das vezes excluem os forasteiros, se autodefinem em contraposição a eles, erigem todo o tipo de sinais de “afastem-se” (quando não tangíveis muros), internalizando a vigilância, os controles sociais e a repressão. (HARVEY, 2004, p.222)

Trata-se então de uma proposta que busca solucionar, como se fossem problemas, aspectos constitutivos da vida política no espaço urbano. Há uma reprodução pasteurizada do que aconteceria por meio de muita negociação e conflito de interesses em um espaço compartilhado por indivíduos e grupos diferentes. Para Harvey, trata-se de uma utopia concretizada na forma espacial que controla a possibilidade de mudança social se contrapondo ao caótico estado das coisas (HARVEY, 2004).

Os condomínios fechados brasileiros possuem uma organização interna semelhante a essas comunidades desenhadas. Além dos condomínios fechados, há também os loteamentos fechados e as vizinhanças que praticamente privatizam as ruas por meio da disposição estratégica de guaritas e vigias pagos. No caso brasileiro, o que motiva a produção, comercialização e adesão a esses espaços separados do restante da cidade é a questão da segurança e do *status*, diretamente ligada à autosegregação socioespacial que, de acordo com Souza, é uma solução escapista por “*representar fuga e não um enfrentamento*” (SOUZA, 2008, p.73).

Zygmunt Bauman (2009) observa que é muito sutil a linha que separa excluídos do trabalho e criminosos: ambos são “elementos anti-sociais”; criticamente, ele afirma que a exclusão de uns e de outros (destinados ao desemprego ou à prisão) deixou de ser provisória e tornou-se importante mantê-los à distância da comunidade que age de acordo com as leis.

A aguda e crônica experiência da insegurança é um efeito colateral da convicção de que, com as capacidades adequadas e os esforços necessários, é possível

obter uma segurança completa. Quando percebemos que não iremos alcançá-la, só conseguimos explicar o fracasso imaginando que ele se deve a um ato mau e premeditado, o que implica a existência de algum delinquente. (BAUMAN, 2009, p.15)

Há o objetivo incessante de garantir a segurança dos cidadãos “de bem”, que é como se autoproclamam os indivíduos e famílias de classe média em oposição aos delinquentes, moradores de rua e outros grupos que não são bem providos e que por isso representam uma constante ameaça ao seu bem estar. A solução mais plausível e prática tem sido a colocação de grades e, em áreas onde o poder aquisitivo dos moradores é maior, guaritas de segurança e câmeras. Bauman associa tamanha insegurança à valorização do indivíduo e à sua vulnerabilidade diante da falta de vínculos sociais.

Quanto mais tempo se permanece num ambiente uniforme – em companhia de outros como nós, com os quais é possível se socializar superficialmente, sem correr o risco de mal-entendidos e sem precisar enfrentar a amolação de ter de traduzir um mundo de significados em outro –, mais é provável que se desaprenda a arte de negociar significados e um *modus convivendi*. (BAUMAN, 2009, pg.46)

O problema está em assumir a segregação como única forma de lidar com esses conflitos, o que termina por ampliá-los. O desenho urbano, como os autores citados anteriormente defendem, não dá conta de resolver esses conflitos, ele ajuda, no máximo, a encobri-los e por isso os agrava, minando a possibilidade da construção de um *modus convivendi*, como apontado acima por Bauman.

Para Souza, a segurança completa não seria possível nem mesmo numa sociedade em que inexistem assimetrias estruturais de poder e riqueza. Apesar de diminuir grande parte das tensões, “*seria pouco razoável esperar alguma coisa como uma eliminação completa da violência (inclusive física) associada à transgressão, aqui e ali, do ‘nómos’, mesmo que esse ‘nómos’ tivesse sido acordado pelo corpo de cidadãos de modo radicalmente democrático*” (SOUZA, 2008, p.236). Nesse

sentido, trata-se de um equívoco abordar a violência urbana como um problema contemporâneo a ser resolvido, já que o medo de sofrer um crime é algo que sempre existiu e o espaço urbano não é responsável pela violência urbana. Por outro lado, Souza esclarece que a violência não está dissociada do espaço, sendo produto social e também condicionante das relações sociais. Souza atribui a economia da violência à dialética entre o “mercado da violência” e o “mercado da segurança”, onde *“o primeiro estimula e parece justificar a expansão do segundo, e este, por sua vez mesmo que indiretamente (desvio e venda ilegal de armas) termina por alimentar aquele”* (SOUZA, 2008, p.69). Da mesma forma, pode-se dizer que a produção de comunidades fechadas, sejam elas de fato muradas, cercadas ou vigiadas por profissionais, contribui para o cultivo da desconfiança e do medo no espaço urbano.

A escolha de viver entre “iguais” é complexa e contraditória, e muitas vezes não implica convivência nenhuma. Para Souza, *“mais que para se juntar em associação para, junto com seus iguais de classe se protegerem, os indivíduos e as famílias desejam no fundo, pouco contato até mesmo com seus vizinhos”* (SOUZA, 2008, p.75). Ou seja, o interesse está não só no escapismo das diferenças da cidade como também no individualismo e na valorização da propriedade privada. Souza ressalta, ainda, o fato de que as áreas urbanas exclusivas a certos grupos não se restringem às classes médias e altas, podendo ser uma prática reproduzida em ambientes urbanos populares a partir da incorporação de hábitos e valores dos ricos.

Nos termos colocados por Souza, busca-se aqui discutir a produção de espaços públicos na escala microlocal que pressupõe o *“enfrentamento construtivo”* (SOUZA, 2008, P.73), ou seja, espaços que se constituem através do diálogo, da negociação, de respeito à diferença e de alguma solidariedade, mesmo em meio aos conflitos interpessoais e aos conflitos estruturais. Esses espaços situam-se no limbo entre os espaços públicos “terra-de-ninguém” e os espaços públicos que, na prática coletivos, pertencem a um grupo de restrito de proprietários. Entre esses dois tipos de espaço há uma faixa de ação rica em possibilidades sociais que, além de envolver os moradores do entorno na deliberação sobre a sua configuração, é aberta a presenças, usos e interferências imprevisíveis do outro.

## 2.6 Arranjos sociais e espaciais

Enquanto Newman propõe o redesenho especializado dos espaços públicos em uma vizinhança com o objetivo de gerar a segurança e uma suposta coesão de comunidade, Christopher Alexander discute o desenho coletivo do espaço compartilhado na produção habitacional criticando que, nesse contexto, o controle do seja feito pelo poder público e não pelos moradores do entorno. Ele sugere que o arranjo dos espaços livres e construídos propicie a negociação de um grupo de habitantes em torno do desenho coletivo dos espaços públicos. A partir da hipótese de que certos arranjos propiciam essa negociação e outros não, ele propõe a disposição em *cluster* (cacho ou agrupamento) no lugar da disposição convencional das moradias em *grid* (malha hipodâmica) (ALEXANDER, 1985).

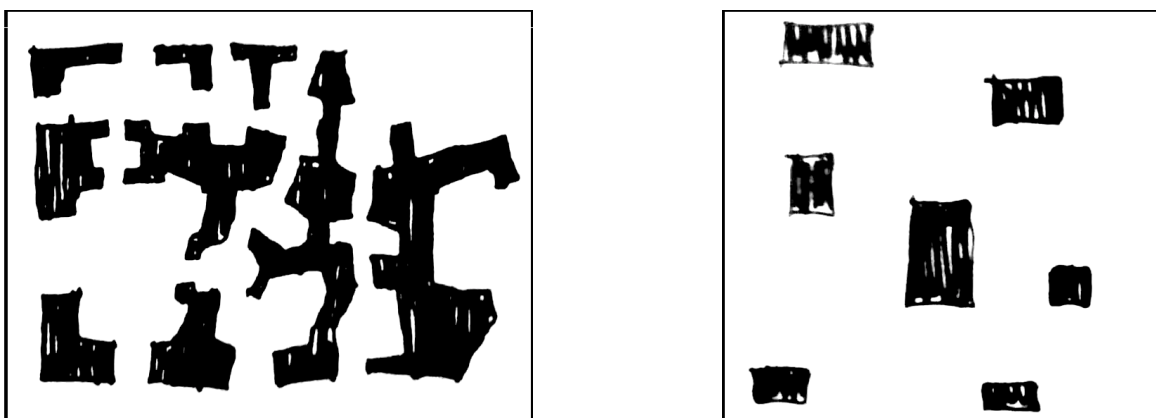


FIGURA 06 – À esquerda, a disposição em *cluster* das edificações (em preto) formariam espaços públicos positivos. À direita, a disposição em *grid* das edificações formariam espaços públicos residuais negativos  
Fonte: Alexander, C. *Um lenguaje de patrones: ciudades, edificios, construciones*, 1980.

A primeira disposição favoreceria a produção coletiva microlocal, enquanto a segunda, por dispor os espaços não-privados sem conexão com um grupo de moradias, torna-os espaços de ninguém. Alexander aponta que o problema do *grid* não está simplesmente no seu formato físico ou na ortogonalidade, mas no tipo de configuração mecânica que não reflete uma estrutura social (o que poderia acontecer da mesma maneira num ambiente urbano cheio de curvas). Um tipo de solução espacial recorrente (que Alexander chama de *padrão*) que se relaciona diretamente com o *cluster* é o *espaço exterior positivo*. Nesse caso, a disposição das moradias favorece a qualidade do espaço compartilhado, no lugar de recortá-lo deixando sobras (ALEXANDER, 1980).

O que diferencia a proposta do Espaço Defensável da proposta de Alexander é que Newman define de antemão o desenho dos espaços públicos pressupondo que a presença ou ausência de certos elementos condicionarão certos tipos de relações sociais. Já Alexander propõe uma estruturação na escala da implantação das edificações que favoreça o arranjo coletivo dos moradores em torno de espaços que são deixados “em aberto”, cuja caracterização é imprevisível. Nesse caso, são os próprios moradores que escolhem as características e os elementos do espaço público.

Além das pesquisas de Alexander (1980) que caracterizam o *espaço exterior positivo* pela existência de uma forma clara e definida pelas habitações do entorno, autores como Yoshiobu Ashihara (1982) também analisam a capacidade de convergência desses espaços em contraposição aos *espaços negativos*. Certamente é necessário ir além da análise formal do desenho urbano, da relação figura e fundo e de recomendações que padronizam os espaços tentando com isso direcionar as relações sociais. Certos arranjos podem até favorecer o convívio e a produção coletiva dos espaços públicos, mas outros arranjos, aparentemente desfavoráveis, não os excluem de antemão. Existem porções residuais do espaço público que, embora se caracterizem sob o ponto de vista do desenho urbano como negativos, são pontos de convergência de pessoas interessadas na sua produção microlocal visando o uso público. No capítulo 4 desta dissertação é apresentado um exemplo desse tipo de situação. Trata-se de um espaço residual, resultante da implantação de um túnel, para o qual não converge nenhuma moradia, estando todas elas voltadas para outras direções, conformando um arranjo centrífugo das edificações em relação ao espaço público, como ilustra a figura ao lado:

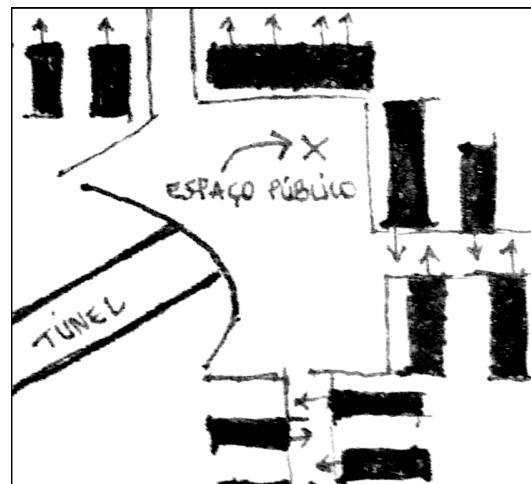


FIGURA 07 – Espaço público residual localizado sobre um túnel  
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2010

A partir desse caso, que será analisado adiante, fica claro que outros aspectos, como o engajamento e a disposição para a articulação microlocal dos moradores, são definidores para que

ocorram negociações sobre o espaço público, principalmente quando se trata de um ambiente urbano consolidado e não de uma situação de implantação de um loteamento ou de novas edificações.

### 3 REGULAÇÃO MUNICIPAL DO ESPAÇO PÚBLICO

Antes de analisar as situações urbanas propriamente ditas, é necessário entender como é feita a regulação das atividades no espaço urbano pelo poder público municipal em Belo Horizonte. O foco, aqui, são os instrumentos de regulação urbana que se relacionam mais diretamente com o espaço público da escala microlocal, a fim de compreender de que modo se dá a aproximação dessa escala, que é onde acontecem ou podem acontecer ações diretas dos cidadãos. Os instrumentos analisados aqui são o Plano Diretor, a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS), o Código de Posturas e o Código de Edificações.<sup>11</sup> No caso do Plano Diretor, devido à simultaneidade da pesquisa que originou esta dissertação com os estudos para Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) da RMBH, a análise foi feita no contexto da metrópole, a partir da leitura desse instrumento de gestão de outros municípios além de Belo Horizonte.

Esses instrumentos servem para conduzir e limitar as ações dos cidadãos sobre o espaço urbano (relacionadas à moradia, educação, trabalho, saúde, locomoção, lazer e alimentação), tendo em vista a sua qualidade ambiental e a contenção de conflitos associados a essas ações. O órgão responsável por coordenar a elaboração de projetos e obras no espaço urbano é a Secretaria Municipal de Políticas Urbanas (SMURBE), composta pela Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana (SMARU), Secretaria Municipal Adjunta de Habitação (SMAHAB), Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC), Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL), Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans), Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudecap) e Superintendência de Limpeza Urbana (SLU)<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Respectivamente as Leis nº: 7.165/1996; 7.166/1996, 8.137/2000, 9.959/2010, 9.845/2010 e 9.725/2010.

<sup>12</sup> Nos meses de novembro e dezembro de 2010 o prefeito de Belo Horizonte, Mácio Lacerda, apresentou um projeto de reforma da administração municipal que conta com a criação e extinção de órgãos e secretarias. Como o processo se deu durante a finalização da dissertação, a autora considera a estrutura administrativa até dezembro de 2010.

### 3.1 Os espaços públicos nos Planos Diretores da RMBH

A leitura do Plano Diretor (PD) de Belo Horizonte foi feita em conjunto com os Planos Diretores dos outros municípios da Região Metropolitana, como foi explicado anteriormente, com o objetivo de identificar as diretrizes referentes aos espaços públicos e suas variações de acordo com as características singulares de cada município. É importante notar de antemão que os Planos Diretores da RMBH foram formulados depois da aprovação do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº10.257) em 2001. De um modo geral, incorporam princípios como a função social da propriedade e o desenvolvimento sustentável, ainda que se trate de uma adesão quase sempre mais formal do que efetiva.

Os 34 municípios da RMBH apresentam características muito diferentes quanto a dimensões territoriais, número de habitantes, densidade demográfica, infraestrutura urbana, economia, capacidade administrativa etc. Para citar apenas alguns exemplos dessa diversidade: há 10 municípios com área menor do que 100km<sup>2</sup>, enquanto o maior município, Jaboticatubas, abrange uma área de 1.114 km<sup>2</sup>; há 15 municípios com menos de 20 mil habitantes, enquanto os três mais populosos (Belo Horizonte, Contagem e Betim) somam 3,5 milhões de pessoas; há dez municípios com densidade demográfica inferior a 50 hab/km<sup>2</sup>, enquanto os mais densamente povoados atingem cerca de 7.300 hab/km<sup>2</sup> (Belo Horizonte), 3.120 hab/km<sup>2</sup> (Contagem) e 2.140 hab/km<sup>2</sup> (Ribeirão das Neves); a incidência de pobreza em Ribeirão das Neves é de 23,2 %, contra 5,4% em Belo Horizonte.<sup>13</sup> Ainda assim, as diretrizes dos Planos Diretores são, de um modo geral, pouco incisivas e pouco relacionadas às especificidades locais.

No que diz respeito aos espaços públicos, eles são tratados predominantemente como áreas livres pontuais para atividades de lazer, isto é, como parques e praças concernentes à escala do município ou, no melhor dos casos, à escala do bairro. Promover, criar, implantar, revitalizar, conservar, recuperar, manter e distribuir tais equipamentos pontuais são diretrizes recorrentes, mas elas

---

<sup>13</sup> Informações sobre os municípios. *Site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em jan. 2011.



comparecem no contexto de políticas relacionadas a cultura, esporte e lazer, patrimônio histórico, meio ambiente e revitalização urbana. Em contrapartida, o espaço público na escala microlocal ou a melhoria da qualidade do entorno imediato da moradia não são abordados. Ainda que a Habitação de Interesse Social (HIS) seja um tema central, a ênfase, nesse contexto, é dada à produção das edificações e da infraestrutura urbana básica (água, luz, esgoto e pavimentação). Faltam direcionamentos que se refiram à produção e ao uso público de espaços livres resultantes da implantação das edificações, que poderiam considerar, por exemplo, as questões apontadas por Alexander, ou, para citar um segundo exemplo, a aplicação de instrumentos urbanísticos que facilitem o uso coletivo de lotes vagos em áreas consolidadas nas quais inexitem espaços livres para além de ruas, calçadas e pequenas porções residuais.

Os Planos Diretores de alguns municípios, como Betim, Contagem e São José da Lapa, definem diretrizes específicas para a melhoria do espaço cotidiano de bairros, incluindo, por exemplo, o desenvolvimento de políticas para a implantação de hortas comunitárias e espaços para eventos<sup>14</sup>. A produção de hortas comunitárias é incentivada com certa frequência (São José da Lapa, Capim Branco, Igarapé, Itaguara, Mateus Leme, Belo Horizonte<sup>15</sup> e Nova Lima), mas na maior parte dos casos não são regulamentados os instrumentos que poderiam disponibilizar espaços para tal uso.<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> BETIM. *Lei nº 4.574/2007*. Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor do Município de Betim; CONTAGEM. *Lei complementar nº 033/2006*. Institui o Plano Diretor do Município de Contagem e dá outras providências; SÃO JOSÉ DA LAPA. *Lei nº 575/2006*. Institui o Plano Diretor do Município de São José da Lapa e dá outras providências.

<sup>15</sup> No Plano Diretor de Belo Horizonte, como parte da Política de Abastecimento Familiar, é apontada a diretriz: “a promoção da implantação de hortas comunitárias, principalmente em regiões nas quais possam representar suplementação da renda familiar” (BELO HORIZONTE, 2000, p.26). BELO HORIZONTE. *Lei nº 7.165/1996 (com alterações introduzidas pela Lei 8.137 de 21 de dezembro de 2000)*. Institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte. Belo Horizonte:

<sup>16</sup> CAPIM BRANCO. *Lei nº 1.078/ 2006*. Dispõe sobre o Plano Diretor participativo do Município de Capim Branco; IGARAPÉ. *Lei complementar nº 03/2007*. Institui o Plano Diretor do Município de Igarapé; ITAGUARA. *Lei complementar nº 22/2007*. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Itaguara; MATEUS LEME. *Lei complementar nº 25/2006*. Institui o Plano Diretor participativo do Município de Mateus Leme; NOVA LIMA. *Lei nº 2007/ 2007*. Dispõe sobre Plano Diretor de Nova Lima, o sistema e o processo de planejamento e gestão do desenvolvimento urbano do Município e dá outras providências.

Já o Plano Diretor de Igarapé cita o Direito de Superfície (que permite ao proprietário conceder o direito de uso de seu terreno) para viabilizar a *“instalação de hortas comunitárias e estruturas de apoio a iniciativas coletivas da população para projetos que visem a melhoria da qualidade de vida das famílias e a geração de renda”* (IGARAPÉ, 2007, p.35).

A agricultura urbana propriamente dita, que envolve uma produção muito mais diversa do que a de uma horta comunitária, poderia comparecer nas diretrizes dos Planos de forma mais incisiva, também relacionada aos instrumentos que viabilizem sua implementação. Apesar de alguns instrumentos do Estatuto da Cidade, como o Direito de Preempção (que confere ao poder público a preferência para a aquisição de um imóvel) e as Operações Urbanas Consorciadas<sup>17</sup> (intervenção pontuais realizadas sob a coordenação do poder público envolvendo a iniciativa privada e moradores, por meio do pagamento de contrapartidas que lhes são interessantes), serem apontados para a criação de espaços públicos, mas muitas vezes não são regulamentados na prática.<sup>18</sup>

A gestão compartilhada – entre setor público e privado – das áreas públicas é citada no Plano Diretor de Sabará quando se trata da necessidade de instalação de equipamentos de lazer voltados para as comunidades. Aponta-se que devem ser estimuladas a conscientização ambiental e a responsabilidade dos habitantes quanto à proteção dos espaços públicos. No caso de Jaboticatubas, considera-se a *“intervenção organizada das comunidades locais sobre a organização e manutenção dos espaços públicos”* (JABOTICATUBAS, 2006, p.109<sup>19</sup>). Nesses planos parece haver uma aproximação maior da escala microlocal, contribuindo para que as reivindicações da população que habita áreas desconectadas das centralidades sejam atendidas de algum modo e gerem seus próprios centros.

---

<sup>17</sup> É o caso, por exemplo, de Caeté, Capim Branco, Jaboticatubas, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia e Mateus Leme.

<sup>18</sup> Estatuto da Cidade, disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm)> Acesso: ago 2010.

<sup>19</sup> JABOTICATUBAS. *Lei nº 1.905/2006*. Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento e de Expansão Urbana do Município de Jaboticatubas, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável e dá outras providências.

Apesar desses aspectos positivos, de um modo geral os espaços públicos são tratados nos Planos Diretores como um item dentre outros serviços públicos, sem que sejam discriminados os instrumentos e as orientações que viabilizem de fato a implantação e melhoria das áreas livres na escala microlocal. O uso de espaços residuais e lotes vagos não é abordado e é ainda mais rara a menção à atuação da população sobre a decisão e produção desses espaços. Quando ela é citada, parece ser apenas componente simbólico de um processo que não é iniciado pela população, mas pelo executivo municipal.<sup>20</sup>

### **3.2 O limite entre público e privado na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de BH**

A Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS) de Belo Horizonte (Lei nº 8.137/2000) estabelece que a reserva de espaço livre para uso público depende do percentual mínimo transferido ao Município pelos novos loteamentos, que corresponde a 35% da gleba loteada. Esses 35% compõem-se da soma de 20% destinados ao sistema de circulação de veículos e pedestres e outros 15% destinados a equipamentos urbanos (abastecimento de água, serviço de esgotos, energia elétrica, coleta de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado) e comunitários (educação, saúde, cultura, lazer, segurança, dentre outros) e a espaços livres de uso público (áreas verdes e praças). Não são aceitas nesse cálculo as áreas não-parceláveis ou *non aedificandae*, áreas sob linhas de transmissão de energia elétrica, canteiros centrais e aquelas com menos de dez metros de frente para o logradouro público ou sem acesso direto à rua.

Há diretrizes específicas para elementos da edificação que se relacionam diretamente com o ambiente urbano, como o muro, a calçada, o afastamento e a altura do fechamento em relação à rua. No entanto, esses elementos não são tratados como interfaces e sim como limites. Do

---

<sup>20</sup> Como no caso de Jaboticatubas, no capítulo sobre requalificação e reabilitação dos espaços públicos: “Os espaços públicos serão objeto de tratamento para sua recuperação e/ou requalificação, através de projetos específicos elaborados com a participação da comunidade, escolhidos através de concurso público (...)” (PLANO DIRETOR DE JABOTICATUBAS, 2006, p.109).

alinhamento para dentro, o proprietário busca aproveitar o máximo permitido do terreno; do lado de fora, ele cumpre a legislação a partir de aspectos meramente quantitativos. Por exemplo, o afastamento frontal mínimo exigido (ou seja, o executado), é de, no máximo cinco metros e recomenda-se que, quando situadas em vias arteriais ou de ligação regional, as edificações obtenham concordância dos greides dos afastamentos frontais. No entanto, não existe nenhum incentivo para que o proprietário ou os proprietários em conjunto disponham no alinhamento jardineiras, assentos, iluminação e outros elementos que melhorem a qualidade do ambiente urbano contíguo ao seu lote servindo ao uso público.

A recente alteração na LPUOS (Lei nº 9.959/2010) define em relação à taxa de permeabilidade que *“a área permeável, livre e vegetada, implantada no afastamento frontal da edificação e inteiramente visível do logradouro público, poderá ser convertida em pagamento do potencial construtivo adicional utilizado no próprio lote, observadas as demais exigências legais”*. (BELO HORIZONTE, 2010, p.25<sup>21</sup>). Apesar desse incentivo ao uso do afastamento frontal para a disposição de jardins, ele ainda é incipiente por não deixar claro que esses espaços devam propiciar algum uso público. Afirma-se, na LPUOS, que esse incentivo contribui para aliviar o sistema de drenagem urbana, mas nada é dito sobre a melhoria do ambiente público das calçadas.<sup>22</sup> Não há diretrizes que conduzam o proprietário a realizar esse tipo de melhoria na interface com o logradouro público e muito menos a construir um espaço de uso público em parte da área do lote. Em se tratando da construção de edifícios verticais, muito do espaço gasto internamente com áreas de lazer subutilizadas poderia ser revertido em espaço de uso público, do outro lado do alinhamento. Com o acréscimo, por exemplo, de dois metros ao afastamento exigido, passa a ser possível construir praças lineares, pequenos parques de brinquedos e jardins públicos rente às fachadas. Propostas desse tipo poderiam ser incentivadas, tornando-se práticas corriqueiras que melhoram consideravelmente os espaços públicos cotidianos. Contudo, sabemos que essas ações não acontecem no conjunto da cidade sem uma regulação que estabeleça tais possibilidades com clareza e que ofereça contrapartida para o proprietário.

---

<sup>21</sup> § 8º, Subseção V, Taxa de Permeabilidade (BELO HORIZONTE, 2010).

<sup>22</sup> Lei atual de Parcelamento, Uso e Ocupação do solo disponível em: <<http://www.pbh.gov.br/mapas/leiuso/lei-9959.htm>> Acesso: out 2010

Um exemplo de como esse tipo de ação por parte do proprietário pode ser direcionada acontece há décadas em Nova York por meio da figura do *privately owned public space* (espaço público de propriedade privada). Desde o zoneamento de 1961, o *Department of City Planning* oferece bônus de área construída para o proprietário que concordar em prover espaço de uso público em seu terreno. Apesar da influência modernista (o edifício Seagram, de Mies van der Rohe é um dos exemplares desse acordo), da concentração desses espaços no distrito comercial e das inúmeras praças estéreis construídas em frente a edificações caríssimas (a ponto de haver fiscalização para garantir que os espaços sejam de fato propícios ao uso público, já que muitos acabam sendo cercados ou vigiados por seguranças), esse instrumento é potente para a geração de áreas livres de uso público (KAYDEN, 2000).

Em Belo Horizonte nada impede a construção de fachadas cegas ou muros de arrimo que ignoram o espaço público onde se inserem e que tornam a rua completamente inóspita. As escolas, de um modo geral, são péssimos exemplos nesse sentido, já que a maioria se fecha em relação ao espaço público. Um caso que pode ser citado é o da escola estadual Coronel Juca Pinto, localizada na avenida Bueno Siqueira, na região da Pampulha (FIG. 08 e 09). Não há comunicação, nem mesmo visual, entre o ambiente da escola e o espaço público passível de uso localizado ao longo do muro.



FIGURA 08 – Vista aérea da escola. As setas mostram a possibilidade de interface com o espaço disponível na calçada (que é evitada)  
Fonte: Arquivo pessoal da autora (base Google Earth), 2010.



FIGURA 09 – Muro da escola totalmente vedado em relação ao espaço disponível  
Fonte: Google Street View, 2010.

É comum ainda que, nas áreas mais nobres da cidade, apesar do movimento constante de transeuntes, haja o constrangimento do uso público do afastamento frontal e ele está diretamente relacionado com a necessidade de vigilância e controle. Partindo do pressuposto de que lugares públicos serão apropriados por moradores de rua ou desocupados, os proprietários instalam artefatos que impedem que as pessoas assentem ou passem a noite na porta de edifícios residenciais e comerciais. Em muitos casos, protuberâncias na fachada que poderiam servir de assento são cobertas de espetos de metal; são comuns os bancos com divisórias ou avisos que proíbem deitar; há calçadas sob marquises que são molhadas por regadores automáticos para, literalmente, “espantar” eventuais candidatos a pernoite (FIG. 10). Enfim, são muitas as maneiras de evitar ou limitar o uso do logradouro público. Em São Paulo, rampas e bancos conhecidos como “antimendigo” foram implantados pela Prefeitura há alguns anos, principalmente nas áreas mais centrais e nobres da cidade (FIG. 11). Alguns moradores criticam e outros defendem essas medidas que barram o uso dos espaços públicos por quem mora na rua. A fala do presidente da Associação Paulista Viva, Néelson Baeta Neves, exemplifica um argumento defensor desse tipo de ação: “O cartão-postal da cidade tem de ser preservado. Sabemos das dificuldades sociais, mas não dá para ter gente morando na paulista. A cidade precisa de ordem” (Notícias Terra, dez. 2005)<sup>23</sup>. Ou seja, há um misto de necessidade de construção de um visual organizado e higiênico do espaço (que não combina com a imagem informal e desorganizada de pessoas descansando ou dormindo) e de negação da presença do outro (nesse caso, os moradores de rua ou pobres) no cotidiano.

---

<sup>23</sup> Sobre isso, ver a reportagem *Avenida Paulista terá rampa “antimendigo”*. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,O1678674-E1306,00.html> acesso em out. 2010 e a reportagem *SP já tem três praças com banco antimendigo* <<http://oglobo.globo.com/sp/mat/2007/02/23/294684231.asp>> Acesso em: out.2010.



FIGURA 10 – Banco no Parque Municipal (à esquerda) e jardineira em frente a uma igreja na rua Timbiras (à direita), com elementos desconfortáveis sendo ignorados pelas pessoas próximas a um ponto de ônibus, ambos em Belo Horizonte

Fonte: Arquivo pessoal da autora e Google street view



FIGURA 11 – Rampa sob viaduto e banco “antimendigo” em São Paulo

Fonte: Blogs Geometrias e Miguel Grazziotin<sup>24</sup>

Por outro lado, existem partes da cidade onde se vê o contrário do enclausuramento e da proibição explícita de usos, onde a atuação dos proprietários ultrapassa o alinhamento do lote particular, visando o incremento (ainda que mínimo) do espaço público em frente à moradia sem a preocupação de evitar sua apropriação por estranhos. Iniciativas desse tipo contribuem para a melhoria do ambiente urbano, tanto para quem mora quanto para quem passa pelo lugar, e expressam algo que está entre a delegação completa da caracterização do espaço público ao poder

---

<sup>24</sup> Imagens disponíveis, respectivamente, em <<http://espiritodegeometria.blogspot.com/2010/07/arquitetura-antimendigos.html>> acesso em nov.2010> e <<http://miguelgrazziotinonline.blogspot.com/2010/05/serra-e-visao-do-psdb-para-solucionar.html>> Acesso em: nov.2010

público e a privatização desse espaço por grupos autosegregados. Essas iniciativas deveriam ser incentivadas.



FIGURA 12 – Bancos implantados por moradores no encontro das ruas Frederico Cornélio e Gardênia, no bairro Caiçara, em Belo Horizonte  
Fonte: Arquivo pessoal da autora e Google Street View

### 3.3 O logradouro público funcional do Código de Posturas de BH

O Código de Posturas de Belo Horizonte (Lei n.º 9.845/2010) é a lei que mais se aproxima do cotidiano, já que os espaços públicos microlocais fazem parte do seu objeto de regulação: o logradouro público, composto por passeios e vias públicas, praças e quarteirões fechados. Em vigor desde 2003 e revisado em abril de 2010, trata-se de um conjunto de normas para regular a utilização do espaço urbano pelos cidadãos, fazendo prevalecer o interesse coletivo sobre o individual e prevenindo problemas como superutilização de ruas estreitas, poluição visual, acumulação de lixo, dentre outros. O Código busca resolver os conflitos gerados pela sobreposição de ações no espaço urbano e compreende regras para o uso e a ocupação dos logradouros públicos, especialmente no que diz respeito a intervenções no passeio, tais como: revestimento do piso, limpeza, plantio, instalação de postes e de mobiliário urbano; disposição de toldos, mesas, cadeiras, bancas de jornal



e engenhos de publicidade; definição de áreas para estacionamento de carros e caçambas; restrições para atividades de camelôs, eventos e feiras.

Sobre a relação do proprietário do lote com o logradouro público, o Código aponta regras para cuidados com o passeio e com o lote vago, além de regras para a minimização de interferências no espaço público geradas por obras (como transporte de entulhos e disposição de tapumes) e para o uso de artefatos de segurança (como cercas elétricas). No caso de atividades comerciais, o Código regula o licenciamento de ações como alvará de funcionamento e licença de bares e restaurantes para o uso de cadeiras e mesas no passeio. Enquanto o Código de Posturas aborda, ainda que precariamente, a relação do logradouro público com o lote privado, o mesmo não vale para o Código de Edificações (Lei nº 9.725/2010). A única menção se refere aos fechamentos frontais com altura superior a 1,80m. Nesse caso, recomenda-se que haja a adoção de elementos construtivos que garantam permeabilidade visual de 50% sobre a medida que ultrapassar a altura de 1,80m. Trata-se de uma recomendação quantitativa que não impede que o ambiente da calçada não se torne inóspito<sup>25</sup>.

De acordo com a Cartilha do Código de Posturas (2003), é proibida a instalação de elementos que obstruam a passagem de pedestres no logradouro público, abrindo-se exceção para o mobiliário urbano. A instalação de qualquer mobiliário depende de um processo burocrático que conta com licenciamento prévio e documentos complementares. A manutenção do mobiliário é de responsabilidade de quem o implanta, no entanto, as suas características (dimensão, formato, cor, material, tempo de permanência, horário de instalação e posicionamento no passeio) devem seguir os padrões definidos pela gestão urbana, ambiental, cultural e de trânsito. Não fica claro até que ponto o cidadão pode equipar a calçada em frente à moradia, já que o Código se concentra muito no uso comercial de bares e restaurantes. Além disso, é exigida uma faixa livre de passagem para pedestres, o que inviabilizaria possíveis intervenções em muitos lugares, já que em grande parte da cidade as calçadas são estreitas e sem possibilidade de alargamento devido ao tráfego e ao

---

<sup>25</sup> Lei 9725/09, art.10, inciso 8. Código de Edificações, disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1021196>>. Acesso em: out. 2010.

estacionamento para veículos. As pistas de rolamento são espaços dos quais pouco se fala no Código, o que dá a entender que são imutáveis, independentemente do tipo de via, devendo servir primordialmente à circulação de veículos e eventos esporádicos licenciados. Além disso, enquanto as calçadas são praticamente intransitáveis em muitos lugares, os espaços para estacionamento se mantêm intáctos.

A preocupação central está na garantia do bem estar do pedestre, ou melhor, na garantia da circulação do pedestre. Espaços para parada e descanso ao longo dos percursos são assuntos que não comparecem no Código nem mesmo nas partes referentes ao mobiliário e ao uso das calçadas. Ou seja, mesmo discorrendo sobre questões que de fato devem ser acordadas e reguladas para a convivência coletiva na cidade, o Código se concentra muito em estabelecimentos comerciais e atividades eventuais, limitando as ações dos cidadãos com o pressuposto de que eles agirão no espaço público necessariamente a partir do interesse privado ou deteriorando a paisagem. É oportuno frisar que são motivos diferentes aqueles que levam um comerciante a usar o espaço público como extensão do seu estabelecimento e aqueles que levam um morador a equipar o espaço público em frente à casa, assim como também são diferentes as implicações dessas ações.

Ou seja, os apontamentos do Código acabam convergindo para o *“controle das áreas comuns pelo poder público [...] por meio do disciplinamento dos comportamentos, das condutas e dos procedimentos dos cidadãos no Município de Belo Horizonte”* (BELO HORIZONTE, 2010). Fica claro que o que é descrito no Código como *“colocar o interesse coletivo acima do individual”* se restringe à conter ocupações caracterizadas como privadas no espaço que é público. Partindo do pressuposto de que o cidadão irá agir a partir de um interesse individual e ilícito, o Código inibe algumas ações que poderiam gerar melhorias na escala microlocal, o que ironicamente contradiz o seu principal objetivo: promover a qualidade do ambiente urbano.

É necessário discutir a articulação dos interesses comuns com a responsabilidade e liberdade do cidadão sobre os espaços do entorno da moradia. Além disso, o entendimento dos elementos que compõem o mobiliário urbano pode ser mais abrangente, uma vez que eles não se resumem a lixeiras, telefones, bancas de revista e abrigos de ônibus. Embora seja importante garantir espaço

para a circulação de pedestres na cidade, há muitos outros usos possíveis para a calçada, principalmente quando se trata de ambientes urbanos com ruas pacatas. Na tentativa de abranger o espaço urbano de todo o município, não há consideração das diferentes escalas, perdendo-se de vista possíveis ações criativas e bem intencionadas dos moradores em relação ao espaço público microlocal (seja nas calçadas, ruas ou porções residuais). Certamente, isso não significa que o Código deva regular minuciosamente a escala microlocal, mas que haja nele a consideração e o incentivo de ações dos moradores voltadas para o interesse coletivo e uso público nesta escala.

### **3.4 Os espaços públicos no dia-a-dia das prefeituras da RMBH**

Além da análise dos Planos Diretores dos municípios da RMBH foi possível visitar, em equipe, as suas Prefeituras. Entrevistamos técnicos variados, de acordo com a disponibilidade, de secretarias de obras, de planejamento, de habitação e de assistência social<sup>26</sup>. O objetivo foi saber mais a respeito da produção dos espaços públicos nos municípios, se existem demandas que partem dos bairros ou iniciativas da população sobre essa produção.

A maioria dos entrevistados não soube dizer muito sobre o engajamento da população em relação aos espaços públicos. Um técnico da Secretaria de Planejamento do município de Matozinhos sintetizou uma queixa comum entre os funcionários das administrações municipais: “as pessoas esperam que a Prefeitura faça tudo, não cuidam nem mesmo da calçada em frente à moradia”. Suspeitamos, no entanto, que essa seja uma generalização indevida, fruto de certo desinteresse, pois, circulando de carro pelo próprio município de Matozinhos, vimos muitos moradores assentados nas calçadas em frente às casas. Apesar de isso não indicar necessariamente um cuidado com o espaço público microlocal, indica que ele é usado no cotidiano.

---

<sup>26</sup> As entrevistas nas prefeituras foram realizadas em março e abril de 2010 pelos integrantes da equipe do PDDI, tendo como foco a produção do espaço cotidiano e as práticas em relação às políticas de habitação.

Em outras prefeituras, quando perguntamos como é feito o atendimento à demanda de espaços públicos em áreas carentes, os técnicos responderam que as prioridades nesses locais são as obras de infraestrutura básica, como implantação de rede de esgoto ou pavimentação. Quando a ação do poder público é direcionada a essas áreas, tem sido comum a produção de espaços públicos integrada a grandes intervenções, como ocorre no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).<sup>27</sup>

De um modo geral, vimos que existe uma lacuna entre possíveis demandas da população e a agenda do executivo municipal. Faltam programas voltados para pequenas intervenções que podem ser geridas pela própria população, além da participação mais direta do cidadão nas decisões da administração pública sobre o espaço cotidiano. Essa relação mais estreita entre prefeitura e escala microlocal acontece com maior frequência nos municípios menores. Em Sabará, por exemplo, essa prática faz parte do cotidiano das pequenas obras feitas pelo executivo municipal. A população vai até a Prefeitura com uma reivindicação ou uma ideia de projeto, e a Secretaria de Obras busca atender às demandas de pequeno porte, obras simples de melhorias nos espaços de convívio. No entanto, essa prática não é sistematizada e demanda recursos.<sup>28</sup>

Em Belo Horizonte, o canal que conecta interesses da população com parte dos recursos da administração é o Orçamento Participativo (OP), instrumento implantado em 1993 para definir parte dos investimentos em cada uma das nove Regionais Administrativas da cidade, descentralizando recursos antes aplicados apenas em intervenções de médio e grande porte e possibilitando que a

---

<sup>27</sup> Enquanto sua primeira versão privilegia obras de infraestrutura, o PAC 2, lançado pelo governo federal em 2010, inclui projetos mais diretamente relacionados ao uso dos espaços públicos. Trata-se de propostas de complexos culturais que abrigam uma programação diversificada, contando com cineteatros, bibliotecas, telecentros, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), pistas de skate, equipamentos de ginástica, ginásios poliesportivos, espaços para crianças, pistas de caminhada, quadras etc. Essa “faceta cultural” do PAC 2 apresenta diretrizes para a construção de novos espaços, o que pode contribuir na formação de redes sociais, mas que, por outro lado, envolve um rearranjo das práticas cotidianas de quem vive no lugar. Nesse contexto, o acesso à cultura é considerado tão importante quanto o acesso ao saneamento básico e à habitação, o que indica certa afinidade com os argumentos aqui expostos. Contudo, trata-se de um recurso que poderia beneficiar mais diretamente a população, fomentando agenciamentos coletivos na produção dos espaços, no lugar de promover grandes obras gerenciadas por agentes externos e executadas por construtoras.

<sup>28</sup> Informações concedidas por um funcionário da Secretaria de Obras de Sabará em entrevista feita pela autora em abril de 2010.

população escolha prioridades. Anualmente, são selecionadas até 15 obras por Regional, a serem executadas pela Urbel (nas Zonas Especiais de Interesse Social) e pela Sudecap (nas demais áreas). O monitoramento de projetos e obras é feito pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Execução do Orçamento Participativo (Comforça), composta por representantes da população, e pelo Grupo Gerencial do Orçamento Participativo (GGOP), composto de técnicos da PBH. Além da versão regional, em 2006 foi implantado o OP Digital, que permite que a população vote em obras consideradas importantes para o município independentemente das regionais onde residem. Além do uso da internet, é possível votar gratuitamente por telefone.<sup>29</sup>

Em se tratando do OP Regional, na prática, o acesso aos recursos é diferenciado, certas obras são mais fáceis de serem aprovadas que outras e nem sempre questões referentes aos espaços públicos encontram posição no processo.<sup>30</sup> As Administrações Regionais, na prática, têm pesos diferentes em termos de decisão, pois dependem do número de habitantes e do Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU), que é usado como critério para a distribuição dos recursos. O IQVU é um instrumento de planejamento da PBH, composto por diversos indicadores da qualidade de vida e avalia o quadro de distribuição de bens e serviços públicos nos diversos ambientes urbanos da cidade.<sup>31</sup> Ele é calculado para as 80 Unidades de Planejamento de Belo Horizonte por meio de levantamentos em que são consideradas as variáveis: abastecimento, cultura, educação, esportes, habitação, infraestrutura, meio ambiente, saúde, serviços urbanos e segurança urbana<sup>32</sup>.

---

<sup>29</sup> Revista *Orçamento Participativo de Belo Horizonte: 15 anos* (PBH, 2008). Disponível em: <[http://www.pbh.gov.br/comunicacao/pdfs/publicacoesop/revista\\_\\_15anos\\_portugues.pdf](http://www.pbh.gov.br/comunicacao/pdfs/publicacoesop/revista__15anos_portugues.pdf)>. Acesso em nov. 2010

<sup>30</sup> Informações concedidas por funcionários do Núcleo de Planejamento Urbano da SMURBE (PBH) em entrevista feita pela autora em março de 2010.

<sup>31</sup> As Unidades de Planejamento (UPs) são subdivisões da área de uma Administração Regional que reúnem bairros e aglomerados com características semelhantes de ocupação do solo que são delimitados territorialmente. As UPs servem para facilitar o diagnóstico e planejamento das intervenções da Prefeitura. Além disso, são usadas no OP para a realização de reuniões sub-regionais e para o cálculo do IQVU. Informações da Prefeitura de Belo Horizonte sobre as Unidades de Planejamento, disponível em: <[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=regionalbarreiro&tax=7835&lang=pt\\_BR&pg=5500&taxp=0&](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=regionalbarreiro&tax=7835&lang=pt_BR&pg=5500&taxp=0&)>. Acesso em nov.2010

<sup>32</sup> Informações da Prefeitura de Belo Horizonte sobre o IQVU, disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=31787&chPlc=31787&termos=como%20o%20%C3%83%C2%8Dndice%20de%20Qualidade%20de%20Vida%20Urban>>. Acesso em nov.2010

Em vilas e favelas, a inclusão de uma obra no OP tem por pressuposto a existência de um Plano Global Específico no qual essa obra tenha sido definida e priorizada, o que engessa possíveis articulações da população. O OP, nesse aspecto, atende pontualmente propostas que conseguem, após uma disputa, ser priorizadas numa região da cidade. Uma vez inseridas no orçamento municipal, essas propostas passam por trâmites que as distanciam das decisões de quem as emplacou, já que o processo entre a eleição da obra e o início da sua execução (que só acontece depois da aprovação do projeto e da licitação para a obra) se prolonga por mais de dois anos. Não se trata então do procedimento mais adequado para apoiar a produção microlocal de espaços públicos, pois ainda há, na fase de elaboração do projeto e de implementação, o distanciamento entre o que é considerado o universo de ação dos moradores e o universo de ação da Prefeitura.

Independentemente do processo do OP, as Administrações Regionais têm certa autonomia local, mas, na prática, não possuem recursos e nem corpo técnico para lidar com obras que são consideradas mais complexas. As Regionais podem executar obras de pequeno porte, geralmente ligadas a reparações, como preenchimento de buracos em vias ou troca de piso em praças. Ou seja, elas poderiam atuar por meio de outros procedimentos em conjunto com moradores e associações de bairro, no entanto, como seus recursos são limitados, transformações simples relativas aos espaços públicos terminam por depender de outras ações da Prefeitura Municipal. Por outro lado, os funcionários da Prefeitura assumem que é uma tarefa impossível atender as demandas do município como um todo.

Em Belo Horizonte, o programa municipal Adote o Verde é voltado para a gestão dos espaços públicos. Implantado em 2004 pelo executivo municipal, o programa consiste em uma parceria entre o poder público e a população para a implantação e manutenção de praças, parques, canteiros, jardins e outras áreas verdes. Apesar de caminhar no sentido da descentralização da gestão desses espaços, o convênio apresenta exigências que acabam se tornando entraves para moradores interessados em realizar a parceria e melhorar o espaço público microlocal. No próximo capítulo da dissertação serão apresentadas e discutidas tentativas de aplicação desse programa na prática.

Em resumo, a análise do marco regulatório e dos instrumentos da administração pública relacionados aos espaços públicos da escala microlocal mostra que eles não chegam a ser tratados de forma específica. São, portanto, instrumentos que reafirmam a conformação estéril de muitos espaços públicos da escala microlocal. Não se estabelece a diferença entre espaços e equipamentos públicos que atendem a uma região e aqueles que estão numa escala tão pequena que diz respeito majoritariamente aos vizinhos. Esse reconhecimento é necessário para que a produção e gestão desses espaços ocorra de um maneira mais negociada entre os moradores do entorno e de fato descentralizada. Se a escala microlocal é aquela apreensível por um pequeno grupo de vizinhos, é importante entender a partir de que momento as pessoas se associam em torno de um interesse comum, o que incita ou não essa negociação coletiva. A parte seguinte da dissertação se dedica a investigar situações onde essa articulação se mostra possível.

## 4. DA APATIA AO ENGAJAMENTO: QUATRO CASOS ILUSTRATIVOS

A utopia deve ser considerada experimentalmente, estudando-se na prática suas implicações e consequências. Estas podem surpreender. Quais são, quais serão os locais que socialmente terão sucesso? Como detectá-los? Segundo quais critérios? Quais tempos, quais ritmos de vida cotidiana se inscrevem, se escrevem, se prescrevem nesses espaços “bem sucedidos”, isto é, nesses espaços favoráveis à felicidade? É isso que interessa. (LEFEBVRE, 1991, p. 110)

Frente ao contexto exposto anteriormente, em grande parte das vezes os moradores se mantêm afastados dos processos de decisão sobre o espaço da escala microlocal, sendo tratados como meros consumidores de serviços e se comportando como tais. Há inúmeros bairros e vizinhanças onde as pessoas negligenciam por completo a possibilidade de intervir, considerando que seria tarefa da prefeitura cuidar de tudo o que não é propriedade privada. Mas, por outro lado, também há locais onde os moradores tomam a iniciativa e se empenham diretamente em melhorias, mesmo que, por falta de tempo e recursos, encontrem alguma dificuldade de transformar isso numa prática regular.

### 4.1 Variação do engajamento

A variação do engajamento da população deve ser considerada para que se avance da discussão mais recorrente sobre a apropriação dos espaços públicos em direção ao debate sobre a sua produção coletiva. Certamente não se pode tomar o engajamento como pressuposto, nem tampouco o não-engajamento, mas importa saber o que motiva e como acontecem ações mais ou menos engajadas. Esse engajamento que, inicialmente pode se expressar individualmente, consiste no ingrediente básico para a articulação de um grupo em torno da prática do direito à cidade, ou seja, da discussão, organização e transformação coletiva dos espaços. Ele é condicionado pelas características de cada contexto, variando do grau mínimo ao máximo.



Desde meados de 2008, a fim de encontrar situações em que a atuação engajada ocorre, observo espaços públicos em áreas residenciais. Além do ambiente da escala microlocal do qual fazem parte, chamam a atenção especialmente porções desses espaços que não apresentam um programa de usos já definido. A escolha dos espaços estudados neste capítulo da dissertação se deu por meio dessa observação, conjugada com pesquisas e conversas com moradores e pessoas interessadas no assunto.

Os espaços são todos localizados em bairros residenciais de Belo Horizonte com população de rendas variadas, havendo exemplos de bairros populares e de bairros de classe média. O comportamento dos moradores em relação aos espaços residuais não-programados, isto é, não-especializados, é uma amostra concreta do grau de engajamento com o espaço urbano no entorno da moradia. Diferentemente de bairros, vilas ou favelas onde predomina a autoprodução (tanto das moradias quanto dos espaços públicos), nas situações escolhidas para esta dissertação a interferência direta do cidadão sobre o espaço urbano não é uma prática comum. Pelo contrário, há nelas a difusão da produção especializada (que conta com a presença de arquitetos, urbanistas e outros técnicos), e a relação formal cidadão-impostos-serviços é mais direta, reforçando a hierarquia gestonária dos espaços.

Nos casos em que os moradores foram entrevistados, foi utilizado o método da entrevista semi-estruturada, no qual se definem previamente os tópicos, mas se preserva o ritmo de uma conversa informal, para que o entrevistado discorra espontaneamente sobre o assunto. Busquei conduzir a conversa na direção dos pontos que interessavam mais inicialmente: compreender como surgiu a vontade de atuar no espaço, se a iniciativa foi individual ou coletiva e a partir de que momento houve a necessidade de procurar a Prefeitura (se é que houve).

Buscando então compreender o que está por trás de um quadro no qual o engajamento aparece como exceção, interessa saber como a situação descrita até aqui (centralização do planejamento e da gestão e foco nos interesses privados) é incorporada pelos moradores no seu dia-a-dia e a partir de que ponto é tomada a decisão de atuar. Os quatro casos estudados são: um trecho não pavimentado da rua Nicarágua, no bairro Sion (1); o canteiro central de um trecho da avenida

Bernardo Monteiro, no bairro Floresta (2); a praça-rotatória Bom Pastor, no Bairro das Indústrias (3); e, finalmente, o alto do Túnel da Lagoinha, na divisa dos bairros Colégio Batista e Lagoinha (4) (FIG 13 e FIG 14).

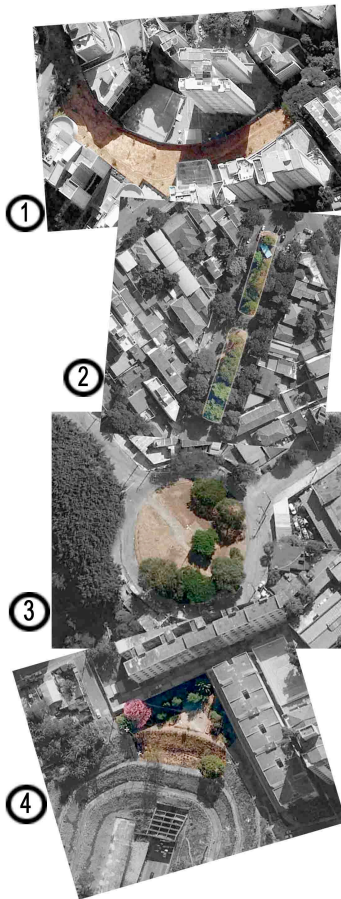


FIGURA 13 – Os quatro casos estudados, de cima para baixo: rua Nicarágua, canteiro central da av. Bernardo Monteiro, praça Bom Pastor e alto do Túnel da Lagoinha.  
Fonte: Google Earth, 2010

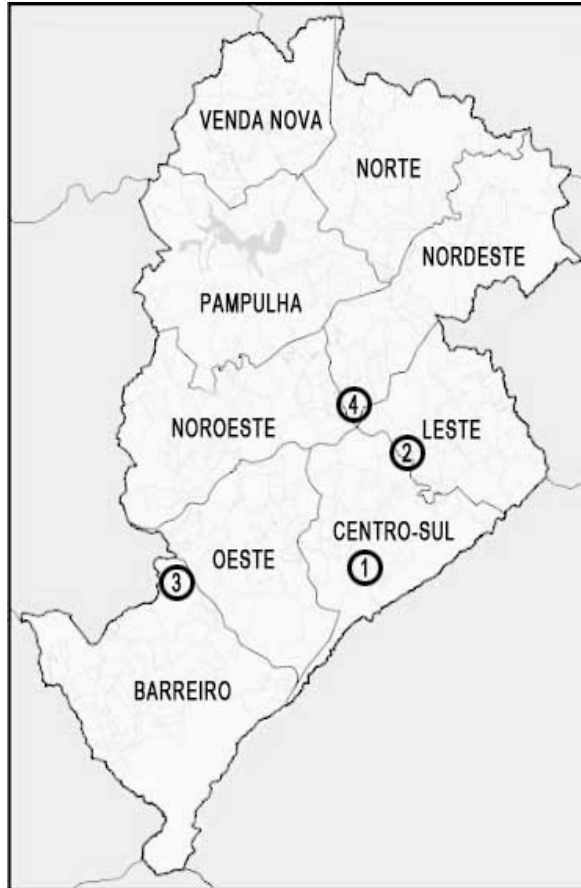


FIGURA 14 – Os quatro casos no mapa de Belo Horizonte com a delimitação das regionais.  
Fonte: Wikipedia – Regionais de Belo Horizonte, 2010

Esses quatro casos, cujos agentes são desde moradores de classe média até grupos informais, podem ser caracterizados numa escala de engajamento, na qual o ponto mínimo corresponde a situações em que os moradores não demonstram interesse em usar e transformar o espaço público e o ponto máximo corresponde a situações em que eles produzem esse espaço autonomamente. Nos pontos médios encontram-se situações em que há iniciativas ou até intervenções realizadas

pelos moradores, mas também há interdições, como os processos burocráticos quando recorrem à Prefeitura, de modo que a produção não chega a ter autonomia de fato.

#### 4.2 Engajamento baixo: a rua Nicarágua



FIGURA 15 – Localização do trecho da rua Nicarágua no bairro Sion  
Fonte: Google Earth, 2010



FIGURA 16 – Vista aérea aproximada e os dois acessos ao trecho  
Fonte: Arquivo pessoal da autora e Google Earth, 2010

Dos quatro casos examinados, o grau mais baixo de engajamento foi constatado num bairro de classe média-alta da Região Sul de Belo Horizonte. Trata-se de um trecho não urbanizado da rua Nicarágua, possivelmente fruto de um erro no projeto geométrico do arrumamento que gerou um desnível em relação à malha viária adjacente e impediu a conexão com essa malha. De um lado do espaço, existem paredes e estruturas expostas de prédios que têm acesso à rua vizinha, aproximadamente 20 metros mais alta. Do outro lado, há um muro de arrimo ao longo de quatro terrenos cujos prédios também têm acessos para outra rua, a 20 metros abaixo. Assim, nenhum dos prédios tem acesso direto à área em questão, o que contribui significativamente para o seu abandono pelos moradores. O espaço não é cuidado senão pela Superintendência de Limpeza Urbana, que o capina mensalmente. Ele não é usado, exceto por alguns transeuntes que o aproveitam como atalho e, segundo o depoimento dos vizinhos, por jovens em práticas supostamente ilícitas que se escondem nas 'palafitas' de um dos prédios. Essa relativa falta de atividade gera um ambiente vulnerável e intimidador, cujas possibilidades de convivência não são vislumbradas pelos moradores.

Como a rua Nicarágua faz parte de um bairro de classe média-alta, os motivos estruturais do aparente desinteresse por ela podem parecer óbvios: quem dispõe de facilidades e prazeres no espaço privado não se importa com a qualidade do espaço público. No entanto, isso ainda não explica como a situação é incorporada pelos moradores no dia-a-dia, isto é, como a percebem pessoalmente. Para confirmar ou desmentir o desinteresse e para compreender a ausência de iniciativas de uso ou transformação, elaborei um panfleto para distribuir na vizinhança, com o intuito de provocar, pelo menos, alguma manifestação por parte dos moradores. (FIG. 17 e 18)



FIGURA 17 – Panfleto  
 Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2010

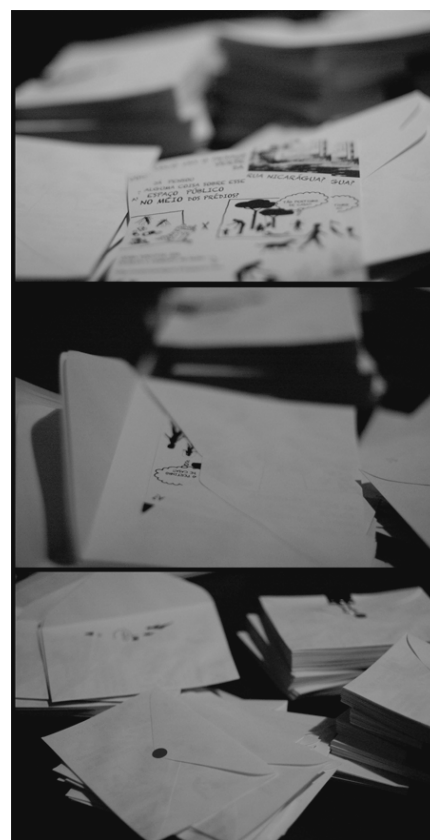


FIGURA 18 – Disfarce dos panfletos  
 Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2010

Em muitos contextos, um panfleto pode convidar as pessoas para um evento, uma conversa presencial ou mesmo uma ação no espaço. Nesse caso específico, ele incluiu um convite para a participação num blog criado para essa finalidade, já que apesar da falta de hábito dos vizinhos de se encontrarem para debater problemas comuns, eles se enquadram no perfil de usuários de internet e redes sociais. Com perguntas como “Você usa o pedaço verde da rua Nicarágua?” e imagens que remetem ao abandono real e a alguns usos potenciais, o panfleto deveria dar visibilidade ao local e instigar os moradores a discutirem o assunto. Para tanto, houve o cuidado na elaboração de seu conteúdo, para que as imagens não induzissem essa ou aquela proposta, além de sugerir usos que não demandariam grandes transformações em relação à situação atual do espaço: uma área gramada com algumas árvores.

Distribuí 400 panfletos nos prédios próximos à rua Nicarágua. Contrariando a prática panfletária mais comum de distribuição na rua sem maiores formalidades, foi necessário disfarçar os panfletos

em envelopes, para que os porteiros dos prédios não questionassem sua procedência e de fato os encaminhassem aos apartamentos. Mesmo nos poucos prédios sem porteiro, os panfletos foram envelopados e endereçados a cada apartamento, para aumentar a chance de os moradores lhes darem alguma atenção. Outros 100 panfletos foram depositados, sem envelopes, em caixas de correio de residências unifamiliares e nos balcões da lanchonete e da padaria da região.



FIGURA 19 – Blog de discussão sobre a Rua Nicarágua e fotos do espaço  
Fonte: Blog Rua Nicarágua (<http://ruanicaragua.blogspot.com/>) e arquivo pessoal da autora, 2010

As reações no blog totalizaram 14 postagens durante 11 dias após a panfletagem. Como havia sido criado um colaborador denominado “morador”, com email e senha abertos para que qualquer pessoa pudesse postar contribuições sem necessariamente se identificar, a grande maioria se manifestou anonimamente. Dentre o grupo dos anônimos, o tom predominante foi de medo, reclamação sobre os impostos e reivindicação ao poder público, demonstrando que os participantes vêem a rua Nicarágua como um problema a ser resolvido por uma instância externa. Também frequente foi a referência, por vezes extremamente preconceituosa, aos moradores de uma favela próxima e à necessidade de policiamento para mantê-los afastados.

[...] temos um terreno baldio onde o lixo e os viciados em droga tomaram conta. Gostaria que o final da rua fosse transformado em uma praça pública com um posto policial; pois foi aberto um atalho que dá em frente ao Morro do Papagaio. (Blog Rua Nicarágua, 28/07/2010)

É uma vergonha a prefeitura ciente do problema não tomar nenhuma atitude [...] nós pagamos um IPTU elevado e não temos os serviços que são obrigação do estado. Sou a favor de uma praça com uma guarita de policiais no local. Pagamos alto por viver nesta zona daí podemos cobrar o que é devido. (Blog Rua Nicarágua, 29/07/2010)

Isso pra mim é uma vergonha, VERGONHA. Espero que façam alguma coisa a respeito, já que pagamos e esperamos resultados. Os EUA cobram 6% de imposto e fazem tudo para a sociedade, aqui cobram mais de 60% e não conseguem esticar o braço. (Blog Rua Nicarágua, 28/07/2010)

[...] não é nada fácil viver ao lado desse propício ninho de marginais. Acho que deveria haver um parque com uma travessia decente [...]. Claro, tudo isso com uma guarita PERMANENTE da Polícia Militar, afinal dessa favela ao lado... ninguém pode esperar muita coisa boa, né?? Espero que nossas "preces" sejam ouvidas pois o imposto, nós pagamos!!! Abraços e parabéns pela iniciativa do blog! (Blog Rua Nicarágua, 25/07/2010)

Alguns participantes do blog pareciam pressupor a existência de uma ação previamente definida e comandada por uma instituição ou empresa, à maneira das pesquisas de mercado ou daquelas campanhas publicitárias que anunciam o produto apenas depois de uma fase preparatória de suspense. Nesses casos, os participantes julgaram que deveriam se posicionar contra ou a favor, mesmo sem conhecer o conteúdo da suposta “obra”.

Queríamos dar total apoio a obra que ira acontecer na rua Nicarágua [...] Estamos a favor. (Blog Rua Nicarágua, 25/07/2010)

Diante dessas postagens, muito focadas na reivindicação ou no apoio passivo, fiz uma interferência no blog para sugerir a possibilidade da intervenção pelos próprios moradores:

Será que a gente não consegue pensar aqui em ações que estão ao nosso alcance para começar a melhorar a rua? Fui lá outro dia e vi que alguém plantou mudas perto da estrutura do prédio... (Blog Rua Nicarágua, 27/07/2010, comentário de minha autoria)

Depois desse comentário, a perspectiva mudou ligeiramente. Alguns moradores demonstraram uma atitude mais propositiva e, curiosamente, passaram a se identificar.

Bem, a postura típica brasileira de esperar por iniciativa governamental resulta, quase sempre, em decepção. Assim, considerando nosso contexto, a pró-atividade comunitária poderia render mais frutos. (Blog Rua Nicarágua, 28/07/2010)

Pois é, um dos principais mecanismos para se desmarginalizar um recinto, é o seu uso. Imagino que se houvesse arborização, passeio, brinquedos, quadras, aparelho de ginástica (para alongamentos, barras, etc. como na praça JK) e as pessoas frequentassem o local, nem de guarita precisaria. (Blog Rua Nicarágua, 25/07/2010)

Também acredito que se o espaço for usado pela vizinhança, ele deixaria de ser ermo e perigoso, sem precisar de guarita. Além disso muitas janelas são voltadas para a rua Nicarágua, já é um espaço fácil de tomar conta. (Blog Rua Nicarágua, 29/07/2010)

Seria maravilhoso contar com um espaço verde, que com certeza só acrescentaria ao nosso bairro. Topo entrar nesse movimento. Vamos nos mobilizar e ver se esse prefeito está realmente preocupado e voltado a tornar nossa cidade mais agradável. (Blog Rua Nicarágua, 29/07/2010)

Esse último comentário evidencia, no entanto, que, mesmo entre os participantes com disposição para agir, não predomina a perspectiva de intervenções diretas no espaço em questão, mas a de pressão sobre instâncias externas supostamente responsáveis por ele. Isso é ainda mais evidente na seguinte postagem:

Se conseguíssemos desenhar um esboço da re-urbanização do local, ou algo assim, poderíamos elaborar um projeto com o qual pleitearíamos recursos para o desenvolvimento de



um projeto executivo e para a sua implementação. Como? Acho que é totalmente factível conseguir recursos advindos de compensação ambiental/social de empreendimentos minerários, por exemplo. No entanto, seria necessário, antes de mais nada, a criação de uma entidade jurídica que representasse a comunidade e que desse legitimidade e credibilidade para eventuais tentativas de prospecção de recursos.

Acredito que o caminho é buscar o auxílio de algum político que representa o bairro, ou entidades públicas (que cuidam de parques na região metropolitana) para desenvolver um projeto "verde" e de sinalização para o local. E muito cuidado para não deixar transformarem a passagem em uma rua para automóveis, ou em um local de bagunça nos finais de semana. (Blog Rua Nicarágua, 28/07/2010)

O blog foi usado pelos moradores como um meio para emitir posicionamentos de forma cômoda, o que fica claro pelo fato de a grande maioria dos comentários ser anônima. Durante os dias de discussão no blog, não houve nenhuma ação concreta no espaço, nem mesmo aumentou o número de transeuntes. Ou seja, o blog não foi usado pelos moradores como meio para estruturar ações no espaço, mas abriu um canal de discussão e troca de informações que não existia. Ficou claro que os moradores não são inteiramente indiferentes ao tema, embora suas inquietudes também não sejam suficientemente fortes para superar o hábito de delegar as decisões sobre o espaço público a terceiros. Inicialmente, tanto os panfletos como o *blog* fizeram com que os moradores se lembrassem do espaço público e pensassem sobre ele, no entanto, ficou evidente que para que aconteça alguma transformação é necessário um instrumento que catalise, pelo menos, a articulação daqueles mais interessados.



FIGURA 20 – A estrutura exposta de um dos prédios (palafitas)  
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2010

Como já mencionado, fiz uma inserção no *blog* da rua Niacarágua para lembrar que existem ações ao alcance dos moradores, que não demandam muito dinheiro, nem a ajuda de uma instância externa. No entanto, prevaleceu o entendimento de que se deveria recorrer a um especialista, fazer um projeto de re-urbanização e, com a ajuda de algum político, pleitear a implantação pela administração pública. O pressuposto de que o espaço público é de responsabilidade de uma instância externa faz com que a segurança do local também seja abordada predominantemente pela via da heteronomia. Uma das contribuições no blog, acima citadas, atentou para a possibilidade de vigilância espontânea pela vizinhança, já que muitas janelas estão voltadas para a rua Nicarágua. Mas a maioria dos participantes aderiu à proposta de instalação de uma guarita da Polícia Militar, que garanta a segregação da favela próxima, sempre vista como ameaça.

Por enquanto, a possibilidade de ação não foi tomada seriamente no caso da rua Nicarágua, mas, não só neste caso como também em outros contextos, a experiência inicial dos panfletos e do blog poderia se desdobrar no uso de instrumentos voltados para a realização de transformações do espaço. Os panfletos poderiam, por exemplo, veicular dicas de cultivo de hortas e jardins, de técnicas variadas para a construção de bancos e equipamentos ou mesmo informações sobre cuidados com a drenagem e pavimentação. O meio digital poderia funcionar não só como fórum de discussão, mas também como uma plataforma para a troca e coleção de experiências, podendo contar com a participação de pessoas de outras partes da cidade. Ou seja, uma vez organizados em torno da situação, os moradores poderiam manejar as ferramentas de acordo com seus interesses. No entanto, na rua Nicarágua, esse quadro parece remoto diante do número reduzido de moradores que se mostraram minimamente dispostos a agir.

Esse caso não é exceção, mas, pelo contrário, indica com relativa clareza como a lógica mencionada no segundo capítulo, da predominância do interesse privado e da gestão centralizada do espaço público, é incorporada pelos indivíduos. Boa parte da população pressupõe a funcionalização do logradouro público e sua consequente compartimentação em espaços especializados, seja para o lazer, seja para a circulação de pedestres e ou de carros apressados. Assim, o contato dos moradores com a rua também tende a ser meramente funcional. Como queria Le Corbusier, a rua é usada apenas para circular. O que está do outro lado da divisa parece não

interessar o suficiente para despertar ações ou mesmo discussões sobre o seu uso. É praxe apoiar (verbalmente) a implantação de uma obra de melhoria pela prefeitura, mas o interesse dificilmente vai além do fato de ela valorizar o imóvel particular.

#### 4.3 Engajamento médio: o canteiro da Bernardo Monteiro



FIGURA 21 – Localização do canteiro central da av. Bernardo Monteiro no bairro Floresta  
Fonte: Google Earth, 2010

Os canteiros centrais de avenidas, de um modo geral, são espaços pouco frequentados, quase sempre confinados por vias de tráfego intenso de veículos e com largura insuficiente para outros usos e instalação de equipamentos além da pista de caminhada. Neste caso, o canteiro central apresenta características peculiares: localiza-se em uma área residencial pouquíssimo movimentada, tem largura de aproximadamente dez metros e é circundado por residências, passando por ele poucas pessoas além dos moradores do entorno. Trata-se do trecho da avenida Bernardo Monteiro, localizado em uma parte residencial do bairro Floresta, onde uma moradora decidiu, a princípio individualmente, cuidar do espaço que se localiza em frente ao seu prédio.

Apesar das características que propiciam o uso local, o trecho não é utilizado diariamente pelos moradores e, com o tempo, foi adquirindo aspecto de abandono principalmente por causa do lixo que ali era depositado – tanto por moradores quanto por lavadores de carro instalados há anos na parte mais alta do trecho, próximo à avenida do Contorno. Diante disso, Samira Zar<sup>33</sup>, moradora de um dos prédios do entorno, resolveu começar a agir para melhorar o aspecto do canteiro.<sup>34</sup> Considerando que seria possível cuidar do espaço sem a mobilização de muita gente, não chegou a procurar a associação de moradores, já que o espaço fica em frente a sua casa e é pequeno. Samira começou a recolher o lixo do canteiro todos os dias e ficou intrigada quando, ao solicitar pessoalmente a um funcionário da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) que varresse o canteiro, recebeu a informação de que era outro órgão o responsável pela limpeza daquele espaço, já que não se trata de uma rua (como no caso da Nicarágua) e sim de uma área verde municipal.



FIGURA 22 – Canteiro central da av. Bernardo Monteiro  
Fonte: Google Earth, 2010

---

<sup>33</sup> Tomei conhecimento desse caso de um modo curioso. Acessei de carro o trecho da av. Bernardo Monteiro por engano e a área verde no meio de um conjunto de casas me chamou a atenção pelo fato de estar abandonada mesmo tendo grande potencial de uso. Coincidentemente, numa conversa informal com Samira (quem eu já conhecia) sobre a pesquisa desta dissertação soube que ela estava cuidando desse espaço, que fica em frente ao seu prédio.

<sup>34</sup> As informações foram relatadas em entrevista feita pela autora em maio de 2010.



FIGURA 23 – Vista panorâmica do canteiro e a localização do prédio de Samira e Paulo  
Fonte: Google Street View, 2010

Em busca de ajuda, Samira telefonou para a Prefeitura, solicitando que o espaço fosse limpo com maior frequência e que lixeiras fossem instaladas. O atendimento central a encaminhou para a Gerência Regional de Jardins e Áreas Verdes, mas lá Samira foi informada de que a responsabilidade do departamento era estritamente a realização de podas. Recomendaram-lhe então fazer o convênio Adote o Verde com a Prefeitura, como solução mais adequada para o tipo de situação em que um morador decide colaborar no cuidado de um espaço público.



FIGURA 24 – Vista panorâmica do canteiro  
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2010

Como foi mencionado no capítulo 3, o programa Adote o Verde consiste numa parceria entre Prefeitura e iniciativa privada para a manutenção de áreas verdes no município. No entanto, ele apresenta restrições e regras que muitas vezes desencorajam a população a oficializar a parceria. Foi o que aconteceu com Samira, que desistiu da adoção ao se dar conta do processo burocrático pelo qual teria que passar, preferindo não oficializar suas ações no canteiro central. O que mais a

incomodou foi a existência de um *script* de ações muito restritivo, onde são predefinidos desde padrões para as espécies de plantas até regras para a instalação de placas.

O documento oficial do convênio aponta que ele pode ser feito por Pessoas Jurídicas, Associações (que possuam CNPJ) e Pessoas Físicas, e apresenta normas para a execução dos serviços de recuperação e manutenção das áreas verdes (serviços de limpeza, reparos e manutenção de gramados e jardins) (BELO HORIZONTE, 2003).<sup>35</sup> Ao adotante cabe executar a conservação e a manutenção da área, como mostra o trecho a seguir:

[o adotante deve] submeter à prévia aprovação dos setores pertinentes do Poder Público, toda e qualquer modificação das estruturas existentes sejam elas relativas às áreas ajardinadas ou às demais áreas e equipamentos pertencentes às mesmas, respeitados, nestes casos, os projetos existentes para a área; (BELO HORIZONTE 2009).<sup>36</sup>

As obrigações do município são:

a) Fornecer todas as informações sobre a área adotada, necessárias à sua conservação e manutenção; b) Tomar as medidas necessárias ao restabelecimento da ordem, na ocorrência de perturbações na área adotada; c) Comunicar com antecedência ao adotante a programação e realização de eventos de interesse público na área, que não infrinjam as normas vigentes e sejam adequados à área; d) Custear os gastos com iluminação e água do local." (BELO HORIZONTE, 2009)

Alguns aspectos, especialmente, contribuíram para a desistência da adoção por parte de Samira.

---

<sup>35</sup> Os documentos analisados, referentes ao programa Adote o Verde, foram enviados por email pela coordenadoria do programa mediante solicitação da autora. Ver anexos A e B.

<sup>36</sup> BELO HORIZONTE (MG). Prefeitura Municipal. *Modelo do convênio Adote o Verde*. Belo Horizonte: PBH, 2009 [Ver Anexo B].

Por exemplo, em relação à fiscalização, coloca-se que “o adotante deverá atender prontamente a solicitação do Município quanto à necessidade de quaisquer intervenções necessárias para manutenção da área em estado satisfatório” (BELO HORIZONTE, 2009). O trecho gerou insegurança na moradora, já que o adotante é obrigado a assumir uma posição vulnerável frente às necessidades do município. Esse aspecto mostra que o convênio acaba sendo mais viável para empresas do que para associações de moradores ou indivíduos, pois é necessário ter recursos disponíveis para assumir tamanho compromisso.

As normas referentes à instalação placas, citadas por Samira, no caso, indicam quantas podem ser colocadas por metro quadrado para a divulgação da empresa adotante. O que foi interpretado como restrição, foi fruto de um mal entendido, já que o interesse da moradora em relação às placas não estava na divulgação, mas sim em anunciar questões de interesse coletivo sobre o cuidado do espaço.

O seguinte trecho mostra que o adotante não tem liberdade para modificar o espaço ao longo do tempo com facilidade, precisando passar qualquer proposta pela aprovação da Prefeitura: “Art. 5º - Toda e qualquer implantação ou modificação das estruturas existentes sejam elas relativas às áreas ajardinadas ou às de mais áreas e equipamentos pertencentes às mesmas deverá ser analisada e aprovada pelos setores pertinentes do Poder Público Municipal” (BELO HORIZONTE, 2003<sup>37</sup>).

Da maneira como foi formulado, o convênio é mais voltado para empresas interessadas em divulgar boas práticas do que para moradores que estão interessados não só em manter, mas também gerir ao longo do tempo a produção de um determinado espaço público. Com o objetivo principal de diminuir os gastos da Prefeitura, o convênio “tem por finalidade a manutenção da praça, canteiro central ou jardim público”, restando para o adotante, “a seu critério, [...] contratar empresas

---

<sup>37</sup> BELO HORIZONTE (MG). Secretaria Municipal de Governo. *Decreto nº 11.484 de 15 de outubro de 2003*. . Estabelece normas e procedimentos para parcerias entre o Poder Público Municipal e a sociedade, no que concerne à adoção de áreas verdes públicas Programa "Adote o Verde" - e dá outras providências. Belo Horizonte: PBH, 2003. [Ver Anexo A]

*especializadas para a manutenção da área objeto deste instrumento, arcando integralmente com a despesa, sem qualquer ônus ou responsabilidade para o Município” (BELO HORIZONTE, 2003).* Apesar de a manutenção ser amplamente incentivada, outras ações não podem acontecer com tanta facilidade e apoio. Outra limitação do convênio é que ele se concentra em áreas ajardinadas, faltando apontamentos para espaços públicos de outros tipos, o que viabilizaria o compartilhamento da gestão de muitos outros lugares.

Se para empresas é suficiente como contrapartida o pagamento de água e luz e a permissão de divulgar a boa prática por meio da instalação de placas, para indivíduos ou grupos interessados em produzir continuamente o espaço, em colaboração com a Prefeitura, o convênio não oferece muitas vantagens.

Após desistir do convênio, Samira e seu marido, Paulo, tentaram adquirir lixeiras por intermédio da Prefeitura, mas não foram atendidos, recebendo a recomendação de que as lixeiras deveriam ser compradas pelos moradores e chumbadas no piso, o que era inviável para o casal, já que não houve adesão dos vizinhos à sua mobilização. Outro pedido negado foi o de incremento da iluminação no canteiro, que a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) avaliou como desnecessário. Depois dessas tentativas, o casal decidiu começar a agir independentemente da Prefeitura. Foi então que eles fizeram um acordo com Charles, um morador de rua que dormia próximo ao prédio, para que ele cuidasse do jardim e limpasse o local recebendo R\$ 30,00 por serviço, o que deu início a uma articulação microlocal que não é citada e nem muito menos incentivada no escopo do convênio.

Com o objetivo de despertar o sentimento de zelo nos vizinhos e incentivá-los a manter o espaço limpo, Samira e uma vizinha que temporariamente se interessou pela iniciativa providenciaram placas com as mensagens *“Vamos cuidar da nossa rua! Não jogue lixo no chão!”* e *“Vamos cuidar da nossa praça! Não jogue lixo no chão!”* (FIG 20), e as afixaram no chão e nas árvores. A moradora



conta que não houve manifestação de outros vizinhos diante dessas ações: “as placas não receberam nem ajuda, nem críticas. As pessoas não se manifestam mesmo!”<sup>38</sup>



FIGURA 25 – Placas afixadas no espaço do canteiro  
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2010

Com o objetivo de estender o cuidado com o espaço até os lavadores de carro que trabalham na parte de cima da avenida, foi combinado que eles usariam latões para depositar o lixo acumulado diariamente. Com o tempo a sujeira foi diminuindo e um outro morador chegou a plantar mudas no canteiro. No entanto, alguns vizinhos continuam depositando lixo no espaço e outros ainda observam com estranheza da janela quando Samira decide correr envolta do canteiro (atividade que, segundo ela, pode ser feita mesmo ao meio-dia devido ao tamanho das copas das árvores). Ou seja, a ação individual da moradora não foi suficiente para despertar a discussão sobre o espaço ou sequer para incitar o seu uso cotidiano.

Mais recentemente, a moradora começou a dialogar com um vizinho que trabalha na Prefeitura e que aderiu à movimentação. Ele decidiu agilizar alguns processos, solicitando que mais mudas fossem plantadas, que a limpeza do canteiro ocorresse com maior frequência e que lixeiras grandes fossem instaladas na parte ocupada pelos lavadores de carro. Charles, o jardineiro, desaparece de tempos em tempos, mas continua com o seu trabalho de manter a vegetação do canteiro em bom estado.

---

<sup>38</sup> Informação concedida por Samira Zar em entrevista feita pela autora em maio de 2010.

#### 4.4 Engajamento médio: praça-rotatória Bom Pastor

Esse caso mostra a atuação de uma associação de bairro em torno da melhoria do espaço de uma praça-rotatória. Diferentemente do caso anterior, em que uma moradora do entorno imediato age diretamente sobre o espaço, as ações partem de um grupo formal cujos integrantes não residem no entorno. A praça rotatória localiza-se no Bairro das Indústrias, na Regional Barreiro, uma centralidade mais articulada ao município de



FIGURA 26 - Bairro das Indústrias e em vermelho a praça Bom Pastor. Ao norte da praça a parte mais antiga do bairro ao sul a parte mais recente  
Fonte: Google Earth, 2010

Contagem que ao centro de Belo Horizonte. O bairro é predominantemente ocupado por casas unifamiliares e é circunscrito pelo terreno da usina Vallourec & Mannesmann, pelo Anel Rodoviário, por uma linha férrea e pela avenida Waldir Soeiro Emrich, a chamada “via do minério” (FIG 23). A sua parte mais antiga foi ocupada em 1950 e a parte mais nova em 1970, acompanhando a industrialização daquela região.

O Núcleo de Ação Social do Bairro das Indústrias (NASBI) foi formado em 2005 por alguns moradores que queriam atuar de forma sistemática no bairro, visando representar os interesses dos moradores frente ao poder público. O NASBI surgiu a partir da reunião de Eberth Rosa, Elias Lourenço e alguns outros vizinhos e, mesmo não tendo as características legais de uma associação de bairro (como o CNPJ), funciona como tal e atua ativamente na Regional Barreiro. Suas discussões iniciais apontavam como prioridade a construção de um centro cultural e, diante da

inexistência de áreas livres equipadas para uso público, a melhoria de uma praça-rotatória localizada na divisa do bairro velho com o novo.<sup>39</sup>

A praça Bom Pastor sempre foi pouco utilizada mesmo pelos moradores do entorno imediato, por estar localizada numa região periférica do bairro e próxima ao Anel Rodoviário, corredor viário com tráfego rápido e intenso de caminhões. Ela funciona como elemento de organização do trânsito de veículos que entram e saem do bairro, e o seu estado sempre foi de abandono, mesmo tendo sido reformada por iniciativa de um político na década de 1990.



FIGURA 27 – Praça Bom Pastor em destaque. Abaixo uma vista panorâmica do espaço  
Fonte: Google Earth e arquivo pessoal da autora 2010.

Com o objetivo de transformar o espaço num local que pudesse ser aproveitado pelos moradores do bairro, o Núcleo entrou em contato com a Regional Barreiro pleiteando uma reforma na praça. A

---

<sup>39</sup> O caso foi relatado por Eberth Rosa, com quem tive primeiro contato em 2008, enquanto fiz uma pesquisa sobre os espaços públicos no Bairro das Indústrias no contexto do trabalho final de graduação. O caso da praça-rotatória Bom Pastor foi relatado no contexto da investigação desta dissertação em entrevista feita pela autora em setembro de 2010.

demanda foi encaminhada à Gerência de Parques e Jardins da Regional e, em seguida, para a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudecap), onde foi recomendado que o Núcleo realizasse o convênio Adote o Verde. Nesse caso, o convênio foi inicialmente considerado pelo grupo como uma opção interessante. O acordo era que a Prefeitura fizesse o projeto e os moradores arcassem com o custo da implantação e manutenção do espaço. Foi combinado ainda que os comerciantes locais pagariam a obra, recebendo em contrapartida espaço para publicidade na praça.

Paralelamente ao contato com o órgão da Prefeitura, Eberth fez uma pesquisa com moradores de diversas faixas etárias, para se informar dos equipamentos desejados e mobilizá-los em torno da melhoria do espaço, de modo que também participassem do processo. Foram solicitados bebedouros, banheiros, quadras para jogos e muitos equipamentos inusitados, principalmente por crianças, como roda-gigante, lago com peixes e pista de velotrol. Essas informações foram compiladas e apresentadas ao técnico da Sudecap responsável pelo projeto, que fez uma visita ao espaço. Cabe chamar atenção para o fato de que Eberth tenha adotado o mesmo procedimento usado por técnicos projetistas, reunindo as necessidades dos futuros usuários, com objetivo de equacioná-las. Além disso, os moradores do bairro, que nunca haviam se interessado pelo uso cotidiano do espaço nem se engajado para melhorá-lo, ficaram muito empolgados com a possibilidade de uma intervenção agenciada pelo NASBI, como se uma quantidade de equipamentos, disposta de uma certa maneira, necessariamente fizesse com que o espaço fosse utilizado.

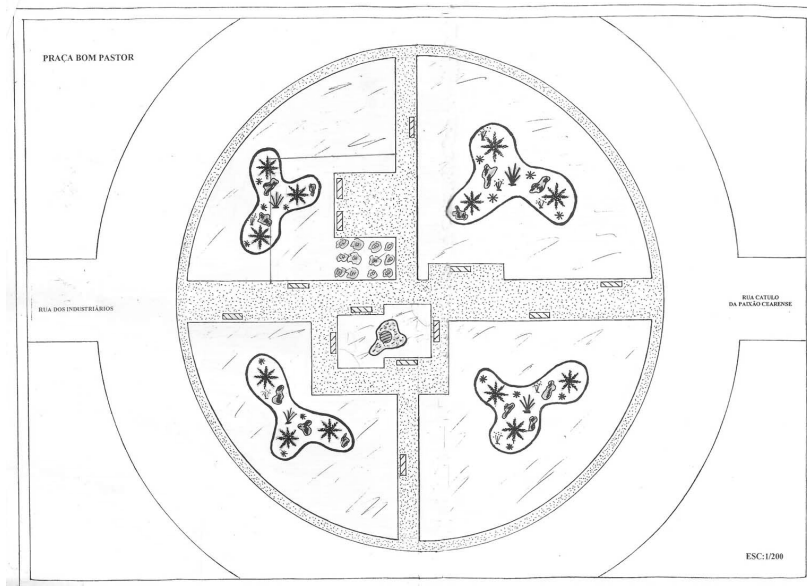


FIGURA 28 – O projeto apresentado pelo técnico da Sudecap  
 Fonte: Arquivo do Núcleo de Ação Social do Bairro das Indústrias, 2008.

Passado algum tempo, foi entregue um desenho que, para a decepção de Eberth, não incorporava nenhuma das sugestões dos moradores. Além do processo de projeto ter sido totalmente hermético, sem a possibilidade de interferência durante a sua elaboração, foi apresentado um modelo convencional de praça, com um caminho em cruz, justificado pelo paisagista como a melhor opção diante da exigência de 75% de área permeável (FIG 25). Considerando que esse descompasso fizesse parte do processo, mesmo achando o projeto ruim, Eberth não se sentiu à vontade para questionar ou pedir uma revisão, e fez o orçamento a partir do que foi entregue. A melhor opção orçava a obra em 7.000 reais, quantia que foi considerada alta pelos comerciantes, que desistiram de fazer a Adoção, fato que culminou com o fim do processo. O depoimento seguinte expressa a frustração de Eberth frente aos acontecimentos:

Mas o cara da Prefeitura era meio gesseiro, sabe? Gosta de dar uma engessada nas coisas. E o problema era que a Prefeitura podia aproveitar essa empolgação nossa e contribuir de uma melhor forma. Porque a iniciativa que tive junto com o Núcleo não sei se terei novamente, sabe. É aquela velha questão de momento e o momento era aquele. Outro problema foi o descrédito

que nós ficamos com muitos moradores pela expectativa gerada. Até há pouco tempo algumas crianças me cobravam pelas reformas na praçinha tendo eu que justificar.<sup>40</sup>

Diante da falta de alternativas, a mobilização em relação à praça desapareceu. O descompasso que esteve presente durante todo o processo em torno da praça-rotatória foi gerado, por um lado, pela expectativa do grupo sobre o poder público e, por outro, pelo trabalho de técnicos posicionados num arranjo que não dá conta de abrigar demandas pequenas e específicas que só fazem sentido com a participação direta dos moradores locais. No lugar de contribuir com a intervenção na praça, a atuação da Prefeitura acabou trazendo novos impecilhos aos moradores, já que o projeto era inadequado e oneroso.

Atualmente, mesmo que a praça continue pouco utilizada e com um aspecto geral de abandono, um senhor que mora no entorno imediato cuida de um pequeno jardim e algumas crianças usam uma parte do espaço para jogar bola, atividades que não foram identificadas na época do projeto e que poderiam ter sido favorecidas na proposta. Diante disso, Eberth considera que a tentativa de melhorar o espaço através do convênio foi equivocada e acabou por minar outras possibilidades de mobilização.

---

<sup>40</sup> Depoimento de Eberth Rosa em um email trocado com autora em setembro de 2010.

#### 4.5 Engajamento alto: túnel da Lagoinha



FIGURA 29 – Localização do espaço sobre o túnel no bairro Colégio Batista  
Fonte: Google Earth, 2010

O grau mais alto de engajamento foi constatado na ocupação de um espaço residual localizado sobre o túnel da Lagoinha (construído na década de 1970), entre as ruas Ubá e Sabará, no bairro Colégio Batista. Com caminhos pavimentados para travessia e uma pequena arena, implantados pelo poder público, o espaço se encontra numa área que não tem conexão direta com as ruas e edificações do entorno e permaneceu durante duas décadas coberto por mato.

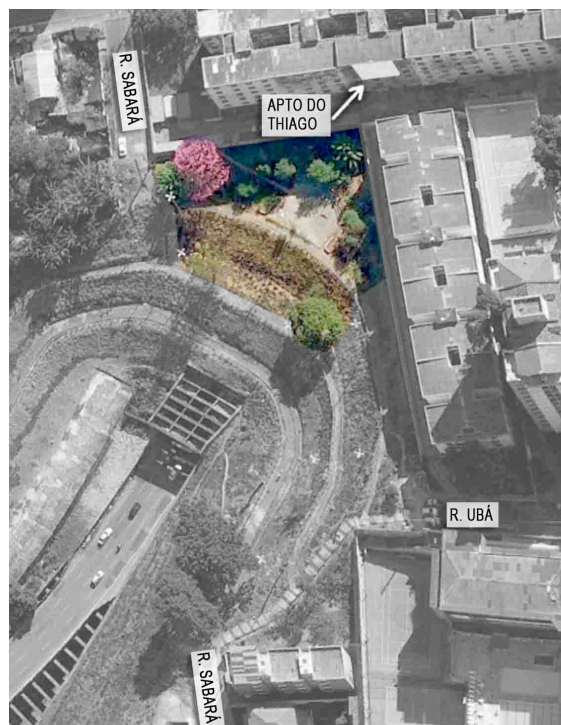


FIGURA 30 – Espaço sobre o túnel da Lagoinha.  
Fonte: Google Earth, 2010

O quadro de abandono contribuiu para que ele fosse usado como depósito de lixo e ponto de tráfico, tornando-se vulnerável para práticas de assalto. Nesse caso, a iniciativa partiu de um morador do entorno imediato e evoluiu para um agenciamento coletivo por parte de um grupo informal de usuários do espaço.

A transformação da situação de abandono começou em 2007, quando Thiago Lopes, que mora em um dos prédios do entorno, passou a se interessar pela prática de plantio após fazer um curso de permacultura<sup>41</sup>. Diante da falta de área no seu apartamento, ele decidiu usar o espaço sobre o Túnel para plantar, e começou, sozinho, a capinar o mato e preparar a terra. Contudo, em pouco tempo percebeu que se tratava de uma tarefa impossível, já que a área não é pequena e o mato crescia muito rápido<sup>42</sup>.

Nessa mesma época, um grupo de capoeiristas que Thiago conhecia procurava um espaço para treinamento e se interessou pelas ações de melhoria do local. Com um grupo maior foi possível organizar mutirões de limpeza, capinagem e plantio. Aos poucos, o grupo foi crescendo, se associando a outros grupos interessados, ligados a práticas culturais diversas, agricultura urbana e permacultura.

---

<sup>41</sup> Termo criado nos anos 1970, na Austrália, por Bill Mollison e David Holmgren. Permacultura significa cultura permanente e é estudado como método para planejar e manter sistemas de escala humana, como jardins, vilas ou comunidades socialmente, financeiramente e ambientalmente justos e sustentáveis.

<sup>42</sup> As informações foram relatadas por Thiago Lopes (Sono) em uma entrevista, na praça, feita pela autora em julho de 2010. A conversa aconteceu na manhã de uma terça-feira e havia mais duas pessoas, Mauro e Gabriel, (também residentes da região), cuidando das hortas e preparando novos espaços para plantio.





FIGURA 31 – As principais transformações realizadas pelo grupo  
Fonte: Google Earth, 2010

A partir dessas associações, informações de todo tipo foram compartilhadas e acumuladas, referentes tanto ao plantio quanto a técnicas construtivas de baixo custo. As reuniões no espaço passaram a ocorrer com maior frequência e periodicidade, e foi criada paralelamente uma comunidade na internet, chamada Quilombo Urbano<sup>43</sup>. Com o tempo, a arena que estava tomada por mato foi recuperada, foram construídos bancos, rampa de acesso e uma estrutura para práticas circenses. No lugar da sujeira, atualmente existem plantas para consumo, flores e árvores. Essas transformações foram viabilizadas com o apoio de alguns moradores do bairro, por meio da venda de rifas, e com a doação de materiais de construção por parceiros. Desde então vêm sendo realizados os “mutirões culturais”, termo que o grupo usa para denominar as reuniões que misturam trabalho e festa realizadas sistematicamente duas vezes ao mês.

---

<sup>43</sup> A comunidade Quilombo Urbano encontrava-se disponível em [www.quilombourbanobh.ning.com](http://www.quilombourbanobh.ning.com). Recentemente, a plataforma Ning deixou de ser gratuita, o que levou à desativação da comunidade. O grupo ainda não encontrou outra plataforma gratuita e adequada.



FIGURA 32 – Mutirão para capina e limpeza.  
 Fonte: Quilombo urbano (ning), 2010



FIGURA 33– O espaço atualmente. Bancos construídos com superadobe e jardins.  
 Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2010

A Superintendência de Limpeza Urbana também atua no espaço por meio da varrição, capina e limpeza. Foi feito, em 2009, um acordo de ação integrada entre as regionais Nordeste, Leste e Noroeste, devido à localização do espaço na confluência das suas respectivas áreas de atuação.<sup>44</sup> Esse acordo, no entanto, interferiu negativamente sobre um acordo feito anteriormente entre os moradores e a regional Nordeste, que sempre respeitou as áreas de plantio ao realizar a capina. Thiago aponta que a os funcionários da Regional Leste, por exemplo, não têm o mesmo cuidado com o que é produzido no espaço, capinando como se fossem mato muitas plantas que são cultivadas pela comunidade. Recentemente, algumas árvores que estavam quase dando frutos,

<sup>44</sup> Informação disponível em:  
<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=31547&pldPlc=&app=salanoticias>  
 . Acesso em: ago. 2010.

também cultivadas pelo grupo, foram cortadas atendendo reclamações de alguns moradores preocupados com a segurança e visibilidade do local. A falta de informação dos funcionários da Prefeitura sobre o que os moradores produzem localmente e a falta de diálogo entre os moradores do entorno já resultou em outras situações absurdas, como foi o caso de um senhor que há anos cuidava de um pequeno pomar numa parte do espaço afastada de onde hoje é o foco de intervenções do grupo. Foi também atendendo a pedidos relacionados à segurança de um prédio vizinho que a Prefeitura ordenou a poda de todas as árvores. Decepcionado, esse senhor nunca mais interveio na área.



FIGURA 34 – Thiago cuidando da horta e placas de aviso  
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2010

Em relação aos mutirões periódicos, com o passar do tempo, surgiram algumas dificuldades relacionadas à disponibilidade dos participantes, já que todos trabalham ou se dedicam a outras atividades. Diante disso, o grupo decidiu inscrever a demanda de recuperação do local no Orçamento Participativo 2009/2010, via Regional Nordeste. A verba de mais de um milhão de reais foi aprovada para a realização de uma obra que deve melhorar os acessos, instalar pista de skate, pista de cooper, parquinho, ponto de água, dentre outros equipamentos. Thiago aponta que a intenção do grupo é integrar o maior número de instâncias possível, daí a importância de estabelecer uma relação do que tem sido feito por eles com a atuação da Prefeitura. Além disso, o acesso aos recursos do OP foi considerada pelo grupo como a única maneira de viabilizar a implementação de um número maior de equipamentos, intensificando o uso do espaço por outros moradores do entorno.



FIGURA 35 – Dia de festa com piscina  
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2010

Até o presente momento, o projeto da praça está sendo elaborado pela Sudecap e posteriormente será discutido com o grupo. Thiago participará da Comforça (Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Execução do Orçamento Participativo), junto com outros colegas. Em relação à manutenção da autonomia do grupo diante das escolhas na fase de projeto, Thiago considera que possivelmente não haverá problemas, já que os funcionários da Regional Nordeste, que coordenarão o processo, conhecem e respeitam o trabalho que já vem sendo feito no espaço pelos moradores.

Paralelamente à elaboração do projeto, o grupo continua transformando o espaço, fazendo festas e cultivando plantas. Atualmente a área de plantio se concentra no patamar superior da arena, onde as hortas são demarcadas com estacas para evitar que pessoas as pisem ou que a Prefeitura capine nos dias de limpeza. Thiago leva água do seu apartamento até o espaço todos os dias para regar a plantação e aponta que a principal demanda atual é de um ponto de água cuja instalação será feita quando iniciarem as obras. O morador considera que o envolvimento das pessoas na produção do espaço poderia ser maior, a partir de atitudes que vão além do mero consumo. A maioria dos frequentadores tende a aparecer nos momentos de festa e de exibição de filmes. Além disso, muitos que não frequentam o espaço passam pelas hortas e levam plantas que estão em desenvolvimento para vendê-las ou replantá-las em casa.

Em relação à futura obra, mesmo quando questionado a respeito, até agora Thiago não demonstrou preocupação sobre uma possível incompatibilidade entre os usos que acontecem atualmente e as propostas da Prefeitura.

#### 4.6 Busca por informação e apoio na PBH

Utilizando como objeto o espaço da rua Nicarágua (ver item 4.2), procurei compreender o caminho que um indivíduo ou grupo decidido a atuar num espaço público teria que percorrer para tornar legítimas as suas ações e, eventualmente, obter algum apoio da PBH<sup>45</sup>.

Liguei inicialmente para o **atendimento central da PBH** e expliquei que se tratava de um espaço público não equipado e que alguns moradores estavam interessados em transformá-lo visando o seu uso. Frisei que já existiam no local iluminação da CEMIG e elementos de drenagem, com o intuito de explicitar que a presença dessa infraestrutura básica dispensaria uma intervenção complexa. Como se trata de uma área no bairro Sion, o funcionário recomendou que eu telefonasse para a **Regional Centro-sul**, responsável pelo bairro. Seguindo esse conselho, o respectivo atendente me disse que deveria procurar a **Gerência de Jardins Áreas Verdes**. Ao telefonar para a dita Gerência, fui informada de que ela trabalha apenas com podas de árvores e plantios e que, para questões referentes a obras, ligasse para a **Gerência de Projetos**.

Nesse setor, expliquei novamente que se tratava de moradores interessados em melhorar um espaço público abandonado para uso local. Pressupondo que queríamos um projeto de praça, o funcionário da Gerência de Projetos recomendou que, no lugar de uma solicitação pontual feita alguns moradores, seria melhor que a **Associação de Moradores** fizesse a proposta, buscando

---

<sup>45</sup> As informações desse item foram concedidas por técnicos de diversos setores da PBH (que serão mencionados ao longo do texto), em conversas com a autora por telefone em outubro de 2010.

apoio de um **vereador**, para que aumentassem as chances de consideração do projeto pela PBH. Perguntei, então, se nesse caso os próprios moradores poderiam elaborar o projeto. A resposta do funcionário foi taxativa, afirmando que só a PBH pode fazer o projeto, já que uma área pública não pode ser modificada à sua revelia. Ele disse ainda que se o projeto não fosse feito por ela, a intervenção não será reconhecida, podendo ser desfeita a qualquer momento. Sugeriu então que, em se tratando de uma intervenção pequena, como reforma de piso e construção de mesas, os moradores poderiam solicitar que o projeto fosse elaborado pela própria Regional e que, se fosse uma área maior, deveríamos solicitá-lo à Sudecap – sendo que, em ambos os casos, a demanda precisa ser organizada e ter apoio para que haja alguma chance de ser atendida. Nesse ponto, o convênio **Adote o Verde** foi sugerido como uma parceria que é interessante para a PBH e simples para os moradores. Por meio dele, os moradores entrariam com um pedido de projeto e pagariam pela obra, podendo também se responsabilizar por manter um espaço já existente contratando um jardineiro para realizar os serviços. Ao fim dessa conversa, o funcionário recomendou que eu ligasse na **Secretaria Adjunta da Regional Centro-sul** para saber se a área está sendo objeto de algum projeto em andamento.

Expliquei mais uma vez, nessa Secretaria, do que se tratava e pedi informações sobre o trecho da rua Nicarágua. O funcionário disse que não havia previsão de obras e que o trecho consta como rua-sem-saída e sem urbanização, existindo alguns pedidos de vereadores para que seja realizada uma obra de praça no local – o que a Regional não chegou a atender por considerar uma obra de grande porte. Nesse caso, o funcionário comentou que o Adote o Verde não seria tão apropriado, pois não era o caso de uma praça pequena. No seu entendimento, o trecho da rua Nicarágua demanda um levantamento topográfico, projeto e intervenção que só poderiam ser executados pelo município. Recomendou então que os moradores entrassem com a proposta no **Orçamento Participativo**<sup>46</sup>.

Telefonei ainda para o setor responsável pelo programa **Adote o Verde**, onde o funcionário responsável pela coordenação do programa apontou que o convênio é mais adequado no caso de

---

<sup>46</sup> Informações de um funcionário da Administração da Regional Centro-sul concedidas à autora por telefone em junho de 2010.

um espaço já existente, caracterizado como praça ou jardim. Nesse caso, recebi uma orientação mais detalhada sobre como proceder junto à Associação de Moradores: redigir uma carta, em nome da Associação, ao Secretário de Meio Ambiente e ao Secretário de Administração Regional Centro Sul, descrevendo a intenção dos moradores, o que ajudaria a formalizar possíveis intervenções.<sup>47</sup> Outra opção sugerida pelo funcionário foi entrar com um pedido de Reparação Ambiental direcionado a alguma construtora atuante no bairro, para que ela construa a obra sugerida pelos moradores; nesse caso poderiam enviar fotos, montagens e esboços para o projeto anexados à carta, oferecendo como contrapartida a manutenção do espaço.

Analisando as informações obtidas nos telefonemas, fica evidente a falta de alternativas para moradores que decidem intervir em prol de melhorias num espaço público. Todos os procedimentos indicados – a intervenção por meio da Administração Regional, o convênio Adote o Verde, a disputa no Orçamento Participativo ou o pedido de Reparação Ambiental – delineiam um mesmo caminho: propostas de ação na escala microlocal desembocam necessariamente em procedimentos nos quais as decisões se concentram no executivo municipal.

#### **4.7 Considerações sobre os casos estudados**

A partir dos casos estudados é possível levantar algumas questões importantes, tanto específicas quanto gerais. Nos casos em que as pessoas se engajaram é importante observar de que modo o processo ocorreu, mais ou menos coletivamente, demandando muita ou pouca ação do poder público. No canteiro central da avenida Bernardo Monteiro, o agenciamento é predominantemente individual, mesmo que alguns vizinhos tenham se envolvido ao longo do processo. Já em relação à praça-rotatória Bom Pastor, há um grupo mediador entre os interesses dos moradores de um bairro e a Prefeitura, enquanto aqueles que residem no entorno imediato do espaço não se mobilizam.

---

<sup>47</sup> As informações foram obtidas por meio de conversas por telefone com técnicos que atuam na coordenação do programa Adote o Verde, em outubro de 2010.

Fazendo o caminho inverso, o grupo informal do túnel da Lagoinha atua diretamente de acordo com os seus próprios interesses em relação ao uso e à transformação do espaço.

Muitos entraves se devem à falta de reconhecimento e de incentivo a iniciativas como estas pelos órgãos da PBH. Além do engajamento, os interessados ainda precisam de persistência para lidar com a burocracia. Se, por um lado, parece uma decisão equivocada procurar o poder público (já que ele não oferece alternativas adequadas à produção coletiva), por outro, é uma tarefa complicada implementar transformações e sustentá-las ao longo do tempo sem apoio financeiro ou técnico e sem que a produção seja reconhecida. Não é por acaso que, dentre os casos estudados, a situação que envolveu as ações mais engajadas e autônomas por mais de três anos tenha recorrido a um procedimento que delega a produção do espaço à PBH.

Em uma conversa recente, Thiago, um dos agentes do túnel da Lagoinha, se mostrou desanimado. Seis meses depois da nossa última entrevista e aproximadamente 12 meses depois de iniciado o encaminhamento à PBH, ele percebe que o grupo já não tem a mesma disposição, pois o processo formal tem sido mais complicado e demorado do que imaginavam. A proposta foi aprovada em 2008, o projeto ficou pronto recentemente e a licitação da construtora levará pelo menos mais um ano, de modo que as obras devem começar apenas em 2012. Enquanto isso, os mutirões culturais continuam acontecendo, mas, segundo Thiago, as pessoas agora parecem achar desnecessário se empenhar da mesma maneira, como se o engajamento do período em que as ações eram independentes, os domingos inteiros dedicados aos mutirões e o acompanhamento das inúmeras reuniões junto à PBH não tivessem mais valor. Além do processo moroso, conflitos também têm desencorajado o grupo, tais como vizinhos reclamando do barulho dos mutirões (que ocorrem duas vezes ao mês) e boicotando propostas, como a de um campo de futebol no projeto. Thiago considera que a mobilização está se perdendo pelo fato de as pessoas depositarem muitas expectativas no poder público.

Thiago aponta ainda que os responsáveis pelo projeto na PBH não se informaram sobre os plantios já realizados na área, sendo mais provável que grande parte da vegetação existente seja destruída para a construção da nova praça. Ao fim e ao cabo, o projeto ficou diferente do que o grupo queria e,



na avaliação de Thiago, um terço do seu orçamento bastaria para que esse mesmo grupo executasse ali obras muito mais interessantes do que as projetadas. Ou seja, em vez de apoiar a iniciativa oferecendo condições favoráveis ao engajamento, o processo do OP acabou desanimando e desmobilizando grande parte do grupo, enquadrando o que começou como uma produção coletiva e autônoma num modelo de produção padrão de espaço público por parte da Administração Municipal, retirando toda a sua potencialidade de produção e manutenção a partir de arranjos microlocais que já estavam em consolidação.

Além de situações como a do túnel da Lagoinha, em que um grupo abre mão de sua autonomia por falta de opção e escassez de recursos, existem também os casos em que as pessoas se dispõem, desde o início, a agir pelos processos heterônomos convencionais de produção do espaço. O caso da praça-rotatória é um exemplo nesse sentido. Eberth chegou a reproduzir, ele mesmo, a lógica da produção heterônoma, determinada pela sequência projeto-construção-uso, quando buscou equacionar previamente as necessidades dos moradores por meio de um questionário. Se ele conhecesse outros casos ou tivesse mais informações sobre possíveis alternativas, talvez teria começado por outros tipos de agenciamento, como, por exemplo, a experimentação de novos usos coletivos na mesma área ou em outra, já utilizada pelos moradores do bairro. O contato com a PBH resultou num processo desgastante e frustrante, gerando impedimentos para a produção microlocal em vez de facilitá-la, já que o preço da obra fez com que o grupo de comerciantes que havia se disponibilizado a financiá-la desistisse do processo.

Quando a iniciativa que parte da escala microlocal é repassada para a PBH, nos moldes atuais, ela é submetida à elaboração heterônoma do projeto e ao encadeamento de procedimentos engessados frente às possibilidades de produção. Foi possível constatar, a partir do caso da praça-rotatória, que as pessoas se sentem desconfortáveis em questionar ou recusar um projeto feito por um técnico ligado à Prefeitura. Mesmo achando o projeto completamente descabido, Eberth decidiu fazer o orçamento a partir dele com o intuito de aproveitar a oportunidade.

Além das dificuldades de diálogo entre moradores e a prefeitura, há também a dificuldade de diálogo e articulação no próprio contexto microlocal. Todos os casos mostram essa dificuldade, seja pela

falta de adesão dos vizinhos a uma ação individual (como no canteiro central da avenida Bernardo Monteiro), seja pelo descompasso entre a ação de um grupo e demais outros moradores do entorno (como no caso do Túnel da Lagoinha). Em outras palavras, a disposição para a articulação é essencial, não bastando o engajamento.

Ainda que articulados, conscientes dos interesses coletivos e de possibilidades de ação sobre o espaço, não são todos os grupos que conseguem, a partir de recursos próprios ou recursos obtidos coletivamente (por meio de doações, apoio privado, venda de rifas etc.) agir de maneira independente. Para que, além de engajamento, haja também autonomia, as pessoas devem ter acesso a informações sobre possibilidades de intervenção e procedimentos, e, caso necessitem, devem ter acesso a assistência técnica.

A partir do que foi apontado até aqui e tendo como perspectiva a prática do direito à cidade, cabe discutir possibilidades para a produção coletiva desses espaços pelos indivíduos interessados. O próximo capítulo discorre sobre alternativas para agentes como Samira, Thiago e o Núcleo de Ação Social do Bairro das Indústrias.

## 5. PROSPECÇÕES PARA A PRODUÇÃO COLETIVA DE ESPAÇOS PÚBLICOS

Deve-se escolher entre distribuir para milhões de pessoas, ao mesmo tempo, a imagem colorida de um homem agitando-se na tela ou conceder a cada grupo a possibilidade de produzir e distribuir seus próprios programas em centros de vídeo. No primeiro caso, a técnica está posta a serviço da promoção do especialista, regida por burocratas. Cada vez mais planejadores farão pesquisas de mercado, elaborarão previsões equilibradas e modelarão a demanda de mais e mais gente em um número maior de setores. Haverá sempre mais coisas úteis entregues aos inúteis. Mas se vislumbra uma possibilidade. A ciência pode se dedicar também a simplificar a instrumentação para que cada um seja capaz de modelar seu ambiente imediato, isto é, seja capaz de carregá-lo de sentido [...] (ILLICH, 1985, p.24)

Este capítulo é dedicado à prospecção de cenários mais favoráveis à produção coletiva e, de preferência, autônoma de espaços públicos. Ficou claro até aqui que os procedimentos convencionais de produção de espaços públicos em Belo Horizonte não dão vazão às diversas iniciativas que emergem na escala microlocal. A partir das situações expostas no capítulo 4, pôde-se constatar que o convênio Adote o Verde é pouco flexível diante da diversidade de espaços públicos que poderiam ser adotados e das possibilidades de ação dos moradores sobre esses espaços. Do mesmo modo, o processo do Orçamento Participativo também não é consonante com essas propostas. A obrigatoriedade de que o projeto seja feito por um técnico da PBH amarra em um único momento melhorias que poderiam acontecer processualmente, com gastos e obras sendo controlados pelos moradores. Diferentemente da produção agenciada pelo poder público, que costuma prover espaços públicos padronizados com um repertório de usos limitado e definido a partir de uma única intervenção (como foi o caso da proposta para a praça-rotatória), a produção coletiva na escala microlocal é mais flexível e direta, podendo moldar os espaços ao longo do tempo de acordo com decisões negociadas nesta escala.

Fica evidente a necessidade de alternativas aos procedimentos convencionais para as propostas de melhoria de espaços públicos cotidianos passíveis de uso. A partir do caso do túnel da Lagoinha, foi possível constatar que a própria população é capaz de transformar áreas residuais em espaços públicos criativos e acolhedores, a partir de articulações e condições microlocais. Essas práticas

estão espalhadas pela cidade, umas mais desenvolvidas que outras. Elas mostram que os cidadãos podem se engajar mesmo sob as condições desfavoráveis que os mantêm afastados da produção do espaço urbano e que muitas áreas podem ser transformadas e incrementadas independentemente de políticas, programas ou quaisquer ações conduzidas pelo poder público.

Contudo, o caso do túnel mostrou também que é difícil manter o ritmo das ações sem nenhum apoio. Como foi relatado, o grupo atua há três anos no espaço, mas não houve reconhecimento por parte da Prefeitura que, com frequência, atrapalha as atividades de plantio (nos trabalhos de capina) e não providencia a instalação de um ponto de água no local. Ou seja, é necessário que haja tal reconhecimento para que, no lugar de dificultar e até mesmo anular as ações dos grupos, a atuação do poder público favoreça a sua continuidade. Serão então sintetizadas algumas condições para que iniciativas com potencial de produção coletiva não sejam “atropeladas” pelo procedimento convencional heterônimo da Prefeitura e para que elas se sustentem ao longo do tempo.

### **5.1 Se as escalas são diferentes, os processos de produção podem ser diferentes**

O espaço público do entorno da moradia pode apresentar características físicas e sociais diversas. Na cidade de Belo Horizonte, muitas áreas ociosas passíveis de uso ainda são pontos cegos em meio à regulação e à produção do espaço urbano e, enquanto poderiam ser definidos localmente, estão sujeitos a intervenções desconexas dos interesses locais ou simplesmente ao abandono cotidiano.

A produção na escala microlocal deve ser tratada de maneira diferente da produção de espaços cujo público e cuja área de influência ultrapassam o entorno imediato. São muitas as áreas ociosas que necessitariam apenas de pequenos incrementos (brinquedos, bancos, áreas sombreadas, jardins, hortas) para que passassem a ser frequentados no dia-a-dia. Admitir um outro tipo de produção nessa escala é possível, porque nenhuma função urbana de grande escala depende desses espaços; eles não são imprescindíveis como acesso ou articulação viária, não importam nem

exportam impactos ambientais significativos e não atendem à população para além da vizinhança. Para que essa diversidade de propostas surja sistematicamente, as iniciativas dos moradores nos espaços públicos, principalmente daqueles ociosos em áreas residenciais, deve ser facilitada.

Existem muitos casos semelhantes aos que analisamos anteriormente na cidade, cujas melhorias podem ser agenciadas pelos moradores sem passar por processos dos quais esses moradores não têm controle. Não há dúvida de que nem todas as pessoas estão interessadas nisso. Pelo contrário, o engajamento que resulta na ação coletiva é raramente encontrado. No entanto, foi possível constatar também que muito do desinteresse é fomentado por uma regulação urbana que desconsidera a possibilidade de ação direta do cidadão sobre o espaço cotidiano.

Como foi mostrado no capítulo 3, a regulação urbana busca interditar o mau uso dos espaços públicos, ou seja, o seu uso privado ou individualista. O fato de uma vizinhança ter “carta branca” para transformar os espaços públicos disponíveis não significa que ela possa privatizar o logradouro público, restringindo o seu uso a certos proprietários. Não se trata também de idealizar situações de coesão de vizinhança como pressupostos para produção coletiva dos espaços públicos. Localizada no âmbito intermediário entre a impessoalidade dos grandes espaços livres usados de forma mais abrangente e a pessoalidade controlada dos espaços privatizados, a produção coletiva de espaços públicos na escala microlocal é política, envolve divergência de interesses, escolhas e negociação. Deve haver então o reconhecimento, no marco regulatório, dessas iniciativas pulverizadas que interferem criativamente no espaço público visando o seu *uso público*.

Enquanto no Plano Diretor da cidade de Belo Horizonte e dos outros municípios da região metropolitana os espaços públicos ainda são tratados genericamente, o que faz com que o objeto desta dissertação (o espaço público cotidiano) permaneça num ponto cego, em algumas cidades fora do Brasil existem planos que abordam o assunto de maneira mais detalhada e incisiva. Serão analisados, a seguir, alguns aspectos do Plano Diretor de Londres e de um Plano de Seattle voltado exclusivamente para áreas livres. Cabe considerar que tais aspectos foram retirados do contexto mais amplo dos planos de cada uma das cidades, cuja análise aprofundada demandaria a compreensão das respectivas estruturas administrativas, o que não entrou no escopo deste trabalho.

O objetivo de ressaltar alguns aspectos específicos é acrescentar elementos à discussão do caso de Belo Horizonte, além de apontá-los como possibilidade a partir de exemplos de tratamento de uma administração pública em relação à produção dos espaços públicos nas suas diferentes escalas.

O Plano Diretor de Londres, lançado em 2008 pelo prefeito Boris Johnson, inclui uma concepção de desenvolvimento do espaço público que envolve os distritos de Londres por meio de planos locais.<sup>48</sup> Para possibilitar melhorias das áreas livres, os distritos devem, inicialmente, identificá-las e avaliá-las conforme uma hierarquia definida por suas dimensões e sua distância em relação à moradia (TAB. 01). Essa categorização é usada junto com um guia – *Open Space Strategies: best practice guidance* – que orienta o desenvolvimento de políticas para a criação pró-ativa, melhoria e gestão dos espaços livres<sup>49</sup>. Ele “*oferece uma orientação clara e prática às autoridades locais e outras partes interessadas sobre como preparar uma estratégia para espaços livres*” (CABE SPACE, 2009, p.4).

---

<sup>48</sup> LONDRES. *Plano Diretor de Londres*. 2008. Disponível em: <<http://www.london.gov.uk/shaping-london/london-plan/strategy/>>. Acesso em: nov. 2010.

<sup>49</sup> CABE SPACE. *Open space strategies*. Londres: Commission for Architecture and the Built Environment and the Greater London Authority (CABE), 2009. Disponível em: <<http://www.cabe.org.uk/files/open-space-strategies.pdf>>. Acesso em: dex. 2010.

<b>Categorização de espaços livres</b>	<b>Tamanho</b>	<b>Dist. das moradias</b>
<b>Parques regionais</b> Grandes áreas, corredores, redes de espaços livres, a maioria deles são de acesso público e oferece uma gama de facilidades e características que provêm benefícios recreacionais, ecológicos, paisagísticos, culturais e de infraestrutura verde. Oferecem uma combinação de facilidades e características que são únicas em Londres, são acessíveis por meio de transporte público e mantidas para com o objetivo de atingir o melhor padrão de qualidade.	400 hectares	3.2 a 8Km
<b>Parques metropolitanos</b> Grandes áreas de espaço livre que oferece uma gama de benefícios similares aos dos parques regionais e oferecem uma combinação de facilidades e categorias no nível sub-regional, são acessíveis por meio de transporte público e são mantidas com o objetivo de atingir o melhor padrão de qualidade.	60 hectares	3.2 Km
<b>Parques distritais</b> Grandes áreas de espaço livre com paisagismo configurado com uma variedade de características naturais proporcionando uma grande gama de atividades, incluindo esportes <i>outdoor</i> , facilidades e áreas com brinquedos para crianças de diferentes idades e atividades de recreação informal.	20 hectares	1.2 Km
<b>Parques locais e espaços livres</b> Áreas para jogos, brinquedos infantis, áreas de descanso e áreas de conservação natural.	2 hectares	400m
<b>Pequenos espaços livres</b> Jardins, áreas para descanso, espaços para crianças brincarem ou outras áreas de conservação natural.	Abaixo de 2 hectares	Menos de 400 m
<b>Parques de bolso (<i>pocket parks</i>)</b> Pequenas áreas de espaço livre que oferecem superfícies naturais e áreas sombreadas para brincadeiras informais e recreação passiva, e que, eventualmente, têm assento e equipamento para brincar.	Abaixo de 0.4 hectares	Menos de 400 m
<b>Espaços livres lineares</b> Espaços livres e caminhos ao longo de rios, canais e outros cursos d'água, caminhos, ferrovias obsoletas, áreas de conservação natural e outras rotas que proporcionam lazer informal. Geralmente são caracterizadas por recursos ou áreas atraentes que não são totalmente acessíveis ao público, mas que contribuem para a fruição do espaço.	Variável	Onde for possível

TABELA 01: Tabela de hierarquia do espaço livre público (*public open space hierarchy*).  
Fonte: Open Space Strategies: best practice guidance, 2009. Tradução feita pela autora.

No caso de Londres, todos esses espaços podem ser foco de parcerias ampliadas, envolvendo não só poder público e iniciativa privada, como também associações de bairro e grupos de moradores. Uma das políticas do Plano, referente à construção de comunidades e vizinhanças (*Building London's neighbourhoods and communities 7.1*), aponta como diretriz que “os distritos devem trabalhar com as suas comunidades locais para determinar metas para as suas vizinhanças e estratégias para adquiri-las” (PLANO DE LONDRES, 2008, p.170). Reunindo essa informação com a da tabela acima, que serve para que os distritos organizem a produção e a gestão dos diferentes

tipos espaços públicos, parece haver abertura para que agentes da escala microlocal formulem concepções para suas áreas livres por meio de parcerias.

Contudo, o Plano de Londres também determina padrões de projeto e construção para os espaços públicos. Na política referente à esfera pública (*Public realm 7.5*), por exemplo, define-se que “os espaços públicos de Londres devem ser seguros, acessíveis, fáceis de compreender e manter, e incorporar o paisagismo, as plantações, o mobiliário e as superfícies de mais alta qualidade” (PLANO DE LONDRES, 2008, p.173). Isso leva à interpretação de que as comunidades não teriam a capacidade técnica necessária para intervir de acordo com os padrões de conforto e qualidade exigidos. Ou seja, não fica claro até que ponto a decisão sobre a caracterização dos espaços públicos na escala microlocal cabe aos moradores do entorno interessados na sua produção. Também não é possível saber se esses moradores têm alguma preferência frente a eventuais propostas de agentes externos que atendem ao objetivo central do plano, que é o desenvolvimento sustentável (predominantemente econômico e ambiental).

Um plano específico para áreas livres e verdes é o *Open Space Seattle 2100*, desenvolvido em 2006 pela administração da cidade de Seattle (EUA). Como o próprio nome indica, sua perspectiva é de um século: até 2100, iniciativas do governo, do setor privado, de grupos comunitários, da Universidade de Washington, de planejadores, lideranças e cidadãos devem conformar uma rede de espaços livres. O objetivo é imaginar maneiras de manter a qualidade dos ambientes urbanos numa situação de crescimento sem expansão, por meio do adensamento e da conformação de uma “*infraestrutura verde*” que gere a maximização da sustentabilidade econômica, social e ecológica da cidade (*Open Space Seattle 2100*, 2006)<sup>50</sup>. Essa infraestrutura abarca diversos tipos de espaços livres, como ruas de pedestres, jardins, parques urbanos, praças urbanas, parques de brinquedos, parques de bolso (*pocket parks*), dentre outros. Foram definidas 23 áreas de estudo e equipes responsáveis por fazer levantamentos e elaborar propostas para cada uma delas. Cada equipe, que incluiu tanto pessoas da comunidade quanto técnicos de planejamento, foi responsável por elaborar

---

<sup>50</sup> Informações obtidas no *flyer* do projeto (2006). Disponível em:  
<<http://depts.washington.edu/open2100/OS2100.flyer.pdf>> Acesso em nov, 2010.



um plano para a área, com diagramas, conceitos, objetivos de curto, médio e longo prazo, um diagrama mostrando a conexão da área com outras adjacentes, ilustrações com vistas e fotografias, além de sugestões de implementação indicando caminhos de financiamento para aquisição e administração. O material produzido gerou um livro destinado a orientar planejadores, políticas públicas e ações de grupos comunitários, oferecendo um “*modelo espacial para o desenvolvimento de uma infraestrutura integrada de todos os espaços verdes de Seattle* “ (Open Space Seattle, 2006 p.5).

As informações que obtive acerca desse plano provêm exclusivamente de seus promotores, o que dificulta uma avaliação crítica. Suspeito, no entanto, que, apesar de os moradores terem participado das equipes elaborando diagnósticos e propostas locais, um plano desse tipo também possa vir a representar um entrave a transformações dos espaços na escala microlocal. As necessidades de uma vizinhança ao longo do próximo século dificilmente coincidirão com as propostas ali definidas se essas propostas ultrapassarem o nível de diretrizes gerais. Se o que está em jogo é a centralização da gestão dos espaços públicos em quaisquer escalas e, com ela, o reforço da postura de desinteresse dos cidadãos na decisão sobre o espaço urbano, é importante refletir em que medida esses projetos em larga escala e pertencentes a agendas políticas complexas atropelam possíveis iniciativas locais em vez de potencializá-las. Para dizer em que medida tais processos intimidam essas iniciativas é necessário analisar seu grau de abertura, isto é, se há exigência de parâmetros de desenho, da presença de técnicos, ou se existem procedimentos adequados que servem de apoio a grupos informais interessados na melhoria dos diversos espaços cotidianos – procedimentos que contribuem, principalmente, para que ações improvisadas no âmbito microlocal sejam reconhecidas pela municipalidade. O pensamento abrangente é necessário em alguns casos, mas ele não pode representar entraves (além dos que já existem) para as iniciativas que emergem microlocalmente e ao longo do tempo. Em outras palavras, o processo de projeto ou planejamento que pode ser coerente para uma escala urbana ampla não o é para a escala microlocal, mesmo quando há participação, porque os interesses e as dinâmicas sociais num contexto como esse se modificam em curto prazo.

Retomando a tabela de hierarquia de espaços livres (TAB. 01), os três últimos tipos, sombreados,

estão presentes na escala microlocal e são usados basicamente pelas pessoas que vivem num raio de dois a três quarteirões de distância. A regulação urbana de Belo Horizonte, no lugar de manter uma abordagem indiferenciada, poderia considerar que espaços públicos cotidianos com área de abrangência limitada admitem processos de produção geridos por agentes microlocais, sejam eles moradores, grupos informais ou associações de bairro. Quando menor for menor o espaço e menor for o seu raio de abrangência, maior deve ser a possibilidade de atuação direta de grupos interessados e menor deve ser a atuação do poder público. Ou seja, a transformação de espaços passíveis de uso por parte de cidadãos interessados não deve depender de planos delineados na escala do município, mas também não deve ser ignorada nesses planos e permanecer numa espécie de limbo da regulação urbana, como ocorre em Belo Horizonte. Deve haver o reconhecimento e incentivo dessas práticas pulverizadas nos instrumentos de regulação urbana e o incentivo à autonomia dos grupos envolvidos nelas.

O parque de bolso (*pocket park*) é um dos tipos de espaço público que comparece tanto na tabela de Londres quanto no plano de Seattle, e faz parte da agenda de produção de espaços livres de muitos outros lugares (por exemplo, o estado do Texas<sup>51</sup> e as cidades de Nova York, Indianópolis<sup>52</sup> e Visália<sup>53</sup>). São chamados assim por serem pequenos e inseridos na malha urbana, geralmente num momento diferente da produção dos lotes vizinhos, usando partes de lotes, espaços residuais ou lotes vagos inteiros. Ainda que possam ser encontrados em áreas centrais de algumas cidades, o seu uso mais comum não acontece na escala do município, como é o caso dos parques de bairro ou parques municipais, e sim na escala microlocal atendendo necessidades dos indivíduos e grupos que vivem no entorno. A sua gestão varia muito: alguns deles, implantados em terrenos públicos municipais, são mantidos pelas prefeituras, outros usam lotes privados e são mantidos por organizações não-governamentais e ainda outros são realizados e mantidos por meio de parcerias público-privado. (Kronkosky Charitable Foundation, 2010).

---

<sup>51</sup> Kronkosky Charitable Foundation, disponível em:  
[http://www.kronkosky.org/research/Research\\_Briefs/Pocket%20Parks%20November%202010.pdf](http://www.kronkosky.org/research/Research_Briefs/Pocket%20Parks%20November%202010.pdf)> Acesso em jan. 2011.

<sup>52</sup> Keep Indianapolis Beautiful Inc. Disponível em: <[http://www.kibi.org/pocket\\_parks](http://www.kibi.org/pocket_parks)> Acesso em: jan. 2011

<sup>53</sup> Pocket Park Development Standard. Disponível em:  
<<http://www.ci.visalia.ca.us/civica/filebank/blobload.asp?BlobID=4542>>. Acesso em jan. 2011

A cidade de Philadelphia foi uma das primeiras a construir *pocket parks* nas vizinhanças. Entre 1962 e 1976 foram produzidos 60 parques, a maioria por reivindicação de espaços livres e parques infantis por grupos comunitários (BLAKE, 2006)<sup>54</sup>.



FIGURA 36 – Um dos lotes transformados na Filadélfia  
Fonte: City of Philadelphia & Philadelphia Neighborhood Park, 1962-1976

Correspondem também aos primeiros registros desse tipo de parque pequeno e inserido em quarteirões residenciais as propostas do arquiteto Aldo van Eyck em Amsterdam. Entre 1947 e 1978, Van Eyck projetou por volta de 700 *playgrounds* em diversos bairros, a partir de propostas da população, durante a reconstituição urbana no pós-guerra. Nesses parques, a eficiência do desenho urbano não estava em jogo (como atualmente alguns planos exigem) mas sim o provimento de equipamentos básicos em espaços inutilizados voltados para o uso coletivo. Nos parques projetados por Van Eyck, os elementos eram polivalentes, ou seja, poderiam ser usados de muitas formas, tanto como brinquedo quanto como mobiliário. Kapp e Baltazar dos Santos, contrapõem estes parques aos espaços da cidade cuja previsibilidade, controle e prescrição de uso são semelhantes aos dos parques Disney. Neles, “*quem se movimentava [...] eram as crianças e não os brinquedos [...] as instalações de Van Eyck nada tinham de fotogênicas; para uma apreensão passiva e apenas visual, elas pareciam até ‘sem graça’.*” (KAPP e BALTAZAR DOS SANTOS, 2005).

---

<sup>54</sup> BLAKE, Alisson. Pocket Parks. Disponível em:  
<[http://depts.washington.edu/open2100/pdf/2\\_OpenSpaceTypes/Open\\_Space\\_Types/pocket\\_parks.pdf](http://depts.washington.edu/open2100/pdf/2_OpenSpaceTypes/Open_Space_Types/pocket_parks.pdf)> Acesso em set. 2010



FIGURA 37 – Antes e depois, playground em Dijkstraateng, Amsterdam (1954)  
Fonte: Archined, 2008

Esse tipo de parque urbano interessa diretamente à investigação de possibilidades para a produção coletiva de espaços públicos na escala microlocal em Belo Horizonte. Apesar de o “parque de bolso” aparecer com frequência compondo redes de espaços livres abrangentes na escala do município ou da região, sua produção também pode ocorrer de forma pulverizada e motivada apenas por questões microlocais, servindo para transformar ambientes urbanos com escassez de espaços para reunião e brincadeira. Ou seja, além da regulação urbana reconhecer as iniciativas de transformação de espaços públicos passíveis de uso que partem da população, ela deveria também considerar a possibilidade de disponibilização de parte de lotes privados ou de lotes inteiros para a produção de espaços públicos gerida pela população, oferecendo contrapartidas aos proprietários (como a possibilidade do aumento do potencial construtivo ou a isenção de impostos).

## 5.2 Engajamento emergente

Mais do que um reflexo da descentralização decidida a partir da administração municipal, o engajamento emergente que é discutido aqui é resultado da mudança de posicionamento dos indivíduos no cotidiano em relação à produção do espaço. A tomada de consciência sobre a necessidade de decidir e de fato participar dessa produção é a prática cotidiana do direito à cidade. Ou seja, é importante que o poder público reconheça e eventualmente apóie as iniciativas de produção coletiva de espaços públicos, mas é preciso que a sua articulação com a população não

anule o caráter emancipatório por trás dessas iniciativas e não determine regras para elas. Aquilo que está por trás do empenho das pessoas em processos de cunho estrutural e de iniciativa da administração pública difere do que está por trás de processos iniciados autonomamente. O engajamento emergente envolve a tomada de consciência dos problemas e potencialidades da situação por parte dos indivíduos e grupos e é o substrato para a prática da cidadania no cotidiano. Ainda que a participação popular em grandes planos municipais ou metropolitanos seja um passo importante na direção da democratização da gestão das cidades, ela não coincide com o tipo de envolvimento discutido aqui, que parte de “baixo para cima” mesmo em contextos administrativos desfavoráveis, como é o caso de Belo Horizonte e representa um rompimento emancipatório.

As iniciativas dos cidadãos organizadas de forma independente, na escala microlocal, se relacionam com a noção de ordem espontânea apontada por Colin Ward (1996), autor que apresenta uma abordagem anarquista do planejamento urbano e da questão da habitação:

[...] dada uma necessidade comum, um conjunto de pessoas age por meio da tentativa e erro, improvisando e experimentando, a fim de evoluir numa situação – esta ordem é mais durável e mais estreitamente relacionada com as necessidades que a motivaram do que qualquer tipo de autoridade imposta externamente poderia fornecer. (WARD, 1996, p.31)

Essa organização espontânea só pode ser gerada pela reunião de indivíduos engajados em torno de um interesse comum, dispostos a experimentar, negociar e improvisar usos nos espaços disponíveis. O desafio é compreender de que forma essas práticas podem ser de fato mais duráveis do que aquelas desencadeadas por processos heterônomos.

Michel de Certeau traz a distinção entre tática e estratégia da prática militar para as ciências sociais. Enquanto a estratégia equivale ao grande plano e pressupõe uma posição de poder com certa visão de totalidade (por mais distorcida ou equivocada que ela seja), a tática é o procedimento que tira proveito da ocasião, do improviso local, da contingência, da circunstância particular (CERTEAU, 1997). Pode-se dizer que a tática está para a estratégia, como o cotidiano está para o institucional, ou, inversamente, que a ação institucionalizada tende a agir por meio de estratégias impondo uma

organização dominante, enquanto a ação cotidiana é tática, mais imediatamente relacionada a uma situação específica, cujas peculiaridades escapam à visão panorâmica dos estrategistas, e que é passível de alterações contínuas. A ação tática no cotidiano pode se organizar a partir de regras próprias no polo oposto dos expedientes estratégicos de dominação.

A “escada de participação popular” formulada na década de 1960 por Sherry Arnstein (1969) é mencionada tanto por Ward (1990) como por Souza (2010). Trata-se de uma escala com oito categorias que vão desde a manipulação dos indivíduos e grupos por parte do Estado (*manipulation*) até a controle do cidadão (*citizen control*) – em ordem crescente, “*manipulação, terapia, informação, consulta, apaziguamento, parceria, delegação de poder, controle do cidadão.*” (WARD, 1990, p. 126). Em se tratando do poder de decisão sobre a produção do espaço público, podemos dizer que, em Belo Horizonte, há atualmente procedimentos entre a informação e a parceria. Para Arnstein, apesar de ser o primeiro passo em torno da legitimação da participação, a informação é problemática quando é de mão única, partindo dos técnicos para os cidadãos que, por sua vez, não têm poder de negociação. Além disso, “*particularmente quando a informação é oferecida num estágio mais avançado do planejamento, as pessoas têm pouca oportunidade para influenciar o programa desenhado ‘para o seu benefício’*” (ARNSTEIN, 1969, p.5) No caso da parceria é possível haver negociação entre cidadãos e técnicos por meio de acordos de divisão de responsabilidade no planejamento e tomada de decisão. Assim, “*a parceria pode funcionar mais efetivamente quando existe a organização popular na comunidade*” (ARNSTEIN, 1969. p.9).

Souza enxuga a escada de Arnstein e, no lugar de *controle do cidadão*, posiciona a *autogestão* que, segundo ele, pressuporia um outro contexto social (rompendo com o binômio capitalismo/democracia representativa), podendo no máximo aparecer combinada com elementos da democracia representativa (no nível da *delegação de poder*, que vem imediatamente antes da *autogestão*). Para Souza, isso “*não elimina a possibilidade de experiências autogestionárias marginais terem lugar, menos ou mais efemeramente e com maior ou menor impacto político-pedagógico, por assim dizer, nas bordas do sistema heterônomo*” (SOUZA, 2010, p.205). Por outro lado, alguns autores apontam as limitações da participação que acontece a partir de um sistema heterônomo. Lopes, Kapp e Baltazar chamam atenção para a manutenção do *status quo*, mesmo

em políticas que pressupõem a participação. Para eles "[...] a participação parece legitimar e justificar o estado burguês, porque pressupõe a composição consensual e não conflitiva das partes, como se fosse um jogo entre iguais." (LOPES, KAPP, BALTAZAR DOS SANTOS, 2010, p.1). Ou seja, a aparência de conciliação sem alteração do campo de ação dos agentes pode emparelhar ações emergentes e anular as possibilidades de transformação social.

Buscando sair desse impasse, onde só parece ser possível experimentar a emancipação se ela for acompanhada de uma mudança estrutural, Ward aponta que é necessário saber usar a estrutura vigente em favor das práticas transformadoras do cotidiano. Para ele, é possível inserir nos meios dominantes propostas que sirvam aos propósitos anarquistas de autogestão e para isso, deve-se explorar brechas na estrutura política existente (WARD, 1990).

A questão é mesmo ambivalente: as ações que partem do poder público, mesmo com uma orientação participativa (no âmbito estratégico), não são as mais adequadas para combinar com iniciativas que partem do próprio ambiente e das relações cotidianas (no âmbito tático). Por outro lado, em muitos locais as pessoas encontram-se desinformadas, desarticuladas ou nem mesmo se interessam pelo espaço urbano, assumindo certo isolamento das questões públicas. A despeito desse isolamento, procedimentos mais democráticos e descentralizados vêm sendo implementados do âmbito da Administração Municipal considerando a prática de uma cidadania que é bem-vinda formalmente mas que não chega a acontecer de fato no espaço cotidiano, principalmente por parte dos grupos informais que não se enquadram na "sociedade civil organizada". Ou seja, ainda que a participação da população seja crescente e desejável no âmbito do planejamento urbano de viés crítico, que Souza chama de "*planejamento autonomista*" (SOUZA, 2010, p. 212), é questionável que a deliberação não aconteça no cotidiano diretamente sobre a caracterização do seu ambiente. E ainda, quando essa deliberação acontece, ela dificilmente se sustenta ao longo do tempo por não ser reconhecida institucionalmente e lhe faltar apoio.

Se a descentralização e a democratização dos procedimentos no planejamento urbano estão em discussão em Belo Horizonte, as transformações urbanas que são fruto de práticas engajadas de cidadãos interessados no uso público de certos espaços devem ser consideradas de modo radical.

Trata-se de alternativas políticas e econômicas que emergem fora do escopo de ações desencadeadas pelo Estado, com regras próprias, e que podem se articular em certos momentos com instâncias do poder público, sem que dependam delas. É então necessário oferecer condições para a prática da cidadania no cotidiano e para parcerias em torno da produção de espaços públicos, reconhecendo como construtiva a inversão promovida pelo engajamento emergente que, no lugar de considerar o Estado como provedor e o cidadão como usuário de serviços, pressupõe o compartilhamento de responsabilidades e a solidariedade entre indivíduos no espaço urbano.

### **5.3 Alternativas para a produção de espaços públicos cotidianos**

Se atualmente, em Belo Horizonte, as ações da população sobre os espaços públicos não são consideradas oficialmente, como é possível incentivar a produção coletiva desses espaços e oferecer condições para a sua sustentabilidade? Como já foi dito, é preciso estruturar um cenário mais propício tanto nos meandros institucionais como no próprio cotidiano, havendo pelo menos dois níveis de transformação que podem ou não acontecer simultaneamente. No nível institucional, é necessária uma mudança no modo como os espaços são produzidos e geridos, com um tratamento diferenciado por parte do poder público municipal das escalas e das possibilidades de produção. Uma mudança como esta, com as ressalvas apontadas anteriormente, possibilitaria parcerias voltadas para o cidadão e pode tornar, em médio ou longo prazo, a autogestão microlocal de espaços públicos uma prática mais simples e corriqueira.

O grau de atuação do poder público em iniciativas microlocais pode variar de acordo com o tamanho do espaço e a complexidade da sua produção, sendo determinado pela população. Por exemplo, grupos interessados em equipar áreas disponíveis visando o seu uso público poderiam ter “carta branca” para solicitarem serviços de luz e água diretamente às concessionárias como Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais) e Copasa (Companhia de Saneamento de Minas Gerais), conseguindo implantar com mais facilidade uma infraestrutura básica. Espaços como o canteiro central não demandam nenhuma ação do poder público, já que grande parte das necessidades de



um espaço pequeno está relacionada aos serviços dessas concessionárias e, no máximo, à instalação de lixeiras. A contrapartida oferecida aos cidadãos pode ser isenção do IPTU (imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana); o controle e fiscalização podem ser feitos pelos próprios vizinhos e por outros usuários dos espaços.

No outro nível de transformação há o incentivo direto às práticas de produção coletiva, independentemente do fato de serem acompanhadas de mudanças no modo como o poder público lida com elas. Ficou claro, a partir dos casos estudados, que para o engajamento emergente realizar suas proposições ao longo do tempo são necessárias informações sobre procedimentos e articulações possíveis. Ocupações criativas como a do túnel da Lagoinha deveriam encontrar alternativas de organização e agenciamento para se sustentar ao longo do tempo sem precisar recorrer a processos centralizados e heterônomos. Ao mesmo tempo, existem espaços como a rua Nicarágua e a praça-rotatória do bairro das Indústrias, onde parece ser necessária uma ação inicial capaz de catalisar negociações coletivas e que chame a atenção, principalmente, para a experimentação de usos.

Existem experiências de produção coletiva acontecendo em muitos lugares do mundo e envolvendo diferentes agentes e procedimentos. Em razão da delimitação do escopo desta dissertação, apenas uma dessas experiências foi tomada como exemplo por ser uma proposta exequível em qualquer contexto e relacionada à reflexão crítica da autogestão na escala microlocal. O estúdio *Atelier Autogéré d'Architecture (AAA)* é um coletivo que se instalou em La Chapelle, área no norte de Paris que passou por muitas transformações urbanas heterônomas e onde os moradores são excluídos dos processos de decisão vivenciando problemas como o desemprego, vício em drogas, falta de infraestrutura. Doina Petrescu, que junto com Constantin Petcou está à frente do AAA, aponta que a proposta do atelier é desenvolver investigações e práticas urbanas coletivas envolvendo os moradores de La Chapelle, arquitetos, artistas, planejadores urbanos, paisagistas, sociólogos e estudantes. Numa posição consonante com as reflexões deste trabalho, Petrescu aponta que práticas de produção de espaços públicos não podem ser iniciadas somente por estruturas centralizadas e organismos governamentais, devendo acontecer também por meio de 'tentativas microscópicas', por meio da ação de associações de moradores, grupos informais, organizações

autogeridas, pequenas instituições, dentre outros (PETRESCU, 2009).

O projeto *Eco-urban network/Ecobox*, desenvolvido entre 2001 e 2005, corresponde a uma série de ocupações dos espaços disponíveis (no caso, lotes vagos) em La Chapelle, envolvendo a construção coletiva de jardins e hortas por meio da reunião de diversos agentes interessados: integrantes do estúdio, moradores, estudantes, ativistas, pesquisadores e alguns especialistas pagos para serviços específicos. O objetivo dessa proposta é dar visibilidade aos locais disponíveis e potencializar as articulações entre os habitantes do entorno.



FIGURA 38: Jardins produzidos em lotes ociosos em La Chapelle  
Fonte: Spatial agency, 2010.

Práticas como esta são definidas pelo grupo como táticas urbanas (*urban tactics*). Nelas, no lugar de um resultado final planejado de antemão, o que importa é a experimentação de formas de cooperação e colaboração na produção do espaço, ou seja, o foco é a relação social durante um

processo cujo desdobramento é imprevisível. O que caracteriza ainda essas práticas é a escolha de espaços de tamanho apreensível, que não exigem transformações espaciais complexas e o uso de recursos disponíveis no entorno. No caso dos jardins, por exemplo, foi escolhido como ponto de partida uma porção de paletes de madeira, um material disponível no entorno e que dispensava o uso de equipamentos pesados (podendo ser carregado por duas pessoas). O material apresentou diferentes funções ao longo do processo servindo para definir os espaços de plantio e também as passarelas (PETRESCU, 2009).

Para Petrescu, procedimentos como esse, que utilizam poucos recursos e que envolvem a negociação entre grupos diferentes no processo, podem encorajar os habitantes a autogerirem espaços inutilizados, funcionando como catalisadores da produção coletiva (PETRESCU, 2007). Essas táticas urbanas podem ter um efeito viral em áreas onde as pessoas estão inicialmente adormecidas em relação à possibilidade de se articular com outros interessados para transformar um espaço ocioso.

Foi possível observar, a partir dos casos estudados, que mesmo as pessoas interessadas muitas vezes não sabem por onde começar e nem como se articular a outros vizinhos. Ao mesmo tempo, experiências como a do atelier na França – de construção coletiva de uma estrutura para plantio – ou como a do túnel da Lagoinha – que se organizou por meio dos mutirões culturais para festa, limpeza, plantio e construção de bancos – acontecem pontualmente em certos lugares desenvolvendo cada uma delas uma diversidade de articulações, técnicas construtivas, maneiras de trabalhar e formas de ocupar o espaço. Esse arsenal de procedimentos pode ser útil para outras pessoas interessadas na produção do espaço cotidiano. Se, por exemplo, os moradores que se manifestaram com interesse no blog da rua Nicarágua ou a associação de moradores interessada na transformação da praça-rotatória no Bairro das Indústrias soubessem dessas experiências e de seus respectivos procedimentos, uma gama de possibilidades seria aberta.

A coleção desses procedimentos e a comunicação entre essas experiências numa espécie de rede serviria para mostrar que existe um espectro amplo de ação que não depende do poder público, aumentando as condições para a produção coletiva e autônoma dos espaços públicos cotidianos.

Ainda que nesta dissertação isso seja proposto esquematicamente com o objetivo de ser desenvolvido em investigações posteriores, é possível discutir os elementos que estariam em jogo nessa rede social de iniciativas microlocais. A figura abaixo esboça as relações dessa rede.

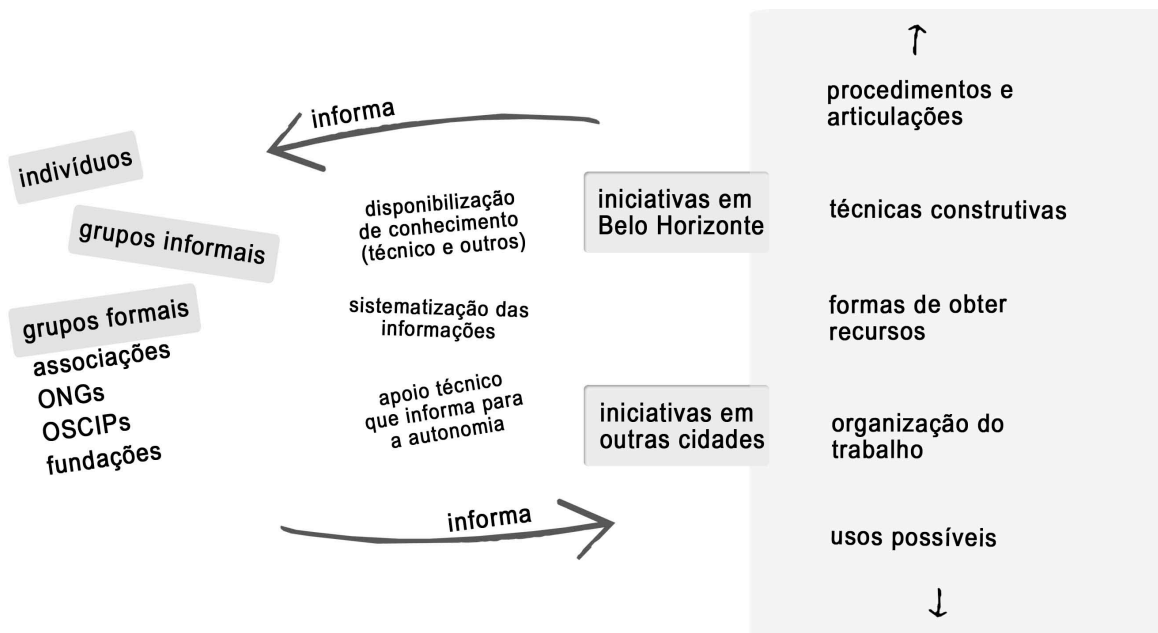


FIG 39: Rede de produção coletiva  
Fonte: Arquivo pessoal da autora

Agentes diversos (indivíduos, grupos informais e também grupos formais) interessados na produção coletiva de espaços públicos poderiam ter acesso às experiências de outros lugares e a informações sistematizadas sobre procedimentos adotados, técnicas construtivas usadas ou desenvolvidas, tipos de organização do trabalho e destinos possíveis para os espaços. Panfletos provocativos, manuais ‘faça-você-mesmo um espaço público’, técnicas construtivas alternativas, dentre muitas outras informações, poderiam ser armazenadas e compartilhadas nessa rede ao longo do tempo. Seriam também bem-vindos grupos de profissionais interessados em disponibilizar conhecimentos relacionados à produção de espaços públicos ou em prestar assistência técnica que crie condições para a autonomia dos agentes.

Pode-se dizer que essa rede de compartilhamento de experiências de produção coletiva teria afinidade com as chamadas “ferramentas de convivialidade” (*tools for conviviality*) discutidas por

Ivan Illich. Trata-se de ferramentas que facilitam a colaboração entre indivíduos e grupos primários, sem uma instância centralizadora que lhes dite o que fazer. Para Illich, a ferramenta é todo objeto ou estrutura tomada como meio para um fim, aparecendo em diversos níveis na sociedade. As ferramentas de convivialidade seriam o oposto das estruturas determinadoras e heterônomas que conduzem as relações humanas, desconsiderando a criatividade coletiva; são aquelas disponíveis para serem manipuladas, usadas e transformadas por qualquer pessoa, sendo de fácil apreensão, não admitindo exclusividade ou monopólio (ILLICH, 1978). No lugar de um mediador que acaba por dominar o processo, ferramentas de cunho convivial facilitam o acesso à informação e a comunicação entre os agentes, potencializando práticas colaborativas.

A rede aqui proposta esquematicamente pode contribuir para a organização e a colaboração de indivíduos e grupos, preservando a horizontalidade das relações na escala microlocal e alimentando o engajamento emergente e sendo uma ferramenta pedagógica e política. Ela pode se configurar em diversos formatos por meio do uso da tecnologia da informação e explorando, por exemplo, as estruturas de redes sociais e o georreferenciamento.

Acompanhando o esboço dessa ferramenta de relação de práticas coletivas, despontam ainda outras questões para investigações futuras, relacionadas ao leque de relações que a produção coletiva de espaços públicos abre, tais como arranjos produtivos microlocais que se organizam a partir da economia solidária e de articulações com outros agenciamentos microlocais de potencial difusor (como as rádios livres e grupos autônomos ligados em rede). A comunicação entre propostas pulverizadas de grupos não ligados institucionalmente ao Estado pode construir um meio de experimentação e aprendizado voltado para a produção coletiva de espaços públicos, alimentando a prática generalizada do direito à cidade no cotidiano.

## 6 CONCLUSÃO

Como dito na Introdução, a investigação que deu origem a esta dissertação partiu da pergunta sobre as razões que levam alguns cidadãos a aceitarem passivamente a produção do espaço urbano por terceiros e outros a se engajarem nessa produção, bem como da pergunta pelas dificuldades que esses últimos encontram e o que poderia eliminar essas dificuldades. A partir da análise de legislações, do estudo de quatro casos e da coleta de informações complementares junto a prefeituras municipais – em particular a de Belo Horizonte –, foi possível compreender impedimentos relacionados tanto à estrutura pública de produção e gestão desses espaços, quanto à disposição para agir diretamente e à capacidade de articulação dos cidadãos no cotidiano.

Constatou-se que, em Belo Horizonte, administração municipal e marco regulatório não consideram nem incentivam iniciativas dos moradores como fatores relevantes na melhoria dos ambientes urbanos na escala microlocal. Essa falta de reconhecimento se deve a um tratamento genérico dos espaços públicos, que aplica os mesmos processos de planejamento e gestão a quaisquer escalas urbanas e que faz com que os espaços públicos passíveis de ocupação e transformação, localizados entre o quintal e o parque, permaneçam numa espécie de limbo (tanto em relação à regulação urbana quanto em relação ao uso pelos moradores do entorno).

Procedimentos existentes que poderiam apoiar propostas oriundas da escala microlocal (como o Orçamento Participativo e o programa Adote o Verde) não admitem a deliberação por parte dos cidadãos sobre a configuração dos espaços e nem ações que os transformem ao longo do tempo. Esse quadro faz com que práticas iniciadas coletivamente, que poderiam acontecer de forma estendida ao longo do tempo e gerida pelos próprios cidadãos, acabem, por falta de alternativa, sendo direcionadas para a produção heterônoma estabelecida pelo poder público. Isso significa que, apesar de descentralização e democratização no planejamento e na gestão das cidades estarem em pauta pelo menos desde a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, será preciso avançar para uma discussão das condições de deliberação dos cidadãos sobre os espaços vividos cotidianamente. O engajamento direto equivale a uma prática do direito à cidade no cotidiano e deve ser considerado com radicalidade.

Também se tornou evidente que os cidadãos carecem de informações (técnicas, processuais e políticas) para agenciar a produção coletiva e autônoma daquelas pequenas porções do espaço público que lhes dizem respeito direta e – ao menos até certo ponto – exclusivamente. Para que as propostas da escala microlocal não dependam apenas de mudanças no marco regulatório e da formulação de planos na escala do município, constatou-se que é necessário oferecer condições para as práticas coletivas no cotidiano e para o compartilhamento de informações e competências a elas relacionadas. Como ações propositivas que partem da escala microlocal despontam em muitos lugares de maneira pulverizada, é frutífero estabelecer uma rede de compartilhamento dessas experiências que seja capaz de informar e incentivar outras ações.

As questões envolvidas na produção coletiva de espaços públicos indicam a necessidade de novas investigações, relacionadas principalmente aos arranjos produtivos e às articulações sociais que atendem a necessidades microlocais. Ao partir de uma reversão de papéis, onde as pessoas assumem o poder de decisão e ação sobre o espaço urbano, e ao implicar relações de produção baseadas no trabalho autônomo e colaborativo – que rompem com a heteronomia e com a reafirmação dos arranjos produtivos vigentes –, a produção coletiva é política e pode ser emancipatória. Por meio dela é possível alterar e reinventar a produção do espaço e as relações de produção a partir do cotidiano.

## REFERÊNCIAS

AAA (Org.) *Urban Act: a handbook for alternative practice*. Paris: aaa-PEPRAV, 2007. Disponível em: < <http://www.peprav.net/tool/spip.php?rubrique30> >. Acesso em mar. 2010.

ATELIER d'architecture autogérée / studio for self-managed architecture (aaa). Disponível em: <<http://www.urbantactics.org/>>. Acesso em: mar. 2010.

ARCHNED. *Playgrounds by Aldo van Eyck*, 2002. Disponível em: <[http://www.classic.archined.nl/news/0207/AldovanEyck\\_playgrounds\\_eng.html](http://www.classic.archined.nl/news/0207/AldovanEyck_playgrounds_eng.html)>. Acesso em: mar. 2010.

AULABIERTA. Disponível em: <<http://aulabierta.info/node?page=5>>. Acesso em: Jan. 2011.

ABRAHAO, Sérgio Luiz. O resgate do pólo público pelas formas urbanas tradicionais. In: \_\_\_\_\_. *Espaço público: do urbano ao político*. São Paulo: Annablume Fapesp, 2008. P.148-151.

ADORNO, Teodor W. Tempo livre. In: ADORNO, T. W. *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Petrópolis: Vozes, 1995. Disponível em: <[http://antivalor2.vilabol.uol.com.br/textos/frankfurt/adorno/adorno\\_27.html](http://antivalor2.vilabol.uol.com.br/textos/frankfurt/adorno/adorno_27.html) > Acesso em: jun. 2010.

ALEXANDER, C.; DAVIS, H.; MARTINEZ, J.; CORNER, D. The collective design of common land. In \_\_\_\_\_. *The Production of Houses*. Oxford University Press, NY, 1985.

ALEXANDER, Christopher et al. *Um lenguaje de patrones: ciudades, edificios, construciones*. Barcelona: Gilli, 1980.

ARNSTEIN, Sherry. *Ladder of citizen participation*. Journal of the American Institute of Planners (JAIP), Vol. 35, Nº. 4, Julho, 1969. Disponível em: <<http://lithgow-schmidt.dk/sherry-arnstein/ladder-of-citizen-participation.pdf>>. Acesso em: dez. 2010.

ASHIHARA, Yoshinobu - El diseño de espacios exteriores. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1982.

BALTAZAR, A. P.; KAPP, S. Against determination, beyond mediation. In: KOSSAK, F.; PETRESCU, D.; SCHNEIDER, T.; TYSZCUK, R.; WALKER, S. (org.). *Agency: working with uncertain architectures*. Abingdon: Routledge, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BELO HORIZONTE (MG). Prefeitura Municipal. *Código de Edificações*. Lei nº 9725/2010. Belo Horizonte: PBH, 2010. Disponível em: < <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1021196>>. Acesso em: out. 2010.



BELO HORIZONTE (MG). Prefeitura Municipal. *Cartilha do Código de Posturas de Belo Horizonte*. Lei nº 8.616/2003. Belo Horizonte, PBH, 2003. Disponível em: <[http://www.cdlbh.com.br/arquivos/cartilha\\_codigo\\_posturas.doc](http://www.cdlbh.com.br/arquivos/cartilha_codigo_posturas.doc)> Acesso: abril, 2010.

BELO HORIZONTE (MG). Prefeitura Municipal. *Código de Posturas*. Lei nº 9.845/2010. Belo Horizonte: PBH, 2010. Disponível em: <[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=legislacao&tax=12157&lang=pt\\_BR&pg=6480&taxp=0&](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=legislacao&tax=12157&lang=pt_BR&pg=6480&taxp=0&)>. Acesso em: out. 2010.

BELO HORIZONTE (MG). Prefeitura Municipal. *Lei nº 7.165/1996 (com alterações introduzidas pela Lei 8.137 de 21 de dezembro de 2000)*. Institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte. Belo Horizonte: PBH, 2000.

BELO HORIZONTE (MG). Prefeitura Municipal. *Legislação de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo*. Leis nº 7.166/1996) 8.137/2000 e 9.959/2010. PBH, 1996, 2000 e 2010. Disponível em: <<http://www.pbh.gov.br/mapas/leiuso/index.htm>> Acesso em: out. 2010.

BELO HORIZONTE (MG). Prefeitura Municipal. *Modelo do convênio Adote o Verde*. Belo Horizonte: PBH, 2009 [Ver Anexo B].

BELO HORIZONTE (MG). Secretaria Municipal de Governo. *Decreto nº 11.484 de 15 de outubro de 2003*. . Estabelece normas e procedimentos para parcerias entre o Poder Público Municipal e a sociedade, no que concerne à adoção de áreas verdes públicas Programa "Adote o Verde" - e dá outras providências. Belo Horizonte: PBH, 2003. [Ver Anexo A]

BLAKE, Alisson. *Pocket Parks*. Seattle: Open Space Seattle 2100, 3006. Disponível em: <[http://depts.washington.edu/open2100/pdf/2\\_OpenSpaceTypes/Open\\_Space\\_Types/pocket\\_parks.pdf](http://depts.washington.edu/open2100/pdf/2_OpenSpaceTypes/Open_Space_Types/pocket_parks.pdf)>. Acesso em set. 2010

BONDARUK, Roberson Luiz. *A prevenção do crime através do desenho urbano*. Curitiba: Edição do autor, 2007.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC* Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: <[www.emtese.ufsc.br/3\\_art5.pdf](http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf)> Acesso: out. 2010.

BRASIL. Estatuto da Cidade. Lei nº 10.257/2001. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm)>. Acesso em: out. 2010.

CABE SPACE, Mayor of London. *It's our space: a guide for community groups*. Londres: Commission for Architecture and the Built Environment and the Greater London Authority (CABE), 2007. Disponível em: <<http://www.cabe.org.uk/publications/its-our-space>>. Acesso em dez. 2010

CABE SPACE. *Open space strategies*. Londres: Commission for Architecture and the Built Environment and the Greater London Authority (CABE), 2009. Disponível em: <<http://www.cabe.org.uk/files/open-space-strategies.pdf>>. Acesso em: dex. 2010.

CERTEAU, M. Artes de fazer. In \_\_\_\_\_. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

ESPIRITO DE GEOMETRIA. [*Rampa sob viaduto e banco "antimendigo" em São Paulo*]. [2010]. Disponível em: <<http://espiritodegeometria.blogspot.com/2010/07/arquitetura-antimendigos.html>>. Acesso em: nov.2010.

FERNANDES, Edésio, PEREIRA, Helena D. *Urbel em xeque*. Estado de Minas, 19/10/2010. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=41529&pldPlc=&app=salanoticias>>. Acesso em: out. 2010

GRUPO MOM (Morar de Outras Maneiras). *A panfletar: panfletos para discutir a produção do espaço*. Disponível em: <[http://www.mom.arq.ufmg.br/12\\_panfletos/panfletar.htm](http://www.mom.arq.ufmg.br/12_panfletos/panfletar.htm)> Acesso em: 12 jun. 2010.

GRUPO MOM (Morar de Outras Maneiras). *Área temática Habitação, vida cotidiana e qualidade de vida (Produto 2)*. Documento integrante do Produto 2 do PDDI (Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado) da RMBH. Dezembro de 2009

GRUPO MOM (Morar de Outras Maneiras). *Habitação, vida cotidiana e qualidade de vida (Produto 3)*. Documento integrante do Produto 3 do PDDI (Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado) da RMBH. Março de 2010

GRUPO MOM (Morar de Outras Maneiras). *Diagnóstico: Habitação, vida cotidiana e qualidade de vida. (Produto 4)* Documento integrante do Produto 4 do PDDI (Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado) da RMBH. Julho de 2010.

GRUPO MOM (Morar de Outras Maneiras). *Política metropolitana integrada de direito ao espaço cotidiano: moradia e ambiente urbano. (Produto 6)* Documento integrante do Produto 6 do PDDI (Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado) da RMBH. Dezembro de 2010

HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. *The political economy of public space*. 2005. Disponível em: <[davidharvey.org/media/public.pdf](http://davidharvey.org/media/public.pdf)> Acesso em: out. 2009.

HARVEY, D. The right to the City. *New Left Review*, nº 53, setembro-outubro, 2008, s.p. Disponível em: <<http://www.newleftreview.org/?view=2740>>. Acesso em: out. 2009.

ILLICH, Ivan. *Tools for conviviality*, 1973. Disponível em: <<http://opencollector.org/history/homebrew/tools.html>>. Acesso em: 09 mai. 2010.

- ILLICH, Ivan. *La convivencialidad*. México: Joaquín Mortiz / Planeta, 1985. Disponível em: <<http://www.ivanillich.org.mx/LiConviven.htm>>. Acesso em: ago. 2010.
- IRAZÁBAL, Clara. Da Carta de Atenas à Carta do Novo Urbanismo. Qual seu significado para a América Latina?. *Arquitextos*, São Paulo, 02.019, Vitruvius, dez 2001. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.019/821>>. Acesso em: out. 2010.
- JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- KAPP, Silke. *Autonomia Heteronomia Arquitetura*. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 10, n. 11, p. 95-105, 2004. Disponível em: <[http://www.mom.arq.ufmg.br/05\\_biblioteca/acervo/kapp\\_autonomia.htm](http://www.mom.arq.ufmg.br/05_biblioteca/acervo/kapp_autonomia.htm)>. Acesso em: nov. 2010.
- KAPP, Silke; BALTAZAR DOS SANTOS, Ana Paula. *A cidade não é um parque*. Estado de Minas, Belo Horizonte, 04 jun. 2005. Disponível em: <[http://www.mom.arq.ufmg.br/05\\_biblioteca/acervo/kapp\\_cidade\\_parque.htm](http://www.mom.arq.ufmg.br/05_biblioteca/acervo/kapp_cidade_parque.htm)>. Acesso em: ago. 2009.
- KAYDEN, Jerold. *Privately Owned Public Space: The New York City Experience*. New York City Department of City Planning, and Municipal Art Society of New York. John Wiley & Sons, New York, 2000.
- KEEP INDIANAPOLIS BEAUTIFUL Inc. Disponível em: <[http://www.kibi.org/pocket\\_parks](http://www.kibi.org/pocket_parks)>. Acesso em: jan. 2011
- KNABB, Ken. *The joy of revolution*. Public Secrets: Collected skirmishes of Ken Knabb, 1997. Disponível em: <<http://www.anarchyisorder.org/CD%234/Lay-outed%20texts/PDF-versions/Knabb,%20Ken%20-%20The%20joy%20of%20revolution.pdf>> Acesso em: ago. 2010.
- KRONKOSKY CHARITABLE FOUNDATION. *Research brief: pocket park*. Nov. 2010. Disponível em: <[http://www.kronkosky.org/research/Research\\_Briefs/Pocket%20Parks%20November%202010.pdf](http://www.kronkosky.org/research/Research_Briefs/Pocket%20Parks%20November%202010.pdf)>. Acesso em: jan. 2011.
- KURZ, Robert. *A ditadura do tempo abstrato: sobre a crise compartilhada de trabalho e lazer*. Krisis, 1999a. Disponível em: <[http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/krisis/rkurz/tx\\_kurz\\_62.htm](http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/krisis/rkurz/tx_kurz_62.htm)> Acesso em jun. 2010.
- KURZ, Robert. *A expropriação do tempo: Falta de tempo e aceleração na cultura non-stop*. Folha de São Paulo, jan. 1999b. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz29.htm>> Acesso em: jun. 2010
- KURZ, Robert. *Mataram o lazer*. Entrevista publicada na revista Isto é. 25 nov. 1998. Disponível em: <<http://reocities.com/Athens/acropolis/6634/kurzlazer.htm>>. Acesso em jun. 2010.

LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. 1880. Disponível em: <<http://www.adelinotorres.com/filosofia/Paul%20Lafargue-O%20direito%20%E0%20pregui%E7a.pdf>> Acesso em: ago, 2009.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Grupo "As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea", do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: *La production de l'espace*. 4º éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

LEFEBVRE, Henri: *A vida cotidiana no mundo moderno*; Ed. Ática, S. Paulo, 1991a.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008a.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes Ltda., 1991b.

LEFEBVRE, Henri. The idea of level. In \_\_\_\_\_. *Critique of everyday life*. Volume 2. Nova York: Verso, 2008c. P. 118-126.

LEFEBVRE, Henri. Micro and macro. In \_\_\_\_\_. *Critique of everyday life*. Volume 2. Nova York: Verso, 2008c. P. 139-142.

LEFEBVRE, Henri. The idea of structure. In \_\_\_\_\_. *Critique of everyday life*. Volume 2. Nova York: Verso, 2008c. P. 156-179.

LEFEBVRE, Henri. The spontaneous; The idea of ambiguity. In \_\_\_\_\_. *Critique of everyday life*. Volume 2. Nova York: Verso, 2008c. P. 218-219; 219-226.

LEFEBVRE, Henri. Social Space, social time; Praxis. In \_\_\_\_\_. *Critique of everyday life*. Volume 2. Nova York: Verso, 2008c. P. 231- 323; 323-244.

LEFEBVRE, Henri. *The survival of capitalism*. Reproduction of the relations of production. Londres: Allison and Busby Limited, 1973.

LEFEBVRE, Henri. Work and Leisure in Everyday Life. In \_\_\_\_\_. *Critique of everyday life*. Volume 1. Nova York: Verso, 2008b. P. 29-42.

LOPES, João M. A.; KAPP, Silke; BALTAZAR, A. P. *Por partes: o novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres*. SILACC 2010 – Simpósio Ibero Americano, Cidades e Cultura: novas espacialidades e territorialidades urbanas. 2010.

LONDRES. *Plano Diretor de Londres*. 2008. Disponível em: < <http://www.london.gov.uk/shaping-london/london-plan/strategy/>>. Acesso em: nov. 2010.

MACEDO , Adilson Costa. *A Carta do Novo Urbanismo norte-americano*. Arqtextos, São Paulo, 07.082, Vitruvius, mar 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/07.082/262>>. Acesso em: out. 2010

MACEDO , Adilson Costa. O novo urbanismo na Europa. *Arqtextos*, São Paulo, 08.094, Vitruvius, mar 2008. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/08.094/158>>. Acesso em: out. 2010.

MARTINS, Sérgio. Lazer, Urbanização e os Limites da Cidadania. In: ISAYAMA, Hélder e LINHARES, Meily Assbú (org). *Sobre Lazer e Política: Maneiras de ver, maneira de fazer*. Belo Horizonte Ed. UFMG. 2006, p. 93-116

MIGUEL GRAZZIOTIN ON LINE. [*Rampa sob viaduto e banco "antimendigo" em São Paulo*]. [2010]. Disponível em: <<http://miguelgraziotinonline.blogspot.com/2010/05/serra-e-visao-do-psdb-para-solucionar.html>> Acesso em: nov. 2010.

MINISTÉRIO DA CULTURA: *Cultura no PAC 2*. Mar. 2010. Disponível em: <<http://mais.cultura.gov.br/2010/03/29/pac-2-tera-como-metas-a-implantacao-de-800-pracas-com-equipamentos-culturais/>>. Acesso em: mar. 2010.

MONTE-MÓR, Roberto Luiz de Melo. O cotidiano e a produção do espaço. In: III Colóquio Pesquisas em Habitação, 2006, Belo Horizonte. Transcrição de Felipe Gontijo e revisão de Silke Kapp. Disponível em: <[http://www.mom.arq.ufmg.br/02\\_eventos/colouquio2006/palestras/monte-mor.htm](http://www.mom.arq.ufmg.br/02_eventos/colouquio2006/palestras/monte-mor.htm)>. Acesso em mar. 2010.

NEWMAN, Oscar. *Creating defensible space*. Washington, DC: US Department of Housing and Urban Development, Office of Policy Development and Research, 1996. Disponível em: <<http://www.huduser.org/portal/publications/pubasst/defensib.html>>. Acesso em: ago. 2010.

O'NEIL, Tim. *A look back. Pruitt and Igoe started strong, but in the end failed*. Disponível em <[http://www.stltoday.com/news/local/metro/article\\_e2a30e7c-f180-5770-8962-bf6e8902efc1.html](http://www.stltoday.com/news/local/metro/article_e2a30e7c-f180-5770-8962-bf6e8902efc1.html)>. Acesso em: nov. 2010.

O GLOBO. *SP já tem três praças com banco antimendigo*. 23/02/2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sp/mat/2007/02/23/294684231.asp>> acesso em out.2010.

SPATIAL Agency. Disponível em: <<http://www.spatialagency.net/database/how/subversion/aaa>>. Acesso em: jan. 2011.

PETRECU, Doina. *How to make a community as well as the space for it*. Re-public: Reimagining Democracy, 2007. Disponível em: <<http://www.re-public.gr/en/?p=60>> Acesso em mar. 2010.

PETRECU, Doina. *Entrevista com Doina Petrescu feita por Ramia Mazé*. Maio, 2009. Disponível em: <<http://www.design-act.se/popup.php?id=54&showvideopreview=149#>>. Acesso em: jan. 2011.

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA RMBH, *Produto 3 da área temática Vida cotidiana, habitação e qualidade de vida (HQV)*, 2010.

PORTAL DO IPHAN. *Carta de Atenas*. Atenas: CIAM, 1933. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>>. Acesso em: ago. 2010.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Adote o verde*. Disponível em: <[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=meioambiente&tax=11025&lang=pt\\_BR&pg=5700&taxp=0&](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=meioambiente&tax=11025&lang=pt_BR&pg=5700&taxp=0&)> Acesso em: fev. 2010.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Plano de Empreendimentos. Orçamento participativo 2009-2010*. Disponível em: <[http://www.pbh.gov.br/comunicacao/pdfs/publicacoesop/caderno\\_empreendimentos\\_op\\_2009\\_2010.pdf](http://www.pbh.gov.br/comunicacao/pdfs/publicacoesop/caderno_empreendimentos_op_2009_2010.pdf)> Acesso em: abril, 2010.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Regionais e SLU planejam intervenção conjunta nos túneis e áreas verdes*. 2009. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=31547&pIdPlc=&app=salanoticias>>. Acesso em: ago. 2010.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Orçamento participativo regional*. Disponível em: [http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=portaldoop&tax=17236&lang=pt\\_BR&pg=6983&taxp=0&](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=portaldoop&tax=17236&lang=pt_BR&pg=6983&taxp=0&) Acesso em: fev. 2010.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *O uso do IQVU no Orçamento Participativo*. Disponível em: <[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=planejamento&tax=19447&lang=pt\\_BR&pg=6901&taxp=0&](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=planejamento&tax=19447&lang=pt_BR&pg=6901&taxp=0&)>. Acesso em: out. 2010.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Revista Orçamento Participativo de Belo Horizonte: 15 anos*. PBH, 2008. Disponível em: <[http://www.pbh.gov.br/comunicacao/pdfs/publicacoesop/revista\\_\\_15anos\\_portugues.pdf](http://www.pbh.gov.br/comunicacao/pdfs/publicacoesop/revista__15anos_portugues.pdf)>. Acesso em: nov. 2010.

QUILOMBO URBANO. *Comunidade virtual da ocupação da Praça Boca do Túnel*. Disponível em <<http://quilombourbanobh.ning.com>>. Acesso em: mar. 2010.

RUA NICARÁGUA. Blog da Rua Nicarágua. Disponível em: <<http://ruanicaragua.blogspot.com/>>. Acesso em: ago. 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. P.1-91 e 235-258.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SEATTLE. *Open Space Seattle 2100*. 2006. Disponível em:  
<<http://depts.washington.edu/open2100/>>. Acesso em: nov. 2010.

TERRA NOTÍCIAS. *Avenida Paulista terá rampa "antimendigo"*. 23/09/2005. Disponível em:  
<<http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,O1678674-E1306,00.html>> acesso em out. 2010.

UNIVERSITY of Oregon Dept of Architecture. *The interactive nollie map website*. Disponível em:  
<<http://nollie.uoregon.edu/>>. Acesso em: maio. 2009.

VISALIA CITY COUNCIL. *Pocket Park Development Standard*, 2005 Disponível em:  
<<http://www.ci.visalia.ca.us/civica/filebank/blobdload.asp?BlobID=4542>>. Acesso em jan. 2011.

WARD, Colin. The theory of spontaneous order. In: \_\_\_\_\_. *Anarchy in action*. Freedom Press, London, 1996. P.31-39.

WARD, Colin: An anarchist approach to urban planning. In: \_\_\_\_\_. *Talking houses*. Ten lectures by Colin Ward. London: Freedom Press, 1990. P.123-132.

WARD, Colin: Being local. In: \_\_\_\_\_. *Talking houses*. Ten lectures by Colin Ward. London: Freedom Press, 1990. P.123-132.

WIKIPEDIA. *Permacultura*. Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Permacultura>>. Acesso em: maio. 2010.

## ANEXO A – Decreto nº 11.484/2003. Normas e procedimentos do Programa Adote o Verde



Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

# DOM

Diário Oficial do Município - BELO HORIZONTE

Secretaria Municipal de Governo

Decreto nº 11.484 de 15 de outubro de 2003

Diário Oficial do Município - Belo' Horizonte Ano IX - Nº: 1.976 - 10/16/2003

### DECRETO Nº 11.484 DE 15 DE OUTUBRO DE 2003

*Estabelece normas e procedimentos para parcerias entre o Poder Público Municipal e a sociedade, no que concerne à adoção de áreas verdes públicas Programa "Adote o Verde" - e dá outras providências.*

O Prefeito de Belo Horizonte, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade e conveniência de ordenar a captação de parcerias para a implantação, reforma e manutenção de áreas verdes,

DECRETA:

Art. 1º - A implantação, reforma ou manutenção, por pessoas físicas ou jurídicas, de áreas verdes públicas, assim entendidos os parques, praças, canteiros, jardins e outras áreas passíveis de ajardinamento, far-se-á mediante condições a serem estabelecidas em convênio firmado com o Município' - Programa Adote o Verde - através da Secretaria Municipal da Coordenação de Gestão Regional - SCOMGER, responsável pela área objeto da parceria ou com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Urbano - SMMAS, nos casos de áreas sob a sua responsabilidade.

§ 1º - Para fins deste Decreto usar-se-á o termo Adotante para representar qualquer um dos segmentos da sociedade a firmar a parceria intitulada Programa "Adote o Verde".

§ 2º - Os termos do convênio de que trata o *caput* deste artigo deverão conter, no mínimo, as informações constantes em modelo estabelecido pela SMMAS.

§ 3º - No caso de convênio a ser firmado com uma SCOMGER, cópia do respectivo termo deverá ser enviado à SMMAS, para fins de acompanhamento, no prazo de 3 (três) dias a contar do respectivo registro na Procuradoria Geral do Município.

Art. 2º - Os convênios poderão ser firmados com mais de um interessado em uma mesma área, desde que haja consenso entre eles e o estabelecimento formal das responsabilidades de cada um, como coparceiros do Poder Público Municipal no Programa "Adote o Verde".

Parágrafo único - Não é permitido ao Adotante estabelecer por si próprio convênios com terceiros.

Art. 3º - O Adotante poderá, a seu critério, contratar empresas especializadas para a manutenção da área objeto do convênio.

Art. 4º - É permitida ao Adotante a colocação de placas indicativas de sua parceria com o Poder Público Municipal, no interior da área adotada, respeitando os seguintes critérios, independente do número de coparceiros que vierem a compartilhar a área em questão:

I- em áreas de até 1.000 (mil) metros quadrados será permitida a colocação uma de placa;

II- em áreas de 1.001 (mil e um) e 5.000 (cinco mil) metros quadrados será permitida a colocação de duas placas;

III- em áreas entre 5.001 (cinco mil e um) e 10.000 (dez mil) metros quadrados será permitida a colocação de três placas;



IV- em áreas acima de 10.001 (dez mil e um) metros quadrados será permitida a colocação de quatro placas;

V- nos canteiros separados de pista será permitido a colocação de placas distanciadas de 150 (cento e cinquenta) metros.

§ 1º - As placas as quais se referem o *caput* deste artigo deverão seguir modelo padrão estabelecido pela SMMAS.

§ 2º - A propaganda relativa à adoção deverá se restringir às placas citadas no *caput* deste artigo, não podendo ser estendida aos demais equipamentos públicos existentes na área.

§ 3º - A exploração de outros tipos de propaganda autorizada pelo Poder Público, em equipamentos e mobiliários urbanos existentes em uma área integrante do Programa “Adote o verde”, dependerá de prévio acordo entre o Adotante e o Poder Público Municipal.

§ 4º - A SMMAS poderá estabelecer critério diferenciado para a colocação de placas indicativas de parcerias relativas a parques.

Art. 5º - Toda e qualquer implantação ou modificação das estruturas existentes sejam elas relativas às áreas ajardinadas ou às de mais áreas e equipamentos pertencentes às mesmas. deverá ser analisada e aprovada pelos setores pertinentes do Poder Público Municipal.

Parágrafo único - As benfeitorias resultantes das intervenções de que trata o *caput* deste artigo serão incorporadas ao patrimônio do Município, sem direito a indenização ou retenção por parte do Adotante.

Art. 6º - Fica instituída a Comissão de Acompanhamento do Programa n Adote o Verde com o objetivo de avaliar o desenvolvimento do Programa e de propor aprimoramentos ao mesmo.

§ 1º - A Comissão de que trata o *caput* deste artigo será composta por 01 (um) representante de cada SCOMGER e 02 (dois) representantes da SMMAS, cabendo a um destes últimos a sua coordenação.

§ 2º - Fica definido o prazo de 30 (trinta) dias. a partir da publicação deste Decreto, para a indicação, à Secretaria Municipal da Coordenação de Política Urbana e Ambiental!, dos representantes dos órgãos citados.

Art. 7º O - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 15 de outubro de 2003

*Fernando Damata Pimentel*

**Prefeito de Belo Horizonte**

*Paulo de Maura Ramos*

**Secretário Municipal de Governo**

*Murilo de Campos Valadares*

**Secretário Municipal da Coordenação de Política Urbana e Ambiental**

*Carla Maria Vasconcellos Fróes*

**Secretária Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Urbano**

## ANEXO B – Modelo do Convênio Adote o Verde



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE  
BELO HORIZONTE E A EMPRESA **NOME DA EMPRESA**.  
Processo administrativo nº. NÚMERO PROCESSO

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.715.383/0001-40, neste ato representado pela Secretária Adjunta de Administração Regional de Serviços Urbanos Centro-Sul - SARSU-CS, **NILDA MARIA XAVIER PIRES**, conforme delegação de competência que lhe foi conferida pela portaria n.º 004/04, publicada no Diário Oficial do Município no dia 13 de Janeiro de 2004, presente pela Procuradoria Geral do Município, o Procurador Geral do Município **MARCO ANTÔNIO DE REZENDE TEIXEIRA**, doravante denominado Município, e do outro lado, a empresa **NOME DA EMPRESA**, inscrito no CNPJ sob n.º CNPJ DA EMPRESA, com sede na Rua Endereço da Empresa, n.º, bairro Empresa, Capital, representada pelo Sr. **REPRESENTANTE DA EMPRESA** CPF n.º CPF DO REPRESENTANTE DA EMPRESA, doravante denominado adotante, resolvem, por este instrumento e na melhor forma de direito, tendo em vista o disposto na Lei Federal 8.666/93 e no Decreto Municipal n.º 11.484, de 15 de Outubro de 2003, celebrar o presente Convênio, de acordo com as condições constantes nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE

O presente Convênio tem por finalidade a manutenção da **PRAÇA, CANTEIRO CENTRAL OU JARDIM PÚBLICO**, localizada na **ENDEREÇO DA ÁREA, BAIRRO**, em Belo Horizonte e com uma extensão total de aproximadamente XXX M<sup>2</sup> ou lineares, em conformidade com o Programa Adote o Verde, instituído pelo Decreto Municipal n.º 11.484, de 15 de outubro de 2003 e conforme plano de trabalho que passa a integrar o presente instrumento como Anexo I (Normas para execução dos serviços de recuperação e manutenção de áreas verdes).

### CLÁUSULA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA ADOTANTE

O adotante, além de outras obrigações legais e pertinentes ao presente Convênio, compromete-se a:

- a) Executar a conservação e manutenção da área total mencionada na Cláusula Primeira.
- b) Submeter à prévia aprovação dos setores pertinentes do Poder Público, toda e qualquer modificação das estruturas existentes sejam elas relativas às áreas ajardinadas ou às demais áreas e equipamentos pertencentes às mesmas, respeitados, nestes casos, os projetos existentes para a área;



CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE  
BELO HORIZONTE E A EMPRESA **NOME DA EMPRESA**.  
Processo administrativo nº. NÚMERO PROCESSO

- c) Zelar pela conservação dos recursos naturais existentes na área;
- d) Submeter à prévia aprovação dos setores pertinentes do Poder Público, a programação e realização de qualquer tipo de evento, que não pode infringir normas vigentes e ser adequado à área.

Parágrafo Primeiro - Quanto às obrigações previstas na alínea “b” supra, inexistindo projetos relativos às modificações considerados necessários para o aprimoramento da área, o adotante poderá elaborá-los e desenvolvê-los, submetendo-os à aprovação dos setores pertinentes do Poder Público.

Parágrafo Segundo - As benfeitorias resultantes da implantação ou modificações nas estruturas existentes serão automaticamente incorporadas ao patrimônio do Município, sem direito a indenização ou retenção por parte da adotante.

Parágrafo Terceiro – A seu critério, poderá contratar empresas especializadas para a manutenção da área objeto deste instrumento, arcando integralmente com a despesa, sem qualquer ônus ou responsabilidade para o Município.

Parágrafo Quarto – O adotante não poderá promover eventos na área objeto deste instrumento, sem a prévia autorização do Município.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O Município compromete-se, além das obrigações legais e pertinentes ao presente convênio, ao seguinte:

- a) Fornecer todas as informações sobre a área adotada, necessárias à sua conservação e manutenção;
- b) Tomar as medidas necessárias ao restabelecimento da ordem, na ocorrência de perturbações na área adotada;
- c) Comunicar com antecedência ao adotante a programação e realização de eventos de interesse público na área, que não infringam as normas vigentes e sejam adequados à área;
- d) Custear os gastos com iluminação e água do local.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS PLACAS INDICATIVAS

É permitido ao adotante a colocação de **NÚMERO DE PLACAS** placas indicativas de sua parceria com o Poder Público, no interior da área definida na cláusula primeira conforme modelo apresentado em anexo.



CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE  
BELO HORIZONTE E A EMPRESA **NOME DA EMPRESA**.  
Processo administrativo nº. NÚMERO PROCESSO

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA DIVULGAÇÃO DA PARCERIA**

O adotante fica autorizado a divulgar na imprensa, ou em qualquer outro meio de comunicação que lhe convier, a celebração do presente instrumento.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO**

Ao Município é reservado o direito de exercer permanente fiscalização sobre todas as questões mencionadas neste Convênio.

Parágrafo Único - O adotante deverá atender prontamente a solicitação do Município quanto à necessidade de quaisquer intervenções necessárias para manutenção da área em estado satisfatório.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA**

O presente convênio é celebrado pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a partir da data de sua assinatura, conforme art.57, inciso II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA DENÚNCIA**

Este convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo, por qualquer das partes, mediante comunicação escrita do denunciante, pelos seguintes motivos:

- a) Por inadimplência dos partícipes em relação a qualquer uma de suas cláusulas condições;
- b) Deixar de existir interesse entre os partícipes.

#### **CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

A publicação do extrato do presente convênio no “Diário Oficial do Município” correrá por conta e ônus do Município.



CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE  
BELO HORIZONTE E A EMPRESA **NOME DA EMPRESA.**  
Processo administrativo nº. NÚMERO PROCESSO

**CLÁUSULA DÉCIMA - FORO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais, com exceção de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou controvérsias oriundas do presente convênio. E por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Belo Horizonte, de de 2009.

Nilda Maria Xavier Pires.  
Secretária Adjunta de Administração Regional de Serviços Urbanos Centro - Sul.

Marco Antônio de Rezende Teixeira.  
Procurador Geral do Município.

Adotante.  
Empresa.



## ANEXO I

### NORMAS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES

#### A) RECUPERAÇÃO DE ÁREAS COM IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS PAISAGÍSTICOS

- 1.- Caso seja necessária a retirada de espécimes, as mesmas deverão ser encaminhadas às Regionais do Departamento de Parques e Jardins, para posterior recuperação e aproveitamento.
- 2.- As espécimes introduzidas no local passarão a pertencer ao patrimônio público.
- 3.- O terreno a ser trabalhado deverá ser devidamente limpo, afogado e adubado, de acordo com as técnicas convencionais de jardinagem.

#### B) MANUTENÇÃO

##### 1.- SERVIÇOS GERAIS

###### 1.1.- Limpeza Geral:

Remoção diária de papéis, plásticos, vidros quebrados e acondicionamento em sacos plásticos para posterior coleta pela S.L.U.

###### 1.1.1.- Limpeza de Áreas Plantadas:

Retirada diária de lixo com espeto, a fim de evitar a remoção de matéria orgânica e terra vegetal existente sobre estes espaços.

###### 1.1.2.- Limpeza de Passarelas: (se houver)

Varrição diária e, quando necessário, lavar e esfregar o piso com vassoura grossa.

###### 1.1.3.- Limpeza de Lagos: (se houver)

Troca de água semanal, acompanhada de limpeza das paredes com vassoura grossa, sem sabão. Retirada diária de papéis, folhas e plásticos com auxílio de uma peneira firme amarrada a uma vara.

###### 1.2.- Reparos

Recuperação dos passeios e elementos de proteção de canteiros danificados, manutenção da pintura em bom estado, manutenção do sistema de irrigação.

A manutenção dos equipamentos de recreação será de responsabilidade da entidade mantenedora.



## 2 - ÁREAS PLANTADAS:

### 2.1.- Manutenção de Gramados:

Retirada de plantas invasoras antes do corte periódico, que deverá ocorrer sempre que o gramado atingir altura superior a 6 cm.

Anualmente, toda a área gramada deverá revestida por uma camada de 2 cm de areia lavada.

### 2.2.- Manutenção de Jardins

#### 2.2.1.- Adubação de Reposição:

Esta adubação que tem a finalidade de repor os nutrientes do solo deve ser feita de duas ou três vezes por ano, conforme a necessidade do jardim, seguida de aeração da terra.

Deve-se evitar o período do inverno para fazer a adubação, e esta pode ser feita através de adubos químicos ou orgânicos.

#### 2.2.2.- Controle de Pragas e Doenças:

Deve-se verificar periodicamente as condições fitossanitárias das espécies vegetais do jardim e tratá-las de acordo com a necessidade, mediante receituário agrônomo.

#### 2.2.3.- Manutenção de Arbustos:

Retirar periodicamente as folhas e flores secas e podá-las sempre que as mesmas necessitarem.

#### 2.2.4.- Manutenção de Trepadeiras:

Corrigir sempre a orientação das trepadeiras, substituindo as amarras do tutor, à medida que as plantas forem crescendo.

Cortar os ramos que tomarem direção ou sentido indesejado.

#### 2.2.5.- Manutenção de Plantas Anuais e Forrações:

Retirar, podar e replantar as espécies perenes de ciclo anual, para que ocorra novo florescimento. Retirar e plantar novas mudas de plantas anuais.

#### 2.2.6.- Manutenção de Árvores:

A poda, supressão de árvores e secção de raízes só podem ser realizadas pela equipe da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, mediante laudo técnico.

#### 2.2.7.- Irrigação:

Fazer irrigações de acordo com a demanda das espécies do jardim, sendo necessário avaliar as que necessitam de grande ou pouca quantidade de água.